

Maria Helena de Paula
Márcia Pereira dos Santos
Selma Martines Peres
organizadoras

PERSPECTIVAS EM ESTUDOS DA LINGUAGEM



Maria Helena de Paula
Márcia Pereira dos Santos
Selma Martines Peres
(organizadoras)

Perspectivas em estudos
da linguagem

Blucher

Perspectivas em estudos da linguagem

© 2017 Maria Helena de Paula, Márcia Pereira dos Santos, Selma Martines Peres (organizadoras)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Conselho editorial

Elias Alves de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

<http://lattes.cnpq.br/9379503885572919>

Exedito Eloisio Ximenes

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus de Quixadá

<http://lattes.cnpq.br/8692175737432071>

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

Universidade de São Paulo (USP)/CNPq

<http://lattes.cnpq.br/9594141086164150>

Niguelme Cardoso Arruda

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Criciúma

<http://lattes.cnpq.br/3359995564291886>

Renata Ferreira Costa

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

<http://lattes.cnpq.br/2288175522295750>

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Perspectivas em estudos da linguagem [livro eletrônico] / organização de Maria Helena de Paula, Márcia Pereira dos Santos, Selma Martines Peres. – São Paulo : Blucher, 2017.

170 p. : PDF ; il. color.

ISBN 978-85-803-9227-2 (e-book)

ISBN 978-85-803-9226-5 (impresso)

1. Linguística 2. Linguagem – Pesquisa 3. Escrita I. Título. II. Paula, Maria Helena de. III. Santos, Márcia Pereira. IV. Peres, Selma Martines.

17-0104

CDD 410

Índice para catálogo sistemático:
1. Linguística

Sobre as organizadoras

Maria Helena de Paula

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – 2007. Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL).

E-mail: mhpcat@gmail.com

Márcia Pereira dos Santos

Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – 2007. Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, do Instituto de História e Ciências Sociais (INHCS) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (PPGMPH).

E-mail: marciasantoss@gmail.com

Selma Martines Peres

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – 2006. Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, da Unidade Acadêmica Especial de Educação (UAEE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC – UFG/CAC).

E-mail: selmamartines@uol.com.br

Conteúdo

Apresentação.....	7
-------------------	---

Sessão I

Configurações da aquisição e aprendizagem linguística

Análise dos fatores que influenciam o desempenho na proficiência linguística de estudantes do programa Ciência Sem Fronteiras....	13
---	----

Evanielly Guimarães Correia, Rogério Santana Peruchi, Sílvia Parreira Tannús

Estudo sobre abreviaturas e processos morfofonológicos em um Códice Eclesiástico Catalano.....	29
--	----

Maiune de Oliveira Silva, Maria Helena de Paula

Análise comparativa de estrutura narrativa sob diferentes condições de solicitação de produção textual.....	41
---	----

Paulina Mei, Maria José dos Santos

Cognatos e falsos amigos entre LSB e ASL.....	55
---	----

Thaysa dos Anjos Silva Romanhol, Leandro Andrade Fernandes

Sessão II

Configurações lexicais da língua portuguesa

Os caminhos da variação léxico-semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique.....	73
--	----

Alexandre António Timbane, Ivonete da Silva Santos, Maria José Alves

A variação linguística na lusofonia: reflexões sobre moçambicanismos lexicais e semânticos no “Jornal @Verdade”	91
<i>Alexandre António Timbane, Zacarias Alberto S. Quiraque</i>	
Entre batuques e ritmos: sagrado e profano na Festa do Rosário de Catalão-GO	109
<i>Cássio Ribeiro Manoel, Maria Helena de Paula</i>	
Desvelando memórias culturais goianas: o mutirão das fiandeiras de Jataí-GO.....	121
<i>Vanessa Regina Duarte Xavier</i>	
Léxico e identidade no jornal “O Catalão” (1953).....	133
<i>Nayara Capingote Serafim da Silva Arruda, Maria Helena de Paula</i>	
Estrangeirismos <i>versus</i> purismo da língua portuguesa do Brasil: um debate constante.....	143
<i>Hilda Braz Silva Sousa</i>	
Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista	159
<i>Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida, Amanda Moreira de Amorim, Victor Antônio Sanches da Silva Vaz, Maria Helena de Paula</i>	

Apresentação

Abordando a linguagem em três diferentes modalidades de expressão – a falada, a escrita e a sinalizada – o presente livro se constitui dos trabalhos apresentados no IV Seminário de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, em setembro de 2016¹, selecionados após apreciação prévia do comitê editorial e avaliação cega por pareceristas *ad hoc*. Neste livro, apresentamos pesquisas, em andamento ou concluídas, que tematizam modos de realização e aspectos da linguagem, sob abordagens teóricas diferentes, mas que possuem em comum preocupações como, pela linguagem, significamos e nomeamos as experiências, as vivências, as memórias, as relações humanas diversas. Realça-se, pois, a necessidade de que sua aquisição/aprendizagem seja para a interação eficiente – em contextos de língua estrangeira, língua de sinais ou língua materna (aprendizado de normas ortográficas, compreensão e uso da diversidade lexical) – e para entendimento e participação nos arranjos socioculturais, todos inapelavelmente entretecidos pela linguagem.

Embora os estudos da linguagem permeiem todos os capítulos, para distribuí-los conforme se configuram seus objetos, a obra está organizada em duas sessões. A primeira sessão, *Configurações da aquisição e aprendizagem linguística*, tem início com o capítulo “*Análise dos fatores que influenciam o desempenho na proficiência linguística de estudantes do Programa Ciência sem Fronteiras*”, em que a partir de uma pesquisa exaustiva envolvendo centenas de intercambistas do Programa brasileiro Ciências sem Fronteiras, os autores **Evanielly Guimarães Correia**, **Rogério Santana Peruchi** e **Sílvia Parreira Tannús** discutem como a profi-

1 O evento foi contemplado em dois editais de financiamento: i) Edital 03/2016 PAEP/ CAPES, processo 88881.121761/2016-01 e ii) Chamada Pública Nº 02/2016 – Seleção Pública de Propostas para Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação de Abrangência Nacional Ou Internacional, no Estado de Goiás - Nº do processo/FAPEG - 201610267000918.

ciência em língua estrangeira interfere significativamente no aproveitamento dos alunos em seus estágios / experiências de formação no exterior. Com o propósito de fomentar a política do governo federal para contribuir na melhoria do programa, os autores discutem se alguns fatores como a renda do aluno, o tempo de curso de língua estrangeira no exterior, índice no ENEM podem estar diretamente relacionados ao seu desempenho linguístico neste programa.

O segundo capítulo, “*Estudo sobre abreviaturas e processos morfofonológicos em um código eclesiástico catalano*” de **Maiune de Oliveira Silva** e **Maria Helena de Paula**, tem como objeto a aprendizagem de aspectos da língua e toma como ponto de discussão as regras da escrita, tacitamente usadas e consideradas padrão no século XIX. Embora os eclesiásticos pudessem ser considerados pessoas de alta habilidade na escrita de um gênero bastante formulaico como o eram os registros que servem de *corpus* ao estudo, as autoras problematizam que outros fatores também devem responder pela variação gráfica verificada em abreviaturas e alguns processos morfofonológicos identificados, inclusive com recorrência hodiernamente.

Paulina Mei e **Maria José dos Santos**, no capítulo “*Análise comparativa de narrativa sob diferentes condições de solicitação de produção textual*”, em uma proposta de análise da habilidade de produção de narrativas por alunos da Educação Básica confirmam que a produção narrativa é bem mais estruturada quando atende a uma solicitação, sobretudo que tenha apoio visual, ainda que este não seja um fator determinante. Aplicando metodologia de pesquisa em campo, para as autoras as produções em que se sugeriu um conflito pareceram mais favorecidas a apresentar melhor estrutura narrativa.

Os professores **Thaysa dos Anjos Silva Romanhol** e **Leandro Andrade Fernandes**, no capítulo “*Cognatos e falsos amigos entre LSB E ASL*” comparam elementos lexicais da Língua de Sinais Americana (ASL) e da Língua de Sinais Brasileira (LSB) para identificar nelas possível influência histórica da Língua de Sinais Francesa (LSF). Tomando como base sinais disponíveis no *site* de recursos *American Sign Language University* (ASLU), os autores recorreram ao vocabulário da LSB, presente no Novo DEIT-Libras, e transcreveram os sinais utilizando o Sistema Brasileiro de Escrita de Sinais – ELiS, para identificar cognatos, vocabulários similares e falsos cognatos. Ao fim, os autores concluíram que também nas línguas de sinais se comprova a arbitrariedade do signo, uma vez que pode haver entre elas (e até em uma mesma língua de sinais) variação na relação significante (sinal) e seu significado.

Na segunda sessão, *Configurações lexicais da Língua Portuguesa*, constam os estudos que procuram discutir, por algum viés, a constituição do acervo lexical da língua portuguesa e sua relação com outras línguas. Em todos os capítulos que constituem esta sessão, correlaciona-se a constituição do léxico de uma dada língua (ou de línguas, como as da lusofonia) aos arranjos sociais e culturais das experiências e saberes humanos. Ao mesmo tempo, os estudos também discutem

como o uso de dados acervos léxicos podem constituir/colaborar para constituir outros saberes acerca de realidades já conhecidas sob outras estruturas lexicais.

Abre esta sessão o capítulo “*Os caminhos da variação léxico-semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique*”, de **Alexandre António Timbane, Ivonete da Silva Santos e Maria José Alves**, que discute como o léxico da lusofonia, notadamente em Portugal, Brasil e Moçambique apresenta variações e, em algumas vezes, é absolutamente outro para o mesmo referente ou significado. Baseados em um *corpus* de neologismos de três jornais correntes destes países, os autores defendem que para abarcar toda variação e mudança léxico-semântica neste caso o ideal é a elaboração de dicionários para cada país em que se possam registrar as particularidades culturais que certamente motivam estas variações.

É também nessa ótica que no capítulo “*A variação linguística na lusofonia: reflexões sobre moçambicanismos lexicais e semânticos no ‘Jornal @Verdade’*” os professores moçambicanos **Alexandre António Timbane e Zacarias Alberto Sozinho Quiraque** discutem como a variação e a mudança da língua portuguesa se constituíram historicamente na lusofonia, com enfoque principalmente na variação léxico-semântica no português de Moçambique, classificados pelos autores como moçambicanismos lexicais e semânticos. Como *corpus*, tomaram 10 números do jornal moçambicano @Verdade, especialmente nas páginas das notícias nacionais.

Na perspectiva de configurações interdisciplinares da linguagem, no capítulo “*Entre batuques e ritmos: sagrado e profano na Festa do Rosário de Catalão-GO*”, **Cássio Ribeiro Manoel e Maria Helena de Paula** problematizam como os batuques, as cantigas e outras linguagens confluem na construção de uma Festa do Rosário de Catalão-Go cuja identidade se faz na constitutividade do sagrado e do profano, conforme se faz evidenciar no repertório vocabular dos grupos dançadores das Congadas.

Vanessa Regina Duarte Xavier aborda, no capítulo “*Desvelando memórias culturais goianas: o mutirão das fiandeiras de Jataí-GO*”, como a memória é constitutiva de práticas culturais goianas, evidenciando-a como pano de fundo que permite o enraizamento cultural e, paradoxalmente, a espetacularização em práticas de cultura popular, como o mutirão das fiandeiras de Jataí que, ao ser transposto para o Museu da cidade a fim de ser lembrado e ensinado a gerações mais novas, centrar-se-ia no dilema do espetáculo e, ao mesmo tempo, no enraizamento para sua continuidade. A autora constrói o *corpus* do estudo com narrativas orais das fiandeiras e tecedeiras do museu referido, matizando a relação do acervo lexical desta prática com o contexto sociocultural.

Nayara Capingote Serafim da Silva Arruda e Maria Helena de Paula, com o capítulo “*Léxico e identidade no jornal O Catalão (1953)*”, propõem demonstrar, a partir do estudo de edições deste jornal assumidamente comunista e com o pro-

pósito de difundir este ideário na Catalão dos anos 1953, como se pode conhecer a identidade e a história de um grupo social, em dada época, por meio do estudo do seu léxico. Na análise, avultam signos ideológicos como “carestia da vida”, “trabalhador”, “exploração”, “reforma agrária”, bem ao gosto dos fazedores do jornal, que divulgaram o ideário comunista nas páginas quase artesanais deste jornal no interior de Goiás no ano de 1953 entre os quais, de alguns com as próprias vidas, a História se encarregou de cobrar.

Hilda Braz Silva Souza retoma alguns artigos do projeto de Lei 1676/1999, do então deputado Aldo Rebelo para desconstruir a ideia de que os estrangeirismos, em especial os galicismos, maculariam a língua portuguesa no Brasil. No seu capítulo “*Estrangeirismos versus purismo da língua portuguesa do Brasil: um debate constante*”, a autora assume a importância de se questionar, no acervo lexical hoje constituído e legitimado oficialmente da língua portuguesa, situações que comprometem a comunicação, a exemplo de “lábaro” e “fulguras”, itens lexicais que se ostentam no Hino Nacional Brasileiro e nem por isso são substituídos em nome da comunicação plena e desembaraçada entre os falantes brasileiros.

Mais que designar a tonalidade da pele de escravizados ou seus descendentes, as lexias *crioulo*, *mulato* e *pardo* definiam a sua identidade social! É sob esta perspectiva que **Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida**, **Amanda Moreira de Amorim**, **Victor Antônio Sanches da Silva Vaz** e **Maria Helena de Paula** se debruçam no cotejo e análise apurada destas lexias a partir de documentos manuscritos goianos, estudos de História do Brasil e tesouros lexicográficos da língua portuguesa para discutirem no capítulo “*Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista*” outras inter-relações na constituição histórica do léxico da língua portuguesa usada no Brasil, especialmente daquele que nomeia a escravização negra e sua expansão semântica.

O desiderato é que o conjunto dos estudos da linguagem, nas suas muitas configurações como estas **PERSPECTIVAS EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**, possam despertar olhares interdisciplinares para a linguagem, que é a característica humana por excelência, sobretudo quando pensada na interface com a cultura, a história e as relações sociais que a definem e por ela são definidas. Como convém a uma obra desta estirpe, esclarece-se que os autores e autoras aqui publicados têm inteira responsabilidade pelas ideias defendidas, estilo e uso culto da Língua Portuguesa, bem como cumprimento das normas técnicas – ABNT.

Maria Helena de Paula
Márcia Pereira dos Santos
Selma Martines Peres
Catalão, 15 de novembro de 2016

Sessão I
Configurações da aquisição e
aprendizagem linguística

Análise dos fatores que influenciam o desempenho na proficiência linguística de estudantes do programa Ciência Sem Fronteiras

Evanielly Guimarães Correia¹
Rogério Santana Peruchi²

Sílvia Parreira Tannús³

Resumo: O programa Ciência Sem Fronteiras está fortemente ligado à política industrial brasileira, cujo objetivo é a melhoria da infraestrutura humana e o desempenho competitivo da indústria nacional. Diante da importância do programa para o aumento da competitividade da indústria brasileira, este estudo tem como principal objetivo a análise dos fatores que influenciam o desempenho de estudantes do programa Ciência sem Fronteiras, mais especificamente o desempenho destes alunos na obtenção da proficiência linguística após a realização de curso intensivo da língua inglesa no país de destino. O método utilizado foi a regressão linear múltipla. O método de coleta dos dados para desta pesquisa foi *survey*. O modelo obtido possibilitou a identificação dos fatores influenciadores, são eles: o conhecimento prévio da língua, o nível de proficiência exigido pelas universidades estrangeiras, a nota no ENEM, a renda do candidato, a qualidade do curso de Inglês ofertado no exterior e a duração deste curso.

Palavras-chave: Ciências sem Fronteiras. Regressão múltipla. Desempenho. Política industrial.

-
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Engenharia. Contato: evaniellyguimaraes@gmail.com.
 - 2 Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Engenharia. Contato: rogerioperuchi@gmail.com.
 - 3 Professora as Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Engenharia. Contato: silviaparreira@yahoo.com.br.

Introdução

Historicamente a capacidade industrial e o progresso técnico sempre proporcionaram níveis crescentes de renda, de emprego, da produtividade do trabalho, bem como o potencial e os limites ao desenvolvimento econômico. Diante da importância estratégica da atividade industrial, os governos procuram estabelecer uma agenda para a redução de gargalos e o aumento da competitividade.

No Brasil, no início dos anos 2000, o governo brasileiro buscou melhorar o desempenho competitivo da indústria nacional por meio do emparelhamento tecnológico com países já desenvolvidos. Tal esforço, iniciado em 2002 com a retomada de políticas pró-desenvolvimento e de defesa da indústria nacional, resultou, em 2004, na implementação de uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Depois de mais de 20 anos sem o anúncio de uma política voltada à indústria nacional, a PITCE se configurou como uma opção estratégica inovadora e com significativa capacidade de transbordamentos e transversalidades nas cadeias produtivas nacionais. Pautada na tecnologia da informação e comunicação, semicondutores, fármacos e *software* e apostando em setores de fronteira como biotecnologia ou a nanotecnologia, a PITCE expôs as fragilidades da indústria nacional e evidenciou a necessidade de uma agenda estratégica para a competitividade internacional. Foi a partir dela que outras políticas com a de desenvolvimento produtivo (PDP) de 2008 e o Plano Brasil Maior (PBM) em 2011 foram lançados.

Como o êxito das ações voltadas à competitividade industrial dependem de uma conjuntura macroeconômica favorável aos investimentos e da infraestrutura física e humana de padrão mundial, o governo brasileiro apresentou, entre os anos de 2011 e 2015, incentivos à qualificação da mão-de-obra, principalmente nos setores considerados estratégicos pela política industrial. Dentre as ações realizadas, destaca-se o programa de mobilidade estudantil chamado Ciência Sem Fronteiras (CSF).

O CSF está fortemente ligado ao PBM, pois o programa almeja a consolidação do Brasil de forma competitiva no cenário mundial por meio da promoção e globalização da ciência e tecnologia (BRASIL, 2016a). As áreas contempladas pelo programa estão relacionadas aos 19 setores mencionados no PBM.

Diante da importância do CSF para a melhoria da infraestrutura humana e para o aumento da competitividade da indústria brasileira, este artigo tem como objetivo geral mostrar o desempenho dos alunos contemplados pelo programa identificando, estatisticamente, os fatores que influenciaram este desempenho.

Estudos para identificar fatores que influenciam o desempenho de estudantes foram realizados por Ling, Ng e Leung (2011), os quais puderam identificar que algumas metodologias de ensino propostas foram mais eficientes que outras.

Webb *et al.* (2014) realizaram o mesmo tipo de estudo com alunos de medicina e puderam inferir que a nota obtida em um exame preliminar de conhecimentos gerais influenciava em um exame a ser realizado pelos residentes dois anos depois. Ambos estudos foram realizados utilizando o método de regressão linear múltipla que, por sua vez, também é o método utilizado neste estudo.

1 O Plano Brasil Maior: PBM

Com o objetivo de estimular a inovação e a produção nacional, o PBM tem como estratégias: promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico; criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; ampliar os mercados interno e externo das empresas brasileiras; garantir crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável e ampliar os níveis de produtividade e competitividade da indústria brasileira.

O PBM é dividido em dezenove setores: 1) petróleo, gás e naval; 2) complexo da saúde; 3) automotivo; 4) defesa, aeronáutica e espacial; 5) bens de capital; 6) tecnologias de informação e comunicação/complexo eletroeletrônico; 7) química; 8) energias renováveis; 9) indústria da mineração; 10) metalurgia; 11) papel e celulose; 12) higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; 13) couro, calçados, têxtil, confecções, gemas e joias; 14) móveis; 15) construção civil; 16) agroindústria; 17) comércio; 18) serviços; 19) serviços logísticos.

2 O programa Ciência Sem Fronteiras

O Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) é a iniciativa de mobilidade estudantil do governo brasileiro. Criado em 2011, o programa possuía grandes ambições, uma delas era ofertar cerca de 101 mil bolsas em quatro anos.

O programa almeja a consolidação do Brasil de forma competitiva no cenário mundial, por meio da promoção e globalização da ciência e tecnologia. Segundo o portal do CSF, os objetivos do programa são: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil (BRASIL, 2016a).

As expectativas em torno das novas políticas de mobilidade internacional de estudantes são grandes. A iniciativa é fomentada pelos Ministérios da Ciência,

Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC) e pretendeu conceder até 101 mil bolsas no período 2011-2015 e estimou orçamento de R\$ 3.5 bilhões (BRASIL, 2015).

O programa abrange diversos níveis de estudantes, desde a graduação até o pós-doutorado. Além disso, o programa também visou à atração de pesquisadores estrangeiros ao Brasil e a capacitação de pesquisadores de empresas em países estrangeiros. A Tabela 1 ilustra as metas estipuladas pelo programa para a oferta de bolsas por modalidade.

Tabela 1 Metas do programa para concessão de bolsas no período de 2011 a 2015

Modalidade	Quantidade de bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos	2.000
Pesquisador Visitante Especial	2.000
Total (até 2015)	101.000

Fonte: CAPES (2016)

As áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da economia brasileira, no Programa, são: engenharias e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra; biologia, ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção; ciências do mar; indústria criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); novas tecnologias de engenharia construtiva e formação de tecnólogos.

Todas as áreas contempladas pelo CSF estão diretamente relacionadas aos setores sob enfoque do PBM. Além disso, os objetivos do programa também corroboram para os objetivos da nossa política industrial.

Dessa forma, podemos inferir que o programa não foi planejado apenas como uma estratégia política, como citada por muitos críticos. Vê-se, portanto, a intensa relação que este programa têm com as estratégias traçadas para o desenvolvimento da indústria e inovação tecnológica do país.

A ideia de um programa de mobilidade estudantil com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia, da indústria e da inovação de um país não é nova. Diversas economias têm programas específicos com este objetivo.

3 Política industrial e a educação: Brasil e outras economias

Por motivos diversos, quase todas as economias do mundo já fizeram algum tipo de política industrial. A história nos mostra que alguns países foram bem sucedidos e hoje são países extremamente desenvolvidos, mas para a grande maioria o resultado não foi o mesmo, inclusive para o nosso país.

A partir desse contexto, pode-se inferir que o fator que define o sucesso está na maneira com que os incentivos são construídos e disponibilizados às empresas e setores atingidos pela política industrial.

Por exemplo, Dias (2013) aponta que nos EUA cerca de 70% dos engenheiros e cientistas envolvidos com pesquisa e desenvolvimento estão alocados em empresas. No caso do Brasil, a maior parte está centralizada em universidades e institutos de pesquisa. O autor ainda aponta que, no Brasil, há falta de infraestrutura tecnológica, de pessoal qualificado e o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação é carente.

Dyer, Singh e Kale (2008) afirmam que as políticas governamentais que permitem estudantes adquirirem conhecimento no exterior possibilitam a transferência de melhores práticas e de conhecimento. Países como Índia e China têm investido fortemente em tais políticas; a Índia buscou a atração de cientistas estrangeiros além de aumentar a relação indústria e academia. A China buscou a condução de seus estudantes para outros países além de convidar pesquisadores estrangeiros a serem professores em laboratórios de P&D.

Países da União Europeia (UE), Argentina e Chile também têm investimentos sólidos neste tocante como o programa Erasmus da EU, instituído em 1987, o Bec.Ar do governo argentino criado em 2003 e o programa Becas do governo chileno formado em 2008. Todos eles foram estrategicamente montados para corroborar com a capacitação e a especialização da mão de obra dos países aos quais eles pertencem.

4 Contextualização e método

Durante a realização do programa, cerca de cinquenta e seis por cento do total de bolsas concedidas pelo programa CSF foram destinadas a países cuja proficiência linguística, exigida pelos seus respectivos editais, é na língua inglesa (BRASIL, 2016b). Nesta configuração, ergueu-se a maior barreira entre os estudantes e o programa, pois a demanda para tais localizações, no início do programa, foi expressivamente baixa, principalmente pela falta de proficiência dos alunos no respectivo idioma, particularidade que poderia comprometer a meta de 100 mil bolsas a serem concedidas pelo governo federal (BRASIL, 2016a).

Para amenizar o problema, uma considerável parcela de estudantes, sem o domínio de um segundo idioma, teve bolsa de estudos concedida sob a condição de receberem um curso prévio da língua no país de destino para, então, começarem as atividades acadêmicas no exterior.

Uma proposta tida como arriscada, visto que alunos que não adquirissem a proficiência exigida pelas instituições de ensino superior (IES) no país de destino deveriam retornar ao Brasil antes mesmo de iniciarem as atividades acadêmicas no exterior. Como resultado, todo investimento realizado seria visto como sem retorno pois, dessa forma, os objetivos do programa não seriam atingidos.

Para captar os dados requeridos no estudo, o instrumento de pesquisa utilizado neste estudo foi o questionário. Marconi e Lakatos (2006) definem questionário como um instrumento de coleta de informações, constituído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador.

O questionário aplicado nesta pesquisa foi direcionado aos alunos do CSF que realizaram o curso de inglês no exterior. É importante ressaltar que o público de interesse à pesquisa ainda estava vivendo no exterior durante a realização da pesquisa e apenas uma pequena parcela havia retornado ao Brasil. Sabendo-se que é comum a prática de criação de grupos em redes sociais pelos estudantes, como por exemplo o Facebook, optou-se pela elaboração de um questionário *online* utilizando a ferramenta *Google Forms*, disponível na *internet*. Desta forma, foi possível viabilizar o amplo acesso dos participantes ao questionário.

No que tange à seleção de participantes, foi anexado junto ao questionário, na página de cada grupo de estudantes, uma nota explicativa descrevendo a natureza do estudo e o pré-requisito para preenchimento do questionário: ter realizado curso intensivo de línguas no exterior. Os alunos que não cumprissem o pré-requisito não conseguiriam responder todas as questões obrigatórias do questionário, o que inviabilizaria a sua finalização na ferramenta *on line*.

Quanto à aprovação no pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em consonância com a definição de pesquisa feita pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS):

Pesquisa – classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

A pesquisa realizada neste estudo não visa a obter um conhecimento generalizável. Pretende-se apenas obter um conhecimento que poderá ser utilizado pelo Programa Ciência Sem Fronteiras para que, no futuro, melhorias possam ser realizadas. Dessa forma, a partir do conceito de pesquisa dado pelo CNS, entende-se que esta pesquisa não requer a aprovação do Comitê de Ética.

O instrumento de coleta de dados foi estruturado em cinco seções conforme a Tabela 2 ilustra.

Tabela 2 Análise de correlação das variáveis do modelo inicial

Seção	Perguntas	Tipo de questão
Perfil econômico-social do respondente	Sexo, idade, cor de pele, composição familiar, renda familiar, participação na renda familiar e escolaridade dos pais	Múltipla escolha (Boolean)
Identificação do perfil estudantil	Tipo de ensino médio cursado, área de graduação, se tem participação em atividades extracurriculares	Múltipla escolha (com uma ou mais opções de resposta)
Identificação de possíveis fatores influenciadores no desempenho de cada aluno no exame de proficiência linguística	IES vinculado no Brasil e no exterior, duração total da graduação no Brasil, semestre em que o estudante se encontrava no curso de graduação, país de residência no exterior, idiomas já cursados pelo estudante, nota no ENEM, duração do curso de línguas no exterior e nota no exame de proficiência realizado no Brasil antes do curso de línguas	Abertas e fechadas
Identificação do tipo de teste de proficiência realizado pelo aluno	Tipo de teste de proficiência realizado no exterior, nota obtida neste teste de proficiência	Abertas
Avaliação de satisfação com a IES no exterior, com o curso de inglês realizado e com o programa CSF	Qualidade aferida ao curso de línguas, qualidade aferida à estrutura da IES estrangeira, satisfação do estudante quanto ao programa CSF, opinião do estudante quanto as principais falhas do programa e sugestão de melhorias ao programa.	Escala de Likert e perguntas abertas

Fonte: Elaboração própria.

O questionário é composto por questões abertas, fechadas e de múltiplas escolhas. No total, foram formuladas 39 questões dentro das cinco categorias citadas. Turrioni e Mello (2011) fomentam que as perguntas abertas proporcionam resultados mais precisos, pois o informante pode respondê-las livremente (GIL, 1991; MATTAR, 1993).

No intuito de obter a opinião de cada respondente quanto às questões como, por exemplo, a qualidade do curso de línguas ofertado pela IES no exterior, foi utilizada a escala de Likert. Para Cohen, Manion e Morrison (2000), a escala de Likert é uma técnica comumente utilizada por pesquisadores cujo objetivo é mensurar aspectos como atitudes e opiniões do público alvo oferecendo uma variedade de respostas possíveis para uma determinada pergunta.

Para Turrioni e Mello (2011, p. 140), a amostra probabilística é “utilizada para assegurar a representatividade da amostra quando o pesquisador está interessado em generalização dos resultados”. Freitas *et al.* (2000) alegam que, para este caso, todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de serem escolhidos.

O programa não divulga o número de alunos que foram enviados para o exterior sem a proficiência linguística exigida pelas IES no país de destino. Dessa forma, não é possível contar os elementos da população, podendo-se classificá-la como infinita.

Montgomery e Runger (2003) sugerem o uso da Equação (1) para a determinação do tamanho da amostra com uma população com características iguais às descritas neste estudo.

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p(1-p)}{E^2} \quad \text{Equação (1)}$$

Onde:

n = Número de indivíduos na amostra.

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa.

p = proporção em que a característica se manifesta na população.

Para um nível de confiança de 95%, estabelece-se uma margem de erro de 5% e proporção da amostra de 50% da população. Tem-se que o tamanho da amostra necessário para a realização deste estudo é de 385 elementos. O que dá ao estudo grande vantagem neste aspecto, pois durante o período de coleta, foram colhidas informações de 476 estudantes.

5 Análise de regressão múltipla

Em diversos estudos realizados, a variável dependente pode sofrer influência de diferentes variáveis explicativas; para estes casos, adota-se o Modelo de

Regressão Linear Múltipla (MRLM) (MONTGOMERY; RUNGER, 2003; HAIR JR. *et al.*, 2005).

A equação que representa o MRLM é dada por:

$$y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_{ip} + \varepsilon_i \quad \text{onde: } i = 1, \dots, n \quad \text{Equação (2)}$$

Para Montgomery, Peck e Vining (2012) e Montgomery e Runger (2014), a expressão utilizada para expressar a i -ésima observação no MRLM – quando não há interações entre variáveis – é dada por:

$$y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_{ip} + \varepsilon_i \quad i = 1, \dots, n.$$

Podemos reescrever este modelo em uma notação matricial

$$Y = X\beta + \varepsilon, \quad \text{Equação (3)}$$

Onde:

$$Y = \begin{bmatrix} Y_1 \\ Y_2 \\ \vdots \\ Y_n \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 1 & X_{21} & X_{31} & \cdots & X_{k1} \\ 1 & X_{22} & X_{32} & \cdots & X_{k2} \\ \vdots & \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ 1 & X_{2n} & X_{3n} & \cdots & X_{kn} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \beta_1 \\ \beta_2 \\ \vdots \\ \beta_k \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \\ \vdots \\ \varepsilon_k \end{bmatrix}$$

De maneira geral, Y é um vetor ($n \times 1$) de observações da variável dependente, é uma matrix ($n \times k$) dos níveis das variáveis independentes, é um vetor ($k \times 1$) dos coeficientes regressores e ε é um vetor ($n \times 1$) dos erros aleatórios.

O principal objetivo é encontrar a Equação (4).

$$\hat{\beta} = (X'WX)^{-1}X'WY \quad \text{Equação (4)}$$

5.1 Os pressupostos do modelo de regressão linear múltipla

Os pressupostos do modelo de regressão linear múltipla são os listados a seguir: (MONTGOMERY; PECK; VINING, 2012; MONTGOMERY; RUNGER, 2014; FÁVERO, 2015).

O erro tem média zero e variância desconhecida;

Os erros são não correlacionados;

Os erros têm distribuição normal;

As variáveis regressoras assumem valores fixos.

Por meio das suposições (a) e (c) inferimos que $\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$, e portanto, y tem distribuição normal com variância σ^2 . Para a definição na equação(1), $E(y) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p$ (HAIR JR. et al., 2005).

5.2 Mínimos Quadrados Ponderados (MQP)

A ideia por trás do método dos mínimos quadrados ponderados (MQP) é colocar menos peso nas observações com variância de erro mais alta, minimizando assim a soma dos quadrados dos resíduos.

A equação utilizada para o MQP é apresentada na Equação (5), o que é apenas uma variação da Equação (4).

$$\hat{\beta} = (X'X)^{-1}X'Y \quad \text{Equação (5)}$$

5.3 Análise gráfica do modelo

Gráficos de Efeitos Principais são utilizados para detectar diferenças de médias de níveis para um ou vários fatores de uma vez. Assim, pode-se verificar qual variável independente afeta mais a variável de resposta. O efeito principal ocorre quando a média da variável de resposta muda em diferentes níveis da variável independente (MONTGOMERY; RUNGER, 2014).

Além de detectar a magnitude da influência que cada variável tem sob a variável resposta, este gráfico também nos auxilia quando há obtenção de um resultado ótimo para a variável Y .

6 Discussão e resultados

Em decorrência do grande número de variáveis a ser inicialmente analisado no modelo (25 no total), foi executada a análise de correlação de todos os previsores para obtenção de estimadores que realmente apresentassem importância ao modelo.

Dessa forma, conforme Tabela 3 ilustra, sete variáveis apresentaram p-value significativo para o modelo e, portanto, foram classificadas como elegíveis para utilização no estudo.

Tabela 3 Análise de correlação das variáveis do modelo inicial

Nota_pos	
RENDA	0,129
	0,010

(continua)

Tabela 3 Análise de correlação das variáveis do modelo inicial (*continuação*)

NOTA_POS	
ENEM	0,219
	0,000
CURSO_EXT	-0,198
	0,000
TESTE_ANTERIOR	0,388
	0,000
NOTA_EXIGIDA	0,344
	0,000
QUALIDADE_CURSO	0,113
	0,023

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta a interpretação para cada variável utilizada no modelo.

Tabela 4 Interpretação das variáveis utilizadas no modelo

Variável	Interpretação
NOTA_POS	Variável de resposta do modelo (y)
RENDA	Renda <i>per capita</i> do candidato
ENEM	Nota obtida no ENEM
CURSO_EXT	Período (em meses) de curso de línguas realizado no exterior
TESTE_ANTERIOR	Nota obtida no teste de proficiência realizado no Brasil antes da viagem do estudante
NOTA_EXIGIDA	Nível mínimo de proficiência exigido pela IES estrangeira
QUALIDADE_CURSO	Qualidade aferida ao curso de línguas ofertado no país estrangeiro.

Fonte: Elaboração própria.

A equação que melhor representa o comportamento do grupo sob análise é ilustrada pela equação (6).

$$\text{NOTA_POS} = 2,1489 + 0,02488 \text{ RENDA} + 0,07722 \text{ ENEM} + 0,02218 \text{ CURSO_EXT} + 0,29133 \text{ TESTE_ANTERIOR} + 0,34285 \text{ NOTA_EXIGIDA} + 0,04371 \text{ QUALIDADE_CURSO}$$

Equação (6)

6.1 Análise gráfica do modelo

A Figura 1 ilustra o gráfico de efeitos principais onde nota-se que as variáveis TESTE_ANTERIOR e NOTA_EXIGIDA têm forte relação positiva com a variável de resposta do modelo. Dentre as variáveis que compõem o modelo, elas são as mais significativas. As demais variáveis do modelo (RENDA, ENEM, CURSO_EXT e QUALIDADE_CURSO) são variáveis menos significativas, pois apresentam apenas uma leve inclinação. Porém, não devem ser ignoradas.

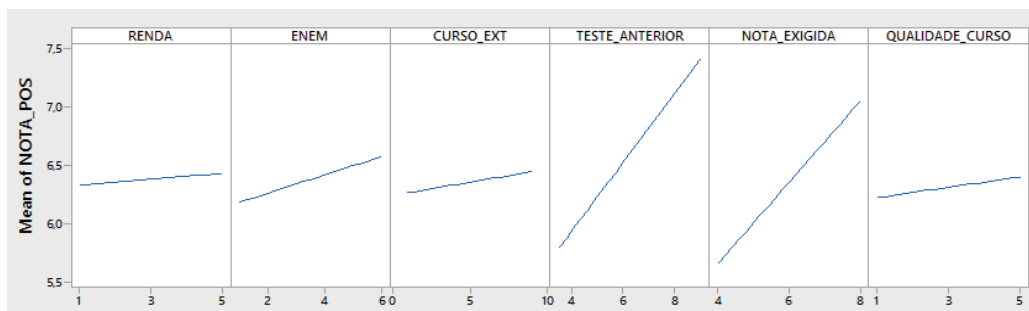


Figura 1 Gráfico de efeitos principais para a variável de resposta.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Com a realização do estudo foi possível identificar algumas variáveis que geraram impacto significativo na população estudada.

A Renda *per capita* do candidato exerce impacto positivo no desempenho dos candidatos. Tal fator é compreensivo, visto que quanto maior é a renda de um indivíduo maiores são suas condições de investir em educação. Neste sentido, atrelado à política industrial brasileira, nota-se que, aumentar a renda dos brasileiros é algo necessário para a evolução da educação e, conseqüentemente, da tecnologia do país.

A variável qualidade do curso de línguas ofertado no exterior (QUALIDADE_CURSO) mostrou-se impactante no desempenho dos alunos. Dessa forma, acredita-se que este item deve ser melhor estudado pela organização do programa.

Mais especificamente, no estabelecimento de alguns critérios mínimos a serem exigidos de uma instituição para que ela possa ser uma instituição parceira do programa. Assim, o programa poderá assegurar a qualidade do curso ofertado.

A nota que o estudante obteve no ENEM mostrou-se significativa no modelo, o que nos indica que alunos que apresentam coeficientes de rendimento mais altos no exame têm mais chances de serem bem-sucedidos no programa. A adoção deste critério foi alvo de inúmeras reclamações de estudantes em diversos editais do programa, pois acreditava-se que não haveria relação alguma entre a nota do ENEM e o desempenho do aluno no programa.

A variável relacionada à duração do curso de línguas ofertado no exterior (CURSO_EXT) também se mostrou útil ao modelo, apresentando correlação positiva, no sentido de que quanto mais tempo os alunos permanecem no curso maiores são suas chances de obter melhores resultados nos exames de proficiência.

As variáveis TESTE_ANTERIOR e NOTA_EXIGIDA apresentaram forte influência no modelo proposto. Ambos os itens são considerados nos editais do programa, porém, para cada edital encontra-se um valor diferente para cada um desses itens. Dessa forma, sugere-se a padronização dos editais a fim de garantir o sucesso do programa e, por conseguinte, o cumprimento das metas estipuladas no PBM.

A importância da identificação destes fatores encontra-se principalmente pela oportunidade que se tem de atacar os pontos ineficientes do programa Ciência Sem Fronteiras pois o programa seguramente irá contribuir fortemente para a qualificação da mão de obra no Brasil, que é justamente o proposto pela nossa política industrial. Nota-se, também, a necessidade de atacar as variáveis que contribuem para resultados positivos nas políticas públicas e ações sociais.

Referências

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2015: Projeto de lei orçamentária**. – Brasília: MP, SOF, 2014. 6v. em 8, 2015.

BRASIL. **O programa: Objetivos**. 2016a. Disponível em: <<http://goo.gl/lxrbzI>>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

BRASIL. **Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras: País de Destino do Bolsista**. 2016b. Disponível em: <<http://goo.gl/ChIeVu>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

Conselho Nacional de Saúde (Brasil). Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres**

humanos. Brasília, 1996. Disponível em: <goo.gl/mKIh0E>. Acesso em: 30 out. 2016.

DIAS, Rafael de Brito. **A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos.** In: SBU – Biblioteca Virtual da UNICAMP, 2013.

DYER, Jeffrey H.; SINGH, Harbir; KALE, Prashant. Splitting the pie: rent distribution in alliances and networks. **Managerial and Decision Economics**, 29: 137-148, 2008.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL Amarolinda Zanela; MOSCAROLA Jean. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, vol. 35, n° 3, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas, 3. ed. 1991.

HAIR JR., Joseph F.; *et al.* **Análise multivariada de dados.** São Paulo: Ed. Bookman, 2005.

LING, Florence Yean Yng; NG, Poh Khai; LEUNG, Mei-yung. Predicting the Academic Performance of Construction Engineering Students by Teaching and Learning Approaches: Case Study. **Journal of Professional Issues in Engineering Education and Practice.** Out./ 2011, vol. 137, n°. 4, p. 277-284.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C. **Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

MONTGOMERY, Douglas C.; PECK, Elizabeth A; VINING, G. Geoffrey. **Introduction to linear Regression Analysis.** 5th ed. NY: John Wiley & Sons, 2012.

MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C. **Applied statistics and probability for engineers.** 6th. NY: John Wiley & Sons, 2014.

TURRIONI, João Batista; MELLO, Carlos Henrique Pereira. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Curso de Especialização em Qualidade & Produtividade. Universidade Feral de Itajubá-UNIFEI, 2011.

WEBB, Travis P.; *et al.* Surgery Residency Curriculum Examination Scores Predict Future American Board of Surgery In-Training Examination Performance. **Journal of Surgical Education**, Vol. 71, nº 5, 743-747, 2014.

Estudo sobre abreviaturas e processos morfofonológicos em um Códice Eclesiástico Catalano

Maiune de Oliveira Silva¹

Maria Helena de Paula²

A língua escrita, como a falada, é uma propriedade coletiva. Para que todos dela possam utilizar-se, como de direito, torna-se necessário que se eliminem os óbices por meio de uma grafia racional e fácil (COUTINHO, 1970, p. 76).

Resumo: Buscamos, neste trabalho, tecer algumas considerações acerca dos processos morfofonológicos e abreviaturas encontradas em um códice eclesiástico catalano oitocentista, no qual foram exarados registros de batizados de pessoas escravas e livres. Conjecturamos que o motivo pelo qual ainda persistem tais processos na contemporaneidade nas escritas real e cibernética, principalmente por pessoas que, supostamente, já possuem domínio das normas gramaticais e ortográficas seja, sobretudo, porque mesmo com normas homologadas para a escrita, não se internalizaram as normas gramaticais vigentes, o que configuraria um *continuum* de traços linguísticos da era oitocentista como resultado de escolarização pouco eficiente.

Palavras-chave: Filologia. Ortografia. Processos morfofonológicos

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Contato: maiune20@gmail.com. Bolsista CAPES.

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Contato: mhp.ufgcatalao@gmail.com.

Preâmbulo

Objetivamos, neste trabalho, realizar uma discussão acerca das abreviaturas e de alguns processos morfofonológicos encontrados em um códice eclesiástico exarado nos idos oitocentistas, na cidade de Catalão-GO. Ao fim, levantamos hipóteses que justifiquem a permanência de alguns destes processos atualmente. Acreditamos que, hoje, devido ao avanço tecnológico, esses vocábulos abreviados se devem à pressa de se comunicar com o maior número de pessoas, burlando principalmente a redução do tempo, ao passo que a principal hipótese para realização dos processos morfofonológicos seria a ausência de internalização das normas ortográficas vigentes, sobretudo por ineficiência de práticas escolares de ensino da língua.

Antes de nos atermos mais detalhadamente às abreviaturas e aos processos morfofonológicos, cabe aqui uma definição do que vem a ser cada um deles. A abreviatura é um recurso da língua escrita que se configura em representar de maneira reduzida certas lexias ou expressões (FLEXOR, 2008), ao passo que os processos morfofonológicos, segundo Zanotto (1986), são alterações fônicas que repercutem na estrutura do vocábulo.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, em que pese a escrita apontar para um uso normatizado, na época em que os manuscritos foram exarados não existia oficialmente um acordo ortográfico para uniformizar a grafia, vez que este foi homologado apenas em 1911, com a obra “Ortografia Nacional”, de Gonçalves Vianna (COUTINHO, 1970), por isso, é comum nessas fontes documentais encontrar vocábulos em que foram realizados processos morfofonológicos. Contudo, conforme preconiza Paula (2010), o trabalho filológico reside principalmente na edição de documentos, sejam eles manuscritos ou datiloscritos, com vistas a preservar o estado de língua da espécie documental. A isso, acrescentamos que os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos e históricos da época também são preservados e podem apontar para a existência de uma norma de escrita, ainda que inexistisse um acordo, dada a recorrência do que se denominou de processos morfofonológicos.

Para realizar alcançar esse estado de língua, lançamos mão das normas para transcrição de documentos manuscritos, publicados em diversos manuais da área, entre eles o de Megale e Toledo Neto (2005). Feita a edição dos documentos manuscritos, voltamos nosso olhar para as abreviaturas e para as lexias que apresentaram processos morfofonológicos, as quais foram objetos para essa discussão.

A presente investigação está vinculada ao “Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português” (GEPHPOR), coordenado pela professora Doutora Maria Helena de Paula, da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL), da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC).

1 Primeiras palavras sobre o *corpus*

Ao analisar os documentos manuscritos eclesiásticos exarados na cidade de Catalão entre os anos de 1839 a 1842, verificamos que sua escrita muito revela sobre os moldes de vida da sociedade da época. Constatamos nestes manuscritos o registro de acontecimentos cotidianos que, certamente, se fizeram conhecidos hoje mesmo com o passar do tempo.

Estes escritos, pela ligeireza da escrita, pelas condições da escrita e a posição da palavra no fólio, parecem assinalar tendência à economia de tempo do escriba e do material de escrita que tinha preço dispendioso, posto que não raras vezes aparecem processos morfofonológicos e palavras abreviadas. Pretendemos, com este trabalho, aportado em uma perspectiva filológica, apresentar ligeiras reflexões acerca deste tema recorrente, também, na escrita contemporânea, seja ela elaborada em suporte manuscrito ou digital.

Tendo por base que a Filologia é uma ciência que tem como objetivo a edição e o estudo de textos manuscritos ou datiloscritos, com o enfoque no estudo da língua e da realidade social de uma comunidade, é conveniente esclarecer que o nosso objeto de estudo é um códice, isto é, um livro manuscrito sob o título “Livro de registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus”, exarado na cidade de Catalão no século XIX, especificamente de dezembro de 1839 a março de 1842. Nesta época, o cenário que abrigou a edificação da Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus, responsável pela escrita do livro, ainda recebia o nome de Villa do Catalão, conforme se pode observar nos registros eclesiásticos, visto que Catalão torna-se município apenas em 20 de agosto de 1859.

Esses assentos de batismo foram escritos por pessoas do clero que tinham habilidade com a escrita e um alto grau de conhecimento sobre a língua portuguesa utilizada na época, suficiente para registrar os assentos de batismos que lhes eram de suas competências. No entanto, devido à ausência de variações de punho no manuscrito, não é possível asseverar se os documentos são apógrafos (cópias feitas tendo por base o documento original), ou autógrafos (textos escritos pelo autor). De maneira semelhante, não é possível assegurar se o documento foi ou não revisado por seu autor ideológico, isto é, pela pessoa responsável pelas ideias que estão contidas nos documentos manuscritos (SANTIAGO-ALMEIDA, 2011).

Este processo de escrever à mão certamente acarreta alguns obstáculos para as pessoas que possuem pouca ou nenhuma intimidade com a grafia utilizada no manuscrito, porque o uso carregado da pena/tinta faz com que a escrita do documento registrado no *recto* do fólio transpasse para o verso; a pressa de se escrever acaba acoplando as lexias ou ainda ocasiona borrados no fólio indicando que o escriba possui as mãos inábeis. Ademais, o grande número de palavras abreviadas e a grafia da época por se distanciar do período hodierno podem afigurar como

óbices para a compreensão delas. Em virtude disso, é comum, ainda, que o consulente-leitor de textos manuscritos como estes que compõem o referido códice encontre dificuldades para entender o que está escrito.

2 Procedimentos teórico-metodológicos

Embora a execução desta pesquisa tenha se pautado na leitura, na edição, na inventariação dos dados e na análise das lexias que apresentaram processos morfofonológicos e abreviaturas, a pesquisa filológica não se atém apenas a essas etapas. Anteriormente a elas, faz-se mister ter acesso a esses documentos seculares, muitas vezes armazenados em caixas cuidadosamente guardadas; outras vezes, nem sempre os locais de guarda diversos (cartórios, museus, casas de cultura, arquivos públicos ou particulares, igrejas etc.) possuem condições para lidar com esses documentos; ademais, nem sempre dispõem de aclimação ideal, limpeza e conservação química adequadas, pessoal com formação específica, políticas públicas de incentivos e apoio à conservação e guarda da memória linguística e social nestes registradas.

Conseguido o acesso e fotografado o material pela equipe que se desloca ao local amparada de luvas, tocas e máquinas digitais sem *flashes* para a obtenção do material, faz-se mister se debruçar sobre ele para lê-lo e editá-lo. A leitura e a edição, indubitavelmente, são umas das etapas mais delongadas do processo, pois elas não se prontificam imediatamente.

Para realizar este trabalho, lemos e editamos os documentos que, digitalizados, constituem o acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALFIL). Posteriormente à leitura atenta de todos os documentos que constituem o códice eclesiástico, editamo-los consoante as “Normas para edição de documentos manuscritos”, publicadas em Megale e Toledo Neto (2005). Para dar cabo ao nosso intento, fizemos o inventário das lexias que possuíam as características precípuas para compor este trabalho. Para nos certificarmos de que os vocábulos realmente se encaixam nos grupos dos processos morfofonológicos, nos valem dos ensinamentos de Coutinho (1970). No que concerne ao desdobramento das abreviaturas, recorremos a Flexor (2008), Aciolli (2003) e Costa (2007), para nos minuciar de segurança que nos bastasse nesta etapa.

3 Discussão e resultados

Ressaltamos que o processo de abreviação ainda é bastante utilizado no ambiente cibernético, mas quando é empregado nesse recinto ela não fere o que ensina a norma gramatical, uma vez que o ocultamento de alguns caracteres no espaço virtual não interfere na sintaxe e menos ainda na compreensão da men-

sagem que está sendo transmitida. Ademais, pode-se observar que em conversas virtuais, pelo fato de as frases serem produzidas em tempo real e, às vezes, com mais de um interlocutor, elas tendem a ser mais curtas.

Contemporaneamente, os processos morfofonológicos, quando realizados em redes sociais, em placas de estabelecimentos, por exemplo, geralmente ocasionam problemas ortográficos. Se pensarmos em classificá-los conforme os tipos, podemos observar supressões, transposições, aumentos e permutas de letras nas lexias. Essas modificações, diferentemente das abreviaturas, podem ferir o que ensina a norma gramatical. Um exemplo disso é a supressão do morfema <m> em eles amam ~ eles ama. Neste caso, a ausência deste morfema, indicativo de terceira pessoa do plural, configura problema de concordância, mas não compromete a compreensão do enunciado = mais de uma pessoa (eles) amam.

Os problemas em abreviar e em realizar processos morfofonológicos em excesso ganham dimensões ainda maiores quando se vai para a escola, uma vez que esta instituição possui o hábito de cultivar a linguagem imposta pela norma padrão. Mas, como se sabe, as pessoas não a utilizam em todos os momentos, porque essa língua raras vezes faz parte do seu convívio em comunidade. A esse respeito, Coelho (2006) pondera que:

A linguagem oficial apresentada nas escolas é, para a maioria dos alunos, principalmente no início, uma língua falsa, posto que um instrumento separado deles e de seus grupos, não é deles. Ela existe fora da maioria das pessoas, e, por isso mesmo, usam-na como um instrumento de que necessitam para se dizer o que não são; usam-na quando necessitam se dizerem como seres institucionalizados, seres vivendo momento oficial. Fora dessa situação, voltam a se expressar na modalidade lingüística que as caracterizam como pessoas donas de si mesmas, uma modalidade de linguagem que as represente, que seja elas próprias, a linguagem do grupo social de que participam (COELHO, 2006, p. 26).

Sopesando os dizeres do autor retromencionado (2006), e transportando essa teoria para a modalidade escrita não virtual, como nas redações escolares, por exemplo, é comum encontrar nessa tipologia textual processos morfofonológicos que não condizem com o que ensina a norma padrão. Diante deste quadro, é preciso que o aluno procure se adaptar aos diferentes momentos em que ele se encontra, para que ele produza textos que não tenham abreviaturas, nem marcas de oralidade. Realça-se, ainda, que nem sempre a escola tem dado conta de ensinar a existência de contextos, gêneros e finalidades variados que existem na escrita escolar e, tampouco, conseguido que essa variação se faça efetiva na prática da escrita e da fala de alunos e professores.

Importa lembrar que é fundamental que os professores ensinem também que a construção de textos coesos e coerentes ocorre também nas produções textuais que não empregam a norma dita padrão da língua, como é o caso das piadas. No caso da oralidade, é preciso esclarecer que a situação em que o aluno se insere é que determina o uso da língua.

Coelho (2008, p. 71) relata que tanto o oral quanto o escrito possuem normas distintas. Nessa direção, nos ensina que “linguagem oral e linguagem escrita são dois códigos ou sistemas diferentes, cada qual possuindo estruturas que lhes são próprias, regidas por normas e comportamentos diversos, não coincidentes”. Por outro lado, Marcuschi ensina que ambas as modalidades, oral e escrita, não devem ser vistas como opostas ou excludentes, mas como um *continuum* de características, a depender do gênero (MARCUSCHI, 2001).

No que respeita ao nosso material de análise, compreendemos que em meados do século XIX, não havia normas oficializadas para o uso da modalidade escrita, tal como se pode observar no livro manuscrito. Nele, constatamos uma grande quantidade de lexias que se escritas atualmente obedeceriam a outra grafia e que, por isso, configuram processos morfofonológicos. São exemplos disso *nasseo*, *innocente*, *Olios* e *ligitimo* que, em grafia atualizada ao período hodierno, se apresentam da seguinte maneira, respectivamente: nasceu, inocente, óleos e legítimo.

Vale sublinhar que a escolha de tais palavras não é aleatória, visto que representam alguns processos morfofonológicos que serão explicitados adiante. É meritório de destaque o acordo ortográfico passou a vigorar no ano de 1911, início do século XX, com Gonçalves Viana, atingindo apenas uma pequena parcela populacional escrevente, conforme postula Coutinho (1970); justifica-se, por isso, essa variação gráfica nos documentos manuscritos que antecedem essa datação. Nesse sentido, faz-se mister trazer à tona os dizeres de Fachin (2011), o qual defende que, embora não houvesse um acordo ortográfico outorgado na época, os escribas das mais diferentes esferas laborais tinham entre eles um acordo tácito para a execução da escrita.

Diante do exposto, pode-se dizer que os escreventes não possuíam uma norma oficializada para escrever, mas havia um uso tacitamente acordado porque, de fato, o códice apresenta uniformidade nos registros. Por ser um gênero textual eclesiástico cujos assentos precisariam manter regularidade, os escribas, provavelmente, mantinham um acordo, não necessariamente formal, no momento de compô-los. Se compararmos registros de batizados da mesma época, mas escritos em regiões diferentes, certamente, confirmaremos essa hipótese.

Não é preciso que nos delonguemos sobre esta questão, mas não é demais referenciar que as pessoas, antes mesmo de irem à escola, se comunicam por meio de uma gramática interna que, por vezes, não se equipara à gramática tradicional

que é ensinada na escola. A internalização das regras gramaticais se dá, principalmente, por meio da leitura de textos nas quais se aplicam essa norma, a qual serve como fio condutor para a prática de se expressar por meio dessa modalidade.

Com vistas a ilustrar os processos morfofonológicos encontrados no livro de batismo, iremos dividi-los em grupos, conforme preconiza Coutinho (1970), demonstrando exemplos que os ratifiquem; igualmente, classificaremos as abreviaturas, consoante pontuam Acioli (2003), Flexor (2008) e Costa (2007).

Os processos morfofonológicos podem ser assim divididos em: **por aumento**, que adicionam fonemas às lexias; **por subtração**, que tiram fonemas das lexias; **por transposição**, quando ocorre o deslocamento do fonema ou do acento tônico para as sílabas anteriores ou subseqüentes e **por permuta**, no qual há a substituição de um fonema por outro.

No primeiro grupo podem-se listar: a **prótese**, a **epêntese**, a **paragoge** – nas quais ocorrem a inserção de fonemas no início, no interior, no fim, respectivamente – e a **suarabácti**, que é uma síncope especial que consiste em desfazer um encontro consonantal por intermédio de uma vogal. No *corpus*, encontramos apenas os processos de paragoge, ocorrido uma vez e epêntese, com três ocorrências. Vejamos: *meze* (1); *adevogar* (1); *Augostinho* (1) e *Roixa* (1).

Fazem parte do segundo grupo³: a **monotongação**, na qual um ditongo se transforma em monotongo e a **sinalefa ou elisão**, que equivale à perda de uma vogal quando a lexia subseqüente também é iniciada por uma. São exemplos desses processos: *nassam* (2); *paixam* (5); *nassam* (5); *donde* (2).

O terceiro grupo é composto pela **metátese**, transposição de fonemas entre as sílabas de uma lexia; pela **sístole**, transposição do acento tônico de uma sílaba para a anterior e pela **diástole**, mudança do acento para a sílaba subseqüente. Vale dizer que não tivemos ocorrências desses processos no *corpus* analisado.

No quarto grupo estão a **sonorização**, quando um fonema surdo se torna sonoro; a **vocalização**, que consiste na permuta de um fonema consonantal a um vocálico; a **consonantização**, transformação de um fonema vocálico em um consonantal; a **assimilação**, aproximação ou perfeita identidade de dois fonemas, resultante da influência que um exerce sobre o outro; a **dissimilação**, diferenciação de um fonema por já existir um igual ou semelhante na lexia; a **nasalização**, conversão de um fonema oral em nasal; a **desnasalização**, processo oposto à nasalização; a **apofonia**, modificação que sofre a vogal da sílaba inicial de uma lexia, quando um prefixo é a ela justaposto; a **metafonia**, modificação no timbre de uma vogal, resultante da influência da vogal ou semivogal que a sucede; o **alçamento**, no qual a vogal média baixa passa à alta e o **abaixamento**, processo inverso o

3 Os processos de síncope e apócope não serão listados aqui pelo fato de eles serem categorizados como abreviaturas, segundo Acioli (2003); Flexor (2008) e Costa (2007).

alçamento. No *corpus*, foi possível listar os seguintes itens lexicais e suas ocorrências: ólios (5), legitimo (820), Mai (750), dous (25), dezaceis (40); nasseo (300); Saõ (15); annos (15) e innocente (45), que correspondem aos processos de alçamento, abaixamento e nasalizações progressiva (quando o fonema nasal espraia nasalidade para a sílaba precedente) e regressiva (quando o fonema nasal espraia nasalidade para a sílaba subsequente), respectivamente.

No que concerne às formas abreviadas, encontramos nos registros de batizados as seguintes tipologias: **abreviatura por síncope**, **abreviatura por apócope**, **abreviatura mista**, **abreviatura numérica**, além de **algumas siglas e acrônimos**. Cabe lembrar que a **abreviatura por síncope** consiste na subtração de fonemas ou morfemas no interior do vocábulo. Costa (2007) assinala que os grafemas não podem ser ocultados aleatoriamente, haja vista que o ocultamento equivocado pode causar ininteligibilidade ao enunciado. De igual maneira, é recorrente nas atas batismais este tipo de abreviatura vir com o último grafema sobreposto. São exemplos desta tipologia: *Senhora*, *Oliveira*, *Silva*, *Major*.

A **abreviatura por apócope** afigura-se pela subtração de grafemas no fim do vocábulo, como em *Nossa Senhora* (12) e *próximo passado* (35). Segundo Flexor (2008) e Acioli (2003), esta abreviatura deve vir sempre seguida por ponto final. Por conseguinte, a **abreviatura mista** configura-se pelo hibridismo das abreviaturas por síncope e por apócope: *Sua Mulher* (2), *Nossa Senhora* (28). Geralmente, nesta tipologia há a presença de duas lexias.

A **abreviatura numérica** configura-se pelo aparecimento de um número cardinal, geralmente os números sete, oito, nove e dez, sobreposto pelos grafemas <bro>, indicando os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. De acordo com as autoras em que vimos baseando este estudo e referidas acima, o processo de abreviar foi largamente utilizado para economizar tempo do escriba, posto que existia uma vasta gama documental para ser elaborada ou transcrita e na qual se fazia constar informações numéricas.

A **sigla**, etimologicamente deriva de *singula* (*letterae singulae*), consiste na representação por letras maiúsculas e representam lexias completas, das quais são iniciais. Por exemplo: D.= *Dona* (2) ou *Dom* e I.M.I. = *Ioão Maria Iosé* (1). Segundo Acioli (2003), Flexor (2008) e Costa (2007) as siglas podem subdividir-se em: **siglas simples**, quando indicadas apenas por uma letra, conforme demonstram os exemplos acima; **siglas duplicadas**, quando a letra é reprisada para indicar plural da lexia apresentada, ou quando, na lexia, o grafema é encontrado duas vezes: RR, segundo as autoras mencionadas, pode significar reverendíssimo ou reverendíssimos, a depender do contexto. As **siglas compostas** são formadas por dois ou três grafemas ou pelos grafemas que predominam no item lexical. São exemplos: UFG – Universidade Federal de Goiás, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, dentre outras. Cabe lembrar, ainda, os **acrônimos**, formados pela união

dos grafemas que iniciam o vocábulo, ou pelas suas sílabas iniciais. Este se difere da sigla composta pelo fato de ter a pronúncia silabada, como em LALEFIL – Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística.

Acreditamos que no espaço cibernético, as abreviaturas mais recorrentes são as por síncope e apócope. No rol das menos recorrentes, conjecturamos encontrar os outros tipos de abreviaturas listadas e as siglas, nos seus mais diversos desdobramentos. Quanto aos processos morfofonológicos, acreditamos que todos eles são muito recorrentes, tanto no espaço virtual, quanto fora dele.

Considerações finais

Convém esclarecer que um método eficaz para auxiliar as pessoas que realizam esses “erros” na manuscrita ou na escrita virtual é apresentar-lhes o dicionário para consulta, para que elas possam conhecer a grafia correta das palavras, a categoria gramatical, a definição e o uso de palavras ou expressões na produção textual. Ele é, ainda, um artefato que auxilia a memória (COELHO, 2008). A leitura também pode ser uma grande aliada na resolução desses problemas ortográficos, vez que ler assiduamente nos faz internalizar a grafia e, conseqüentemente, nos ajuda a ampliar o arcabouço lexical.

Ficou evidente que a escrita não é o reflexo da fala. Esta é adquirida através do convívio com outros seres de linguagem. A sua aquisição e internalização são, por conseguinte, mais “naturais”. A escrita, por sua vez, é um código engendrado pelo ser humano, cuja aprendizagem sistemática e intensiva se fazem cruciais na maioria das vezes. Ela nasceu da imprescindibilidade de fixar a fala para que ela perpetuasse ao longo do tempo, contudo, não se pode esquecer que a escrita é uma reprodução imperfeita do que é falado. É este, portanto, secundário àquela.

É necessário desvencilhar a fala da escrita, uma vez que elas são modalidades distintas de realização da língua. Sob este prisma, conduzir os alunos para que eles possam refletir sobre a língua escrita e compreender que ela não é o reflexo da oralidade é o primeiro passo para que a grafia se aproxime da modalidade padrão e de que faz uso a parcela populacional letrada. Contudo, cabe reconhecer, também, que as características que são imbuídas à fala e as características da escrita não devem ser vistas como algo fixo e imutável, mas como traços que podem se modificar a partir das circunstâncias de interação nos diversos espaços e circunstâncias de linguagem.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massanga, 2003.

COELHO, Braz José. Dicionários: estrutura e tipologia. In: _____. **Linguagem – lexicologia e ensino de português**. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2008. p. 13-43.

_____. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de memória histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo**. 2007. 558 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1970.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. A importância do trabalho filológico para os estudos ortográficos da língua portuguesa. In: PAULA, Maria Helena de; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Org.). **Percorrendo trilhas filológicas: estudos para a história da Língua Portuguesa - Em homenagem a Heitor Megale**. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010, v. 1, p. 45-56.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2005.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Mariano José Pereira. **Livro de Assentos de Registros de Baptizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1839-1842)**. 90 f. Villa do Catalão, 26 de dezembro de 1839 (Visto em Visita Pastoral de 17 de novembro de 1862).

PAULA, Maria Helena de. Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão. In: _____; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Org.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da Língua Portuguesa – Em homenagem a Heitor Megale. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 29-44.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que filologia/crítica textual? **Revista Acta**, Assis, v. 1, 2011. p. 11-12.

ZANOTTO, Normélio. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro/Caxias do Sul: Lucerna, EDUCS, 1986.

Análise comparativa de estrutura narrativa sob diferentes condições de solicitação de produção textual

Paulina Mei¹

Maria José dos Santos²

Resumo: O domínio da escrita de textos narrativos requer conhecimentos linguísticos caracterizados por relações lógico-semânticas entre funções e atores. A habilidade de produzir narrativas apresenta um desenvolvimento gradual, cujo percurso é influenciado por vários fatores, dentre eles, o tipo de solicitação. Há indícios de que as narrativas se apresentam com melhor estrutura quando a condição de solicitação tem apoio visual. O objetivo desta pesquisa era investigar o desempenho de alunos do 5º ano do ensino fundamental na produção de narrativas sob diferentes condições de produção. Foram oferecidos diversos estímulos, como apoio visual e apoio verbal, com e sem sugestão de conflito para a produção dos textos, que foram analisados e classificados de acordo com os critérios criados por Rego. Os resultados mostram que o apoio visual é relevante na qualidade narrativa de histórias, mas não é fator determinante. A presença de sugestão de conflito parece ser um elemento favorecedor.

Palavras-chave: Narrativas. Produção de texto. Habilidades metatextuais.

Introdução

O domínio da escrita de textos narrativos requer conhecimentos linguísticos caracterizados por relações lógico-semânticas entre funções e atores. Conforme aponta a literatura, a habilidade de produzir narrativas não emerge repentina-

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia. Contato: mei.pailinamei@gmail.com

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Educação. Contato: majossantos@gmail.com

mente, apresenta um desenvolvimento gradual, cujo percurso é influenciado por vários fatores, dentre os quais, destacam-se: idade; escolaridade; interações sociais diversas; experiências com textos no ambiente familiar; tipo de solicitação, ou seja, produção livre, produção a partir de gravuras, de ilustrações de livros infantis, relatos de fatos ocorridos, reprodução de histórias contadas, entre outros. Há indícios de que as narrativas se apresentam com melhor estrutura quando a condição de solicitação tem apoio visual. Contudo, outras pesquisas atribuem o sucesso das produções narrativas à sugestão de um conflito na solicitação. Neste contexto, o objetivo da pesquisa, é investigar o desempenho de alunos do 5º ano do ensino fundamental na produção de narrativas, sob diferentes condições de produção: com apoio visual e com apoio verbal e com e sem sugestão de conflito. Os alunos foram solicitados a produzirem histórias (um tipo particular de narrativa) em seis diferentes condições. Nossa hipótese era de que tanto a sugestão de conflitos quanto o apoio visual teriam grande influência na qualidade das produções. Os resultados mostram que, embora o apoio visual seja relevante na qualidade narrativa de histórias, esse não é fator determinante. A presença de sugestão de conflito parece ser também um elemento favorecedor. Discute-se a importância de práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem de conhecimentos explícitos relativos à língua escrita, necessários para um bom desempenho na produção textual.

Esta pesquisa foi desenvolvida em um programa de PIBIC, em 2014/2015. O projeto inicial foi modificado no que se refere às séries dos participantes. Estava previsto investigar 3º, 4º e 5º anos, entretanto, problemas práticos nos levaram a optar apenas pelo 5º ano. O projeto da presente pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás e por seguir os preceitos éticos, foi aprovado conforme parecer consubstanciado 133/2009.

1 Desenvolvimento

Ler e escrever são habilidades essenciais na sociedade contemporânea: possibilitam o acesso à informação, a troca de conhecimentos, além de capacitarem à cidadania plena, criando caminhos e perspectivas profissionais e pessoais. Várias são as atividades cotidianas que exigem domínio destas habilidades, tais como fazer compras, trabalhar, orientar-se quanto a nomes de ruas em placas, entre outras. Vale também ressaltar que o sucesso escolar e o profissional são altamente dependentes dessas habilidades.

Embora o Brasil tenha avançado na universalização do acesso à educação básica, ainda há muito que se fazer pela qualidade da educação oferecida (SAEB, 2006). Avaliações nacionais e internacionais têm demonstrado precariedade na qualidade do ensino e grandes disparidades regionais. A qualidade da educação

básica está relacionada tanto a fatores intraescolares, quanto a fatores extraescolares, o que significa que, além das questões diretamente ligadas à escola - como infraestrutura, políticas públicas educacionais e formação do professor - as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre indivíduos e grupos, também interferem tanto no acesso à educação como na qualidade do processo de aprendizagem (CLÍMACO; SANTOS; LOUREIRO; LOUREIRO, 2010).

Se durante o processo de aprendizagem os alunos não desenvolvem as habilidades de leitura e escrita de maneira satisfatória, podemos pensar que parte do analfabetismo adulto pode estar relacionada à qualidade do ensino oferecido nos anos iniciais (Brasil, 2003). Resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também apontam problemas do ensino nesta etapa, mas fundamentalmente remetem a um problema maior, a precariedade do ensino básico. Os alunos chegam ao ensino médio com dificuldades por não desenvolverem habilidades de leitura e escrita adequadas na educação básica, eles são mal alfabetizados, não produzem e não leem textos de forma eficaz.

Não há dúvidas de que o grande desafio enfrentado pela sociedade e pelo poder público na atualidade é a promoção da aprendizagem da leitura e escrita de forma plena. Roazzi, Santos e Paula (2014) consideram que:

Parte deste desafio consiste em identificar quais são os fatores implicados no processo de ensino e aprendizagem inicial e no aperfeiçoamento da língua escrita, condição para melhor compreender e intervir com a finalidade de auxiliar o aprendiz de modo mais efetivo (p. 9).

A Psicologia Cognitiva da Leitura, ciência que busca descrever e explicar as capacidades cognitivas ou capacidades mentais de tratamento da informação, tem empreendido esforços para melhor compreender as habilidades cognitivas envolvidas na leitura (MORAIS, 1996). Faz parte da pauta de pesquisas na área da Psicologia Cognitiva da Leitura responder a perguntas tais como: como se aprende a ler e escrever?; Quais bases favorecem a aprendizagem da língua escrita?; Como detectar e verificar aspectos do desenvolvimento linguísticos das crianças que são relevantes e facilitadores da aprendizagem da leitura e escrita? (ROAZZI; SANTOS; PAULA, 2014).

Aprender a escrever a língua portuguesa implica na aquisição de um conjunto de habilidades como, por exemplo, o domínio do princípio alfabético de escrita, das convenções ortográficas e gramaticais, das regras de pontuação, organização e ordenamento das ideias, consideração de aspectos intralinguísticos, distanciamento entre escritor e leitor, entre outros (LINS E SILVA; SPINILLO, 1998).

Ao escrever, o escritor gera ideias e faz escolhas linguísticas, levando em consideração os elementos constituintes do texto e os aspectos sintáticos que caracte-

rizam a escrita (SANTOS; BARRERA, no prelo). A escrita de um texto é resultado de “um complexo jogo de estratégias onde o sujeito tem que coordenar o fluxo do pensamento, em que se relacionam o discurso interior e as formulações de enunciados comunicativos, com as operações quase sempre mais lentas do registrar” (GÓES; SMOLKA, 1992, p. 56).

Leal e Luz (2001) salientam que:

A aprendizagem de produção de textos compreende o desenvolvimento da capacidade de coordenar conhecimentos de vários níveis e atividades também diversificadas que estão em jogo no trabalho de escrita. O escritor precisa usar informações acerca das normas de notação da escrita; atentar para as normas gramaticais de marcação de concordância gramatical; usar recursos coesivos e sinais de pontuação; organizar o texto em parágrafos; decidir acerca das estruturas das frases; selecionar vocábulos; utilizar conhecimentos acerca do tipo de texto a produzir, tais como organização, sequência de ideias, estilo de enunciação; refletir acerca do conteúdo a ser veiculado, entre outras decisões necessárias (p. 29).

Recentemente a Psicologia Cognitiva da Leitura tem apontado a relevância das habilidades metalinguísticas, ou seja, habilidades de reflexão e monitoramento da linguagem, na aprendizagem da escrita e na produção de textos. O monitoramento e a autorregulação das atividades linguísticas implicam na reflexão sobre a linguagem como um objeto independente do significado que veicula e também que o escritor/leitor manipule intencionalmente as estruturas da linguagem (SANTOS; MALUF, 2004).

Dentre as habilidades metalinguísticas, destacam-se as habilidades metatextuais (cuja unidade de análise é o texto) para a aprendizagem da produção de textos. Segundo Gombert (1990), as habilidades metatextuais (consciência metatextual) são atividades realizadas pelo escritor/leitor que trata o texto como objeto de análise, de modo que possa examinar suas propriedades a partir de um monitoramento intencional e deliberado, focalizando a atenção no texto e não em seus usos.

No modelo metalinguístico proposto por Gombert (2003), as aprendizagens relativas à língua escrita se dão, inicialmente, por uma via implícita: os conhecimentos elaborados no nível da língua oral são transferidos para a aprendizagem da escrita. No que se refere à produção de textos, as crianças transfeririam para a escrita de um texto os conhecimentos advindos de suas experiências cotidianas com a audição de leituras de diferentes gêneros textuais. Desse modo, as aprendizagens implícitas ocorreriam de forma espontânea e não intencional, levando a conhecimentos que se atualizam de forma automática, sem controle

consciente (GOMBERT, 2003; PAULA; LEME, 2010). Segundo o autor, estas aprendizagens implícitas necessitam de aprendizagens explícitas para a aquisição consistente de conhecimentos relacionados à produção de textos. Assim, as características estruturais e as convenções usadas na escrita de textos, ao serem explicitadas pelo ensino, ampliam o conhecimento do aprendiz, possibilitando que possa ser utilizada intencionalmente em suas produções, melhorando a qualidade das mesmas.

As narrativas, um tipo particular de texto, constituem um gênero fundamental em todo o processo de aprendizagem e são usadas no cotidiano, em situações comunicativas, além de constituírem parte essencial de nossa experiência (MATA, SILVA; HAASE, 2007). Mata *et al.* (2007, p. 52) definem a narrativa “como uma descrição de séries de ações e eventos que se desenvolvem ao longo do tempo de acordo com os princípios causais”, devendo também abordar conteúdo significativo, organizado de forma clara, uso de recursos sintáticos de modo que as ideias sejam apresentadas de forma parcimoniosa, apresentando apenas o essencial para a compreensão das ideias (BARNES; DENNIS, 1998, *apud* MATA, SILVA; HAASE, 2007).

A narrativa comporta diferentes gêneros: romance, novela, conto, crônica, fábulas e histórias. Na área da psicologia, há um conjunto de estudos que investigam a estrutura narrativa de histórias produzidas por crianças, tanto na modalidade oral como na escrita (SPINILLO, 1991; SPINILLO, 1993; ZACCUR, 1993; SPINILLO; MARTINS, 1997; LINS E SILVA; SPINILLO, 1998; LINS e SILVA; SPINILLO, 2000; LEAL; LUZ, 2001; SPINILLO, 2001; PESSOA, CORREA, SPINILLO, 2010; SANTOS; BARRERA, no prelo).

Diversos estudos apontam uma progressão na qualidade da produção escrita, decorrente da idade, da escolaridade e do contato que a criança tem com textos no ambiente familiar (REGO, 1995; LINS E SILVA; SPINILLO, 1998; 2000; BUARQUE, HIGINO, MIRANDA, DUBEUX; PEDROSA, 1992). O domínio de estratégias específicas de planejamento e revisão de textos, combinadas com estratégias de regulação e controle dos processos cognitivos presentes na escrita parecem ser fundamentais para a qualidade da produção da escrita (COSTA; BUROCHOVITCH, 2009).

Além desses fatores, alguns pesquisadores têm se interessado também em investigar a influência das condições de solicitação de produção sobre a qualidade narrativa das histórias produzidas (LINS E SILVA; SPINILLO, 2000).

Lins e Silva e Spinillo (2000) investigaram a escrita de histórias sob efeito de diferentes condições de produção: produção livre; produção oral/escrita; sequência de gravuras e reprodução. Os resultados apontam que o tipo de solicitação de produção é fator importante na escrita de histórias bem estruturadas. As histórias mais elaboradas foram aquelas produzidas com apoio visual ou verbal na solici-

tação. Contudo, as autoras pontuam que não é o mero apoio visual ou verbal que influencia na escrita de histórias, mas a situação-problema inserida neles.

Estudos mostram que histórias produzidas oralmente a partir de um apoio visual são mais elaboradas e estruturadas do que aquelas que não contam com apoio visual (SPINILLO, 1991; SPINILLO, 1993). Essas pesquisas sugerem que a estrutura narrativa pode ser mais sofisticada quando é oferecido apoio visual, pois as crianças são sensíveis às situações de produção.

Os resultados apresentados levantam questionamentos, pois não seria apenas a presença de apoio - visual ou verbal - que desencadearia diferentes níveis de produção, mas o modo de apoio apresentado, visto que existem indicativos de que a qualidade narrativa é mais sofisticada quando o apoio visual sugere uma situação de conflito (LINS e SILVA; SPINILLO, 2000).

Considerando a hipótese acima, Santos e Barrera (no prelo) investigaram o desempenho em produção de narrativas com e sem apoio visual e com e sem sugestão de conflito. Os resultados mostram que um número significativo das crianças investigadas não domina a estrutura narrativa de uma história, mesmo sendo consideradas já alfabetizadas. Os dados apontam que a condição de solicitação de produção interfere na qualidade da estrutura narrativa dos textos, ou seja, as narrativas elaboradas a partir de uma sequência de figuras que explicitava um conflito apresentaram uma estrutura de melhor qualidade. Por outro lado, as narrativas produzidas a partir da gravura sem explicitação de conflito apresentaram estrutura pobre com predominância de descrições. Segundo as autoras, os dados sugerem que o apoio visual não é determinante na qualidade da estrutura narrativa visto que está presente nas duas condições: sequência de gravuras e gravura isolada. Elas apontam para a influência da situação conflito para potencializar os recursos narrativos dos alunos. Desta forma, a sugestão de conflito parece ser mais relevante como estímulo, independentemente de estar associada ao apoio visual ou não. O melhor desempenho quando a solicitação é a sequência pode ser explicado, então, pelo encadeamento das ações, que proporciona uma estrutura de história.

Considerando os resultados apresentados por Santos e Barrera (no prelo), elaboramos essa pesquisa com o objetivo de investigar a influência de diferentes tipos de solicitação (com apoio visual e verbal e com e sem sugestão de conflito) na qualidade narrativa de textos produzidos por alunos de 5º ano do ensino fundamental.

2 Metodologia/procedimentos utilizados

Participaram deste estudo 15 alunos do 5º ano (com idades entre 10 e 13 anos) do ensino fundamental de uma escola pública de Goiás. Foi solicitado a eles

que produzissem uma história a partir de seis condições de solicitação, destas três sugeriam algum conflito e três não sugeriam. Além disso, quatro delas ofereciam apoio visual e duas ofereciam apoio verbal.

As condições de solicitação e os estímulos oferecidos para as crianças foram escolhidas pelas pesquisadoras. Foram eles: Sequência de figuras com sugestão de conflito “O Chute” do livro *Esconde-Esconde*, de Eva Furnari, 1995 (com apoio visual); Gravura com sugestão de conflito: crianças brigando (com apoio visual); Título sugerido com sugestão de conflito: O dia em que o gato ficou amigo do rato (com apoio verbal); Sequência de figuras sem sugestão de conflito “O Teatro” do livro *Esconde-Esconde*, de Eva Furnari, 1995 (com apoio visual); Gravura sem sugestão de conflito: crianças brincando de pular corda (com apoio visual); e Título sugerido sem sugestão de conflito: O Cachorrinho Lelé (com apoio verbal).

As crianças tiveram a liberdade para dimensionar o texto e usar o tempo que consideravam necessário.

2.1 Procedimento de análise

As 90 produções das crianças foram analisadas por dois juízes independentes e, no caso de discordância, o texto foi analisado por um terceiro juiz. Como critério de análise foram utilizadas as categorias criadas por Rego (1986), empregadas por Spinillo (2001) e Santos e Barrera (no prelo).

Categoria I: produções que se limitam à introdução da cena e dos personagens observando o uso de marcadores linguísticos convencionais de início da história; Categoria II: além da introdução da cena e dos personagens com início convencional, está presente uma ação que sugere o esboço de uma situação-problema; Categoria III: possui desfecho com resolução súbita da situação-problema, sem que sejam explicitados os meios utilizados para tal. Pode apresentar final convencional; Categoria IV: histórias completas, com estrutura narrativa elaborada e desfecho da trama explicitado. Algumas histórias contêm mais de um episódio, podendo apresentar final convencional.

3 Discussão e resultados

A tabela a seguir mostra os resultados obtidos por alunos de 5º ano em tarefas de produção de textos sob os diferentes tipos de solicitação, ou seja, com apoio visual e verbal e com sugestão e sem sugestão de conflito.

5º Ano – participaram 15 alunos

Tabela 1 Número e porcentagem de narrativas nas 4 categorias sob diferentes tipos de solicitação
(C: com sugestão de conflito; S: sem sugestão de conflito; N: número de participantes)

Categorias	Apoio Visual				Apoio Verbal	
	Sequência		Gravura		Tema	
	C N %	S N %	C N %	S N %	C N %	S N %
I	0	13	3	5	0	0
	0	86,6	20,0	33,3	0	0
II	2	2	6	7	5	8
	13,3	13,3	40,0	46,6	33,3	53,3
III	6	0	6	3	7	7
	40,0	0	40,0	20,0	46,6	46,6
IV	7	0	0	0	3	0
	46,6	0	0	0	20,0	0

Sequência com conflito: das 15 crianças participantes da pesquisa, sete (46,6%) alcançaram a categoria IV, ou seja, produziram narrativas com estrutura completa; seis (40%) foram classificadas na categoria III, cujas produções apresentaram introdução da cena e dos personagens, com situação-problema, mas resolução súbita e duas (13,3%) na categoria II com esboço de situação problema.

Gravura com conflito: na condição da gravura com sugestão de conflito, seis crianças (40%) foram classificadas na categoria III e outras seis foram classificadas na categoria II. As produções de três (20,0%) crianças foram classificadas na categoria I, isto é, produções que não vão além da introdução da cena e dos personagens.

Tema com conflito: nesta condição dois terços das crianças (66,6% ou 10 crianças) tiveram suas produções classificadas nas categorias III e IV, apresentaram textos mais elaborados, sendo 46,6% (7 crianças) na categoria III e 20% (3 crianças) na categoria IV. As outras 5 crianças (33,3%) foram classificadas na categoria II.

Os dados mostram que em todas as condições em que o conflito está presente, independente da presença do apoio visual, as crianças obtiveram um melhor desempenho, ou seja, suas produções apresentaram uma estrutura narrativa de boa qualidade.

Sequência sem conflito: nesta condição, a maioria das crianças (86,6%, 13 crianças) foi classificada na categoria I, ou seja, produziram textos sem estru-

tura de história. Os 13,3% (duas crianças) restantes foram classificados na categoria II, em que há introdução da cena e dos personagens e o esboço de uma situação-problema.

Gravura sem conflito: das 14 crianças, cinco (33,3%) tiveram suas produções classificadas na categoria I em que as produções se limitam à descrição da cena e dos personagens; sete (46,6%) na categoria II em que são introduzidos personagens e cena, além da sugestão de uma situação-problema; e três (20%) delas alcançaram a categoria III, em que o desfecho da situação problema é repentino.

Tema sem conflito: sob essa condição as produções ficaram entre as categorias II e III, sendo que oito (53,3%) na categoria II por apresentarem esboço de uma situação-problema, e sete (46,6%) na categoria III, em que há desfecho com resolução súbita da situação-problema, sem explicitar os meios utilizados.

Os dados mostram que nas condições de ausência de conflito as crianças tiveram melhor desempenho na situação em que foi proposto um tema e na situação em que foi oferecida uma gravura como estímulo.

É importante destacar que na situação de sequência, todas as 15 crianças produziram narrativas classificadas nas categorias referentes a um domínio de esquema narrativo precário. A análise qualitativa das produções mostra que grande parte delas corresponde à descrição da sequência de cenas.

Os dados obtidos mostram que as crianças obtiveram melhor desempenho nas condições em que foram sugeridos conflitos, independente da presença de apoio visual.

É importante destacar que na condição de solicitação com um tema sem conflito, quase a metade das produções dos alunos alcançaram a categoria III. Isso sugere que as crianças de maior escolaridade podem ser menos sensíveis a tipos de solicitação. Contudo, apenas 10 (11,11%) produções foram consideradas histórias com boa qualidade narrativa.

Conclusões

Nesta pesquisa, tivemos por objetivo investigar a influência de diferentes tipos de solicitação (com apoio visual e com apoio verbal e com e sem sugestão de conflito) na qualidade narrativa de textos produzidos por alunos de 5º ano do ensino fundamental.

Participou da pesquisa uma classe de 5º ano. Dos 30 alunos matriculados, dois não eram alfabetizados e por isso foram excluídos da pesquisa (realizaram todas as atividades, mas estas não foram consideradas na análise) por não dominarem habilidades mínimas de leitura e escrita.

Iniciamos a pesquisa com 28 alunos e finalizamos a pesquisa 15 alunos. Cabe aqui breve, mas importante consideração. A assiduidade dos alunos foi um pro-

blema encontrado. Foram excluídas as produções de 13 alunos por não terem realizado todas as atividades em decorrência da baixa assiduidade. Esses dados são preocupantes, uma vez que a assiduidade, isto é, a frequência regular às aulas, é fator importante para a concretização e consolidação dos processos de aprendizagem, o que favorece o rendimento escolar.

De maneira geral nossos resultados corroboram os resultados apresentados por Lins e Silva e Spinillo (2000) e Santos e Barrera (no prelo), ou seja, o tipo de solicitação de produção é fator importante na escrita de narrativas bem estruturadas.

Das 45 narrativas produzidas pelos alunos cujas solicitações sugeriam conflito, 64,4% (29) estão nas categorias III e IV e das 45 narrativas produzidas por solicitação sem sugestão de conflito, temos 22,2% das produções (10) na categoria III e nenhuma produção na categoria IV. Conforme aponta Spinillo (2001, p. 80), “o universo de experiências informais associado aos anos escolares posteriores à alfabetização parece ser, portanto, fator relevante na aquisição de formas mais elaboradas de produções escritas”. Acreditamos ser esse um aspecto interessante para futuras investigações.

Conforme ressaltam Lins e Silva e Spinillo (2000),

Ao que parece, o domínio do sistema de escrita não garante o domínio de uma habilidade narrativa escrita. Esta habilidade parece progredir de forma mais acentuada na terceira e na quarta série do ensino fundamental, séries estas em que os textos, de modo geral, estão mais presentes na vida escolar das crianças em todas as áreas do conhecimento. Este contato mais intenso com textos pode contribuir para o desenvolvimento de um esquema narrativo mais elaborado (p. 346).

É importante destacar que apenas 22,2% das produções de alunos de 5º ano podem ser consideradas de boa qualidade narrativa. Esse dado é preocupante, pois remete às condições de ensino oferecido a esses alunos e nos leva a indagar pelo sucesso escolar e profissional futuro dessas crianças.

Conforme já mencionado, as habilidades metalinguísticas, em especial as habilidades metatextuais, que permitem que o escritor/leitor trate o texto como objeto de reflexão e análise, são essenciais para a aprendizagem da produção de textos de boa qualidade linguística (coesos, coerentes e bem estruturados).

Segundo Gombert (2003), a aquisição do sistema de escrita envolve aprendizagens implícitas e explícitas. As aprendizagens implícitas ocorrem de forma espontânea e não intencional e são decorrentes das experiências cotidianas vivenciadas pelos alunos, tal como audição de leituras de diferentes gêneros textuais. As aprendizagens explícitas envolvem a alocação da atenção, a deliberação do

sujeito por meio de processos de explicitação, tais como supressão representacional, suspensão representacional e a redescrição representacional (KARMILOFF-SIMTH, 1994).

As aprendizagens implícitas e explícitas contribuem de maneira diferentes para a aquisição da língua escrita: as aprendizagens da escrita se iniciam pela via implícita (conhecimentos oriundos do contato com a língua oral, práticas de letramento, etc) e são transferidos tacitamente (implicitamente) para as aquisições relativas à escrita (GOMBERT, 2003; PAULA; LEME, 2010). Entretanto, conforme apontam Paula e Leme (2010), as aprendizagens implícitas requerem o complemento, substituição e atualização de aprendizagens explícitas para a aquisição da língua escrita.

No caso que aqui nos interessa, produção de texto, sua aprendizagem necessita de um ensino explícito das características estruturais da escrita e das convenções usadas para que as aprendizagens implícitas se convertam em aprendizagens explícitas. A ampliação do conhecimento decorrente da conversão das aprendizagens implícitas possibilitará que o aprendiz faça uso intencional de seus conhecimentos, melhorando a qualidade de suas produções textuais.

O exposto acima leva-nos a destacar a importância do ensino explícito de características estruturais de textos através de “uma prática que propicie aos alunos uma consciencialização profunda daquilo que está implicado no ato de produzir um texto” (PEREIRA; BARBEIRO, 2010, p. 51). Nesse sentido, é essencial que os professores tenham um amplo conhecimento sobre propostas de intervenção em estratégias de aprendizagem de produção de textos a fim de que possam de fato proporcionar um ensino eficiente. São muitas as pesquisas que demonstram a efetividade de práticas pedagógicas voltadas para o ensino de produção de textos (PEREIRA; BARBEIRO, 2010).

Para finalizar, salientamos a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a produção de textos que se caracterizem tanto por atividades que possibilitam aprendizagens implícitas através do contato com diferentes gêneros de textos, quanto pelo ensino explícito da estrutura textual. Os dados obtidos, quando comparados as condições de solicitação de histórias, sugerem que a maioria das crianças estudadas não conhecia explicitamente a estrutura narrativa de uma história e, por isso, mostrou-se tão sensível aos estímulos oferecidos.

Referências

BRASIL. Pesquisa Nacional Qualidade da Educação. INEP, 2003.

BUARQUE, Lair. L., HIGINO, Zélia. M., MIRANDA, Elisabete. M., DUBEUX, Maria Helena; PEDROSA, Ivane. Avaliação do desempenho da rede pública

escolar do Estado de Pernambuco na área de linguagem (Número Especial). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 5, 1992.

CLÍMACO, Arlene C. A.; SANTOS, Catarina A.; LOUREIRO, Marcos C. S. e LOUREIRO, Walderês N. Educação básica de qualidade: Desafios e proposições para o novo PNE. **Revista Retratos da Escola**, v. 4, n. 6, 2010, p. 109-121.

COSTA, Elis Regina da; BUROCHOVITCH, Evely. As estratégias de aprendizagem e a produção de textos narrativos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, 2009, p. 173-180.

FURNARI, Eva. O Chute. In: _____. **Esconde-Esconde**. 3. ed. São Paulo: Átila, 1995.

_____. O Teatro. In: _____. **Esconde-Esconde**. 3. ed. São Paulo: Átila, 1995.

GOMBERT, Jean É. Atividades Metalinguísticas e Aprendizagem da Leitura. In: MALUF, Maria Regina (Org). **Metalinguagem e aquisição da escrita: contribuições da pesquisa para a prática da alfabetização**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Le développement métalinguistique**. Paris: Presses Universitaires de France, mars, 1990.

GÓES, Maria Cecília Rafael; SMOLKA, Ana Luiza B. A criança e a linguagem escrita: considerações sobre a produção de textos. In: ALENCAR, E. S. (Org.). **Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 51-70.

KARMILOFF-SMITH, Annette. Précis on beyond modularity. **Behavioral and Brain Science**, v.17, 1994, p. 693-743.

LEAL, Telma F.; LUZ, Patrícia S. Produção de textos narrativos em pares: reflexões sobre o processo de interação. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, jan./jun. 2001, p. 27-45.

LINS e SILVA, Maria Emília; SPINILLO, Alina G. A influência de diferentes situações de produção na escrita de histórias. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.13, n.3, 2000, p. 337-350.

- _____. Uma análise comparativa da escrita de histórias pelos alunos de escolas públicas e particulares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.79, n. 193, 1998, p.5-16.
- MATA, Fernanda G.; SILVA, Júlia B. L.; HAASE, Vitor G. Narrativas: abordagens cognitivas e neuropsicológicas da análise da produção e compreensão. **Mosaico: estudos em psicologia**, 2007, v. 1, n. 1, p. 51-59.
- MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- PAULA, Fraulein V.; LEME, Maria Isabel da S. Aprendizagem implícita e explícita: uma visão integradora. **Psicologia em Pesquisa**, v. 4, n. 1, 2010, p. 15-23.
- PEREIRA Luísa Á. & BARBEIRO Luís Filipe. A revisão textual acompanhada como estratégia de ensino da produção escrita”. In: LUNA, Maria José de M.; SPINILLO, Alina G.; RODRIGUES, Siane G. (Org). **Leitura e Produção de Texto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 51-80.
- PESSOA, Ana Paula P.; CORREA, Jane; SPINILLO, Alina G. Contexto de produção e o estabelecimento da coerência na escrita de histórias por crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n.2, p. 253-260, 2010.
- REGO, Lúcia L. B. Diferenças individuais na aprendizagem inicial da leitura: papel desempenhado por fatores metalinguísticos. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v.11, 1995, p. 51-60.
- _____. A escrita de histórias por crianças: as implicações pedagógicas do uso de um registro linguístico. São Paulo: **Revista de documentação de estudos em Linguística Teórica e aplicada**, PUC- SP, v.2, n.2, 1986, p. 165-180.
- ROAZZI, Antonio; PAULA, Fraulein V.; SANTOS, Maria José. **Leitura e Escrita: A sua Aprendizagem na Teoria e Prática**. Curitiba, Juruá, 2014.
- SANTOS, Maria José; BARRERA, Sylvia D. Escrita de textos narrativos sob diferentes condições de produção. **Psicologia Escolar e Educacional** (Impresso), 2015. (no prelo).
- SANTOS, Maria José; MALUF, Maria Regina. Consciência fonológica e linguagem escrita: efeitos de um programa de intervenção. In: MALUF, Maria

Regina. **Psicologia educacional: questões contemporâneas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 91-103.

SPINILLO, Alina G. A produção de histórias por crianças: a textualidade em foco. Em: CORREA, Jane; SPINILLO, Alina G.; LEITÃO, Selma. **Desenvolvimento da linguagem: escrita e textualidade**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001. p. 75-116.

_____. Uma análise da produção de histórias coerentes por crianças. São José do Rio Preto: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 1997.

_____. Era uma vez... e foram felizes para sempre: esquema narrativo e variações experimentais. **Temas em Psicologia**, v.1, n.1, 1993, p. 67-77.

_____. O efeito da representação pictográfica na produção de narrativas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.7, n.3, 1991, p. 311-326.

SPINILLO, Alina G.; MARTINS, Raul A. Uma análise da produção de histórias coerentes por crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, 1997, p. 219-248.

ZACCUR, Edwiges. Conta outra vez: a construção da competência narrativa. In: GARCIA, Regina L. (org.). **Revisitando a pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 37-51.

Cognatos e falsos amigos entre LSB e ASL

Thaysa dos Anjos Silva Romanhol¹

Leandro Andrade Fernandes²

Resumo: O objetivo deste trabalho é comparar elementos lexicais da Língua de Sinais Americana (ASL) e a Língua De Sinais Brasileira (LSB) a partir de uma possível influência histórica da Língua de Sinais Francesa (LSF). O *corpus* para esta investigação foi coletado do *site* de recursos *American Sign Language University (ASLU)*. Foram coletados quinhentos e noventa e cinco sinais em ASL a serem comparados com a LSB. Neste cotejo, o instrumento utilizado para a comparação na LSB foi o vocabulário presente no Novo DEIT-Libras e, *a posteriori*, os sinais foram transcritos. Foi empregado para a escrita dos sinais aqui examinados o Sistema Brasileiro de Escrita de Sinais – ELiS, por considerar que esta escrita melhor representa as línguas de sinais. Os elementos lexicais analisados foram divididos em cognatos, vocabulários similares e falsos cognatos. Certificou-se que um mesmo signo possui um valor diferenciado se comparado com outra LS, comprovando a arbitrariedade presente nessas línguas.

Palavras-chave: Cognatos. Falsos amigos. Línguas de Sinais.

-
- 1 Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás-UFG/Regional Catalão, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás-FAPEG; professora auxiliar de Libras na Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Contato: thaysa.anjos@hotmail.com.
 - 2 Mestrando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás-UFG/Regional Catalão, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás-FAPEG; professor auxiliar de Libras na Universidade Federal do Tocantins-UFT. Contato: leandroandrade.letras@gmail.com.

Apresentação

As inquietações para a realização desse trabalho surgiram do grupo de estudos LALELIS³ criado na Universidade Federal de Goiás. As pesquisas na área de cognatos em Línguas de Sinais, doravante LS, são pouquíssimas, principalmente as envolvendo a LSB. A ideia geral desse estudo é comprovar ou refutar a hipótese da ligação entre Língua de Sinais Americana (ASL) e a LSB como descendentes da Língua de Sinais Francesa (LSF), a partir de comprovações históricas, bem como verificar a similaridades de ambas as línguas. O *corpus* foi coletado em um *site* de ensino da ASL, e comparado com os sinais de um dicionário de grandes *corpora* da LSB. Foi usado para a escrita desses dados o Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais-ELiS, que procura descrever os sinais a partir de seus parâmetros linguísticos. Será que a LSF tem grande participação lexical na descendência da LSB e ASL? A quantidade de cognatos entre ambas as línguas poderia auxiliar no aprendizado uma da outra? Elas possuem um grande léxico em comum?

1 Línguas de sinais em questão

As LS, e em especial os falantes surdos, foram alvos de discriminação durante um longo período. O processo histórico da educação de surdos foi marcado por conflitos desde a Idade Antiga, quando Aristóteles já alegava que só através da linguagem uma pessoa poderia se tornar humana, e no caso dos surdos, estes se caracterizavam como uma espécie sem chances de desenvolver as faculdades intelectuais, tornados assim seres “insensatos e naturalmente incapazes de razão” (STROBEL, 2009, p. 18). As pessoas com algum tipo de deficiência, nesse caso os surdos, eram reconhecidos sob a perspectiva de uma abordagem clínica, medicamentosa, na qual era possuidor de um mal que deveria ser curado. Anos depois, já na Idade Moderna, o monge Pedro Ponce de León (1520-1584) viveu na Espanha e dedicou parte de sua vida à educação de Surdos, impulsionando com o seu trabalho o abatimento de crenças firmadas no passado. Ele se dedicou aos surdos utilizando como métodos de ensino simultâneos à escrita, dactilologia⁴ e a oralização das palavras. Charles Michel de L’Epée (1712-1789) foi o primeiro nome a considerar os “sinais” como a língua dos surdos, sendo o responsável pela fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris. Ele se apropriou do

3 Laboratório de Leitura e Escrita em LS, coordenado pela Professora Doutora Mariângela Estelita de Barros.

4 Grafia atual: “datilologia”. Definição de Coutinho (2009, p. 49): Termo empregado quando se utiliza o “alfabeto manual para a soletração de palavras das Línguas Oraís”. No caso acima, a soletração de palavras da língua espanhola.

alfabeto manual de León e criou seu próprio sistema baseado em uma estrutura visual para ensinar a escrita do francês.

Nos Estados Unidos a LS obteve maior sucesso com Thomas Gallaudet e Laurent Clerc. A procura de uma metodologia pela qual os surdos pudessem compreender melhor os conteúdos em LS, Gallaudet vai à Inglaterra ao encontro de Sicard e Clerc. Em 1817, Gallaudet e Clerc seguem para os EUA e fundam a escola intitulada “*American Asylum for the Instruction and Education of Deaf and Dumb*”. A respeito da língua pela qual ele desenvolveu suas instruções, “no início, Clerc trabalhou, sobretudo, com base na língua gestual francesa, que acabaria por evoluir para uma língua gestual americana construída sob diferentes influências internas” (COUTINHO, 2008, p. 40). A partir do contato entre LSF e ASL, os surdos que passavam pela referida instituição fundavam outras escolas e disseminavam a língua que outrora fora aprendida. Contudo, segundo Savitt (2007), a atual ASL pode ter sofrido algum tipo de influência de outras LS já existentes nos EUA antes da chegada de Clerc, como é o caso da ilha de Martha Vineyard, de 1690. Devido a uma doença hereditária que atacou grande parte da população, esta ilha ficou conhecida pela grande quantidade de surdos que utilizavam a chamada *Martha’s Vineyard Sign Language-MVSL* para se comunicarem.

Registros históricos apontam que a LSF influenciou não somente a ASL, mas também a Língua de Sinais Brasileira-LSB. Ernest Huet foi um surdo francês que veio para o Brasil em 1852 negociar com o imperador a implantação de uma escola para surdos e trouxe com ele a LSF. Somente em 1857 conseguiu a aprovação legal para o funcionamento do Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdo-INES (ROCHA, 2008). Dessa forma, Huet “trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil. Os surdos brasileiros, que deviam usar algum sistema de sinais próprio, em contato com a *Língua de Sinais Francesa (LSF)* produziram a *Língua de Sinais Brasileira*” (MONTEIRO, 2006, p. 296). Antes da chegada de Huet havia algum sistema de comunicação utilizado no Brasil, mas este só foi desenvolvido a partir da combinação com a LSF. A LSB só foi reconhecida oficialmente como língua há 14 anos mediante a promulgação da lei 10.436/02. A referida legislação a declara como um sistema linguístico de estrutura visual-motora, detentor de gramática própria, que expressa “ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Os estudos linguísticos sobre as LS foram marcados inicialmente por Willian Stokoe, quando em 1965 analisou a estrutura da ASL. Ele foi um dos primeiros a examinar a decomposição das menores partes de um sinal, sua organização interna, e estabeleceu inicialmente que eles se constituíam em 3 partes: locação, configuração de mão e movimento. Com base nesse estudo, posteriormente Battison (1974) inseriu mais duas categorias às já descobertas por Stokoe: orientação da mão e aspectos não-manuais dos sinais. Aqui no Brasil, destacam-se estudos linguísticos de Ferreira

-Brito (1995) e Quadros e Karnopp (2004) sobre LSB. São, portanto, os parâmetros estruturais adotados para LSB: Configuração de Mão-CM, Ponto de Articulação-PA, Movimento-MO, Orientação da Palma-OP, e Expressões Não Manuais-ENM.

2 O léxico

É sabido que a Linguística, ciência que se atribui da linguagem, possui vários ramos de estudo ligados à língua. A fonética, semântica, sintaxe, e “junto à morfosintaxe e à fonologia, o léxico constitui outro grande componente da língua” (ANTUNES, 2012, p. 27). O léxico comporta, portanto, o conjunto de escolhas lexicais abstratas disponíveis aos falantes de uma dada língua. Isso porque ele compõe a parte interior mental da língua, e também exterior, quando é manifestado individualmente pela fala e se convencionaliza socialmente com os integrantes do grupo.

No momento da enunciação o indivíduo escolhe as palavras que são mais familiares ao ambiente em que vive, a que é exposto culturalmente. O léxico muito diz sobre a cultura de um povo, das características de uma comunidade linguística. Os aspectos sociais e culturais classificados como “externos” à língua devem ser levados em consideração se partimos da perspectiva de Sapir (1969), que indica a relação de influência do ambiente sobre a língua. O autor afirma que língua e cultura nascem juntas, mas a primeira não consegue acompanhar a segunda em um determinado momento, pois a mudança cultural acontece de forma mais rápida que as mudanças da língua. Contudo, a cultura influencia e exige mudanças linguísticas, principalmente lexicais para acompanhar sua transformação.

O léxico é a parte da língua que mais sofre influência do ambiente, justamente por ele contemplar todas as experiências vividas por dada comunidade, tendo a característica de diferenciar grupos uns dos outros. A relação entre léxico e cultura está tão intrínseca que “o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo” (SAPIR, 1969, p. 51). Esse fator compõe a diferença de entradas entre as variantes que existem em uma “mesma língua”, como é o caso do português de Portugal e o do Brasil, e até mesmo entre as diferenças dialetais grafadas em dicionários específicos. Todas as Línguas Oraís, doravante LO, podem ou não obter traços linguísticos em comum, e de igual maneira acontece também com as LS. É um mito declarar que as LS espalhadas pelo mundo são idênticas, uma só para todos os surdos situados em diferentes partes do mundo. Cada país tem a sua própria LS, sua cultura, contemplando dessa forma a afirmação de Sapir.

3 Cognatos e falsos amigos

Levando em consideração as semelhanças lexicais presentes nas LO, o cognato corresponde a uma ocorrência linguística que é utilizada como estratégia

no processo de ensino e aprendizagem de línguas que compartilham uma mesma raiz, bem como no processo de tradução dessas línguas. As palavras cognatas possuem forma e significado idênticos ou bem parecidos, levando o falante a fazer uma confluência lexical entre as línguas. Contudo, muitas vezes essa ligação pode ser um “falso amigo”, possuindo um

signo linguístico que, geralmente pelo efeito de partilha de uma mesma etimologia, tem uma estrutura externa muito semelhante ou equivalente a de outro signo numa segunda língua, cujo significado é completamente diferente. Essa comunidade de formas ou aparências leva o falante bilíngue a estabelecer uma correspondência de significados ou, aproveitando a mesma terminologia, a acreditar numa relação de amizade semântica falsa. (VAZ DA SILVA; VILAR, [2003] 2004, p. 3).

A partir do proposto acima, contamos com duas estruturas que toda palavra tem, a externa e a interna. A externa corresponde à escrita e à fala, já a parte interna são os valores semânticos, as significações, estabelecendo, portanto a relação significante/significado do signo linguístico proposta por Ferdinand Saussure. Desse modo, os falsos amigos seguem um princípio norteador: formas similares e significados diferentes.

Nas LS, ocorre esse mesmo fenômeno lexical, não obstante, com algumas diferenças. Enquanto que nas LO as formas externas consideram o som da pronúncia e diferenças na grafia, nas LS a similaridade dos cognatos é baseada na comparação dos parâmetros linguísticos descritos no tópico anterior. Pesquisas como a de Al-Fityani e Padden (2006) já consideraram essa mesma adaptação dos cognatos das LO para as LS. Por conseguinte, evidenciamos aqui três principais classes: os cognatos, sinais com todos os parâmetros iguais, os cognatos de vocabulários similares, aqueles que apresentam apenas um dos parâmetros distinto oferecendo o mesmo valor semântico, e os falsos amigos, com sinais que são escritos e sinalizados da mesma forma e possuem diferentes valores semânticos.

4 Metodologia

O *corpus* para esta investigação foi coletado do *site* de recursos *American Sign Language University (ASLU)*, disponível em *lifeprint.com* e administrado pelo prof. William G. Vicars, conhecido por Bill Vicars, surdo e professor associado na *California State University*. O *site* é destinado ao ensino de ASL e está dividido em quatro níveis, compostos por trinta lições cada um. As lições são realizadas em vídeo, contando com a participação de uma aluna real, em processo de aprendizagem de ASL. Todas as lições, além do vídeo-aula correspondendo cerca de trinta e cinco minutos cada, disponibilizam uma lista de vocabulários utili-

zados na referida aula, tendo em torno de vinte novas palavras. Além do curso outros recursos estão disponíveis no *site*: lista dos cem primeiros sinais, prática de soletração, informações sobre a história da ASL entre outros.

O *site* oferece gratuitamente apenas as quinze primeiras lições do nível inicial, a realização do curso completo de ASL pelo ASLU requer a compra dos demais módulos. A continuação dos módulos pode ser encontrada em formato de discos, acessíveis em livrarias ou por *download* no *site* *lifeprint*. Portanto, foram aproveitadas aqui apenas as primeiras quinze lições e a lista dos cem primeiros sinais. Para a comparação com a LSB foi utilizado o vocabulário presente no dicionário Novo DEIT-Libras, obra que contém grande número de entradas em LSB e também nosso conhecimento empírico como participantes das comunidades surdas e utentes da LSB.

Para a análise dos dados, os sinais selecionados foram escritos empregando o Sistema Brasileiro de Escrita de Sinais (ELiS) proposto por Barros (1998, 2015). Este sistema é de base linear e alfabética e é uma escrita eficaz para ser utilizada com qualquer LS como apresentando por Fernandes (2013, 2015). Como base teórica foi utilizada a teoria de McKee *et al.* (2000), que apresentam uma pesquisa de comparação léxico-estatística entre LS, com critérios rigorosos que foram considerados no momento das apreciações para os cognatos.

Importante destacar que foram levados em consideração quatro parâmetros da LSB: CM, OP e MO, pois o quinto parâmetro, o de ENM no sistema ELiS, é acoplado ao grupo de MO, não descrevendo todas estas expressões, já que muitas destas são realizadas pelo leitor no momento da sinalização. A ELiS além de seus visografemas (letras) faz o uso de diacríticos que foram nesta ocasião levados em consideração no momento das apreciações. Deste modo, sinais em que se diferenciam pela presença de diacríticos foram considerados como vocabulários similares.

5 Análise dos dados

Inicialmente os dados deste trabalho foram escritos no sistema ELiS, perfazendo o total de quinhentos e noventa e cinco sinais; os sinais presentes nas lições que utilizam o processo de empréstimo linguístico por meio da digitação não foram computados e analisados. Após a escrita foram separados os sinais que apresentavam a característica de cognatos com o total de setenta e três sinais e os cognatos de vocabulário similar, somando doze sinais. Além dos cognatos serão apresentados os falsos amigos encontrados entre as duas línguas; para esta parte da análise tomamos como referente o trabalho de Vaz da Silva e Vilar ([2003] 2004), adaptando esta teoria para as LS, perfazendo os falsos amigos o total de vinte e quatro sinais. A seguir, será apresentada a parte dos vocabulários analisados e inventariados nesta pesquisa. A apresentação será dividida em três quadros,

após a explanação de cada uma, serão indicados pontos pertinentes para esta pesquisa e posteriormente algumas curiosidades encontradas entre as línguas-alvo.

Quadro 1 Cognatos com todos os parâmetros iguais

INGLÊS AMERICANO	ASL / LSB ELIS	PORTUGUÊS
<i>Baby</i>	//_+ ⁰ ⊖⊗↔	Bebê
<i>Bath</i>	//i. ⁰ ⊖⊗⊗↓	Banho
<i>Before/past</i>	_+⊖ _L	Antes/Passado
<i>Big</i>	//+ ⁰ ⊖⊗++	Grande
<i>Bike</i>	//. ⁰ ⊖⊗ ⁰	Bicicleta
<i>Bird</i>	\.\.⊗_:	Pássaro
<i>Book</i>	//+ ⁰ ⊖⊗L ⁺	Livro
<i>Box</i>	//+ ⁰ ⊖⊗.: //+ ⁰ ⊖⊗⊗⊗	Caixa
<i>Brush-teeth</i>	i. ⁰ ⊖⊗↔	Escovar os dentes
<i>Call</i>	_... ⁰ ⊖⊗⊗	Ligar
<i>Call me</i>	_... ⁰ ⊖⊗⊗T:	Me ligar
<i>Call you</i>	_... ⁰ ⊖⊗⊗⊗	Ligar para você
<i>Car</i>	//. ⁰ ⊖⊗⊗↓	Carro
<i>Car/Drive</i>	//. ⁰ ⊖⊗⊗↓	Carro/Dirigir
<i>Chair</i>	.#.⊗.#.⊖⊗⊗-↓:	Cadeira
<i>Child</i>	+⊖⊗↓:	Criança
<i>Children</i>	+⊖⊗→	Crianças
<i>Clothers</i>	//_... ⁰ ⊖⊗⊗↓	Roupas
<i>Coat</i>	//i. ⁰ ⊖⊗L.: //i. ⁰ ⊖⊗⊗	Casaco
<i>Cold</i>	//. ⁰ ⊖⊗+:	Frio
<i>Communicate</i>	//<⊖⊗_+ ⁺	Comunicar
<i>Cool (temperature)</i>	//_... ⁰ ⊖⊗L:	Fresco (temperatura)
<i>Couch</i>	.#.⊗.#.⊖⊗⊗-↓.:<⊖⊗++	Sofá
<i>Cow</i>	_...⊗H-L:	Vaca

(continua)

Quadro 1 Cognatos com todos os parâmetros iguais (*continuação*)

INGLÊS AMERICANO	ASL / LSB ELIS	PORTUGUÊS
<i>Cry</i>	//.l.回.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Chorar
<i>Cup</i>	<𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Copo
<i>Deodorant</i>	.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Desodorante
<i>Dictionary</i>	<𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Dicionário
<i>Drink</i>	<𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Beber
<i>Flash</i>	//.\𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Flash/brilhar
<i>Full (general)</i>	.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Cheio (completo)
<i>Full (of-food)</i>	𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Cheio (de alimentos)
<i>Gallaudet</i>	.\.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Gallaudet
<i>Girl</i>	.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Menina
<i>Glasses</i>	//<𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Óculos
<i>Go-with</i>	//.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Ir com
<i>Great</i>	//𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Otimo
<i>Grow-up</i>	𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Crescer
<i>Happy</i>	//.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Feliz
<i>Horse</i>	.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Cavalo
<i>Imagine</i>	/𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Imaginar
<i>In</i>	<𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Dentro
<i>Insult/hurt</i>	.l.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Insulto/machucado ferido
<i>It varies</i>	//.l.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Variar
<i>Know</i>	𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Saber
<i>List</i>	𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Lista
<i>Little/little-bit</i>	.\.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Pouco
<i>Long-ago</i>	𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Muito tempo atrás
<i>Meaning/intent/means</i>	.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂.𐄂	Significado

(continua)

Quadro 1 Cognatos com todos os parâmetros iguais (*continuação*)

INGLÊS AMERICANO	ASL / LSB ELIS	PORTUGUÊS
<i>Open-door</i>	// / ʌ ʌ ʌ ʌ - ʌ →	Abrir a porta
<i>Orange</i>	< ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Laranja
<i>Out</i>	< ʌ ʌ \ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Fora
<i>Past</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Passado
<i>Popcorn</i>	// \ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Pipoca
<i>Read</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Ler
<i>Schedule</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Cronograma
<i>See</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Ver
<i>Shirt</i>	\ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Camisa
<i>Small</i>	// ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Pequeno
<i>Snow</i>	// ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Neve
<i>So-so</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Mais ou menos
<i>Spell</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Soletrar
<i>Text message "texting"</i>	// < ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Mensagem de texto
<i>Think</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Pensar
<i>Time</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Hora
<i>Volunteer/apply/canditate</i>	// \ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Voluntário
<i>Wake-up</i>	// \ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Acordar
<i>Wash</i>	// ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Lavar
<i>Washing-machine/laundry</i>	// < ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Maquina de lavar/lavadeira
<i>Whith</i>	// ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Junto/com
<i>Winter/ cold</i>	// ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Inverno
<i>Yes</i>	ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Sim
<i>Zip</i>	ʌ ʌ \ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ ʌ	Zíper

No quadro 1, foi possível perceber uma quantidade mínima de sinais entre as línguas aqui analisadas que compartilham o mesmo referente. Historicamente

é sabido da forte influência que a ASL e a LSB tiveram da LSF, no entanto, esta pesquisa pode reforçar a ideia de Woodward (1978), quando afirma que algumas variedades da ASL surgiram anteriormente ao contato com a LSF. Tendo como base a ideia de que se estas línguas compartilham a mesma raiz apresentariam uma taxa maior de similaridade entre seus signos linguísticos, não sendo o ocorrido entre os dados aqui analisados.

Quadro 2 Cognatos vocabulários similares

ASL / ELIS	INGLÊS	LSB / ELIS	PORTUGUÊS
//.ll.□□□□	<i>About</i>	//.ll.□□□□	Sobre
//.l.□□□□	<i>backpack</i>	//.l.□□□□	Mochila
//<□□□□□	<i>Ball</i>	//<□□□□□	Bola
//.□□□□	<i>Can</i>	//.□□□□	Posso
\.□□□□→	<i>Cat</i>	\.□□□□→	Gato
//<□□□□□	<i>Close-door</i>	//<□□□□□	Fechar a porta
.l.□□□□.l.□□□□	<i>Deaf</i>	.l.□□□□.l.□□□□	Surdo
□□□□□	<i>Don't Know</i>	□□□□□	Não sei
<□□□□□	<i>Milk</i>	<□□□□□	Leite
□□□□□□□□ □	<i>Negation</i>	□□□□□□□□	Negação
.l.□□□□□	<i>Red</i>	.l.□□□□□	Vermelho
.ll.□□□□	<i>stand</i>	.ll.□□□□	De pé

Os sinais aqui ponderados denominados de cognatos similares apresentam apenas um dos parâmetros distinto oferecendo o mesmo valor semântico. Deste modo, foram levados em consideração os diacríticos que são utilizados no sistema ELiS, tendo estes a função de modificar o visografema, dando à unidade distintiva dos parâmetros outra significação. O grupo que mais apresenta variante é o de Movimento, com seis sinais que se diferenciam dentro deste grupo. Em seguida, temos os de Orientação da palma com dois, e os de Configuração de mão e Ponto de articulação tendo apenas um em cada grupo. Levando em consideração os diacríticos, é importante observar que o sinal de ‘gato’ se distingue apenas pela presença de contato no ponto de articulação do sinal na LSB, enquanto o sinal ‘surdo’ se diferencia pela ausência do diacrítico de lateralidade indicando o contato no canto direito da boca.

Quadro 3 Falsos amigos

INGLÊS	ASL / LSB / ELIS	PORTUGUÊS
<i>Always</i>	.I.回回o	Sozinho
<i>Brain/mind</i>	.I.回=˘	Pensar
<i>Candy</i>	.I.回回回L˘	Balinha
<i>Chat-With</i>	//.I.回回L˘	Libras
<i>Chicken</i>	\\.\.回-#	Pássaro
<i>Class</i>	//<.回回回o˘L	Congresso
<i>College/University</i>	//.回回回回-L	Impressão/publicar
<i>Cook</i>	//.回回回回回回..//.回回回回	Intérprete
<i>Dirty</i>	.I.回回回回L˘	Ruim
<i>Electric</i>	//.回.回回回回回+˘	Meia
<i>Excuse</i>	回回回回回˘	Secretaria
<i>Hot-dog</i>	//<.回回回回回+˘	Salsicha
<i>Library</i>	.I.回回回o	Literatura
<i>Maybe</i>	//.回回回回回+˘	Leve
<i>More</i>	//<.回回回回回+˘	Beijo
<i>People</i>	//<.回回回回回+˘	População
<i>Please</i>	.回回回回回o	Prazer
<i>Rigth</i>	//.回回回回回回回+˘	Por que
<i>Some</i>	回回回回回回回+˘	Repartir
<i>Sorry</i>	.I.回回回回回o	Agosto (mês)
<i>Store</i>	//<.回回回回回回+˘	Flexível
<i>Thirsty</i>	.I.回回回回回回+˘	Vontade
<i>Where</i>	.I.回回回回回回回+˘	Negação (não)
<i>Wrong/mistake</i>	...回回回回回回回+˘	Desculpa

Esta parte do trabalho evidencia os sinais encontrados e definidos nesta ocasião como falsos amigos. Estes são percebidos quando há o contato entre duas diferentes línguas que apresentam semelhanças entre algumas palavras/sinais. Nas LS, os fatores externos são difíceis de serem analisados, no que se refere aos falsos amigos. Sinais que possuem os mesmos parâmetros não podem ser sinalizados de formas diferentes, ou serem sinalizados de formas iguais e escritos de forma diferente. Este fato nas LO é corriqueiro devido às diversas formas de pronunciar uma mesma palavra.

Portanto, evidenciamos a importância do fator interno do sinal para a apreciação dos falsos amigos nas LS que, muitas vezes, nos leva a uma tradução errada do real significado do sinal. Assim, os falsos amigos aqui são definidos como sinais que são escritos e sinalizados da mesma forma e possuem diferentes valores semânticos. Ao visualizar o mesmo sinal não sabemos se trata de uma mesma palavra em duas línguas diferentes, ou se estamos diante de duas palavras distintas, como pode ser observado na tabela acima. Para esta compreensão, é necessário relacionar o significado e o significante em ambas as línguas, levando em consideração seu valor semântico e não apenas seus fatores internos.

Dentre os dados analisados podemos destacar algumas curiosidades entre as duas línguas, o sinal “porta” em ASL $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{-L}^{\ast}\text{:}\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{-L}^{\ast}$ é adotado pela ELiS tendo a estrutura de um sinal composto. Na LSB utilizamos estes sinais, porém tendo cada palavra seu significado, $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{-L}^{\ast}$ o de “abrir a porta” e $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{-L}^{\ast}$ de “fechar a porta”. O mesmo ocorre com o sinal de “Casa” $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{:}\text{///}\uparrow\text{M}\square\downarrow$ que, na LSB, utilizamos apenas o primeiro sinal $\text{///}\uparrow\text{M}\square$ representando iconicamente o telhado de uma casa, já em ASL além do telhado há a representação das paredes laterais. Em ASL o sinal $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{:}\text{///}\uparrow\text{M}\square$ possui dois valores semânticos, o de caixa e o de quarto, na LSB este sinal é utilizado apenas para se referir a “caixa”, tendo o referente “quarto” $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{:}\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{T}\text{:}\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{-}$ um sinal próprio.

O sinal, em ASL, $\text{///}\uparrow\text{M}\square\text{L}^{\ast}$ é uma das variações em LSB para “família”, no entanto não foi computado a estes dados pelo fato de esta variação não estar representada no dicionário Novo DEIT-Libras, nosso *corpus* de comparação, ainda que esta variação do sinal seja utilizada cotidianamente dentre as comunidades surdas, fazendo parte da LSB. Não podemos afirmar que seja esta uma forma informal; para isto, necessita-se de um estudo mais aprofundado que indique a formalidade da LSB. No entanto, ao entender que a fala/sinalização é um ato individual e mais flexível que a escrita, podemos dizer que temos o mesmo referente para este sinal entre as duas línguas.

Conclusões

Uma das características presentes nas LO é a arbitrariedade dos signos linguísticos, o que se percebeu com os dados cotejados ser também marcante nas

LS analisadas. O mesmo signo possui um valor diferenciado se comparado com outras línguas; portanto, podemos destacar aqui a arbitrariedade presente nas LS, tendo como ponto de partida para esta afirmação a análise das duas línguas presentes neste trabalho, o que reforça, mais uma, vez o *status* de língua das LS.

Como dito anteriormente, pelos dados históricos é sabido a possível influência da LSF sofrida pelas línguas mencionadas nesse trabalho (LSB e ASL) e conforme a teoria fundamentada por alguns autores. No entanto, os dados nos mostram que elas podem não ser tão próximas assim, afirmando mais uma vez a pesquisa feita por Woodward (1978).

São poucas as teorias e trabalhos realizados no que se refere aos cognatos nas LS. Por isso, foi necessário ter como ponto de partida as teorias voltadas para as LO, realizando uma adaptação destas teorias para as LS, respeitando a estrutura das mesmas. Durante a análise dos sinais elencados foi percebida uma quantidade mínima de sinais com estas características. Diante disso, conclui-se que a quantidade de cognatos encontrados entre ambas é pouca para sustentar uma estratégia de aprendizagem entre elas. Deste modo, carece de uma pesquisa mais aprofundada para consolidar a teoria aqui apresentada, podendo este trabalho abrir caminhos para pesquisas nesta área.

Referências

- AL-FITYANI, Kinda.; PADDEN, Carol. Uma comparação lexical de Línguas de Sinais no mundo Árabe. In: QUADROS, Ronice. Muller de.; VASCONCELLOS, Maria. Lúcia Barbosa de (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais**. SC: Arara Azul, 2006. p. 130-139. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/ebooks/catalogo/completo_port.pdf >. Acesso em: 4 ago. 2016.
- ANTUNES, Irlandé. **O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BARROS, Mariângela Estelita. **ELiS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- _____. **ELiS: escrita das línguas de sinais: proposta teórica e verificação prática**. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BATTISON, Robbin. **Phonological deletion in american sign language**. Sign Language Studies, v.5, p.1-19, 1974.

- BRASIL. **Lei Federal 10.436**, de 24 de abril de 2002. *Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*, 2002.
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. *Novo DEIT-Libras. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira*. Vol. 1 e 2. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- COUTINHO, Amândio da Encarnação. Surdo, professor de surdos- perspectiva histórica e situação atual. In: MOURA, Maria, Cecília de. *et al. Educação para surdos: práticas e perspectivas*. São Paulo: Editora Santos, 2008 (Cap. 2).
- FERNANDES, Leandro Andrade. **ELiS: internacionalização da escrita das línguas de sinais**. Saarbrücken, Deutschland: Novas edições acadêmicas, 2015.
- _____. **A viabilidade da ELiS em vinte línguas de sinais**. 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1995.
- MCKEE, David; KENNEDY, Gaeme. Lexical comparisons of signs from American, Australian, British and New Zealand Sign Languages. In: EMMOREY, K.; LANE, H. (Org). **The signs of language revisited: an anthology to honor Ursula Bellugi and Edward Klima**, Mahwah, 2000. p. 49-76.
- MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. **Introdução à Linguística Românica: histórico e métodos**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p. 292-302, jun. 2006.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ARTMED: Porto Alegre, 2004.
- ROCHA, Solange Maria da. **O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SAPIR, Edward. Língua e Ambiente. In: _____. **Linguística como ciência**. Tradução de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.p.43-62.

SAVITT, Ari. **Evolution of a Language: American Sign Language. History 6**, American Sign Language: Deaf History, 2007. Disponível em: <<http://www.lifeprint.com/asl101/topics/history6.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Licenciatura em Letras Libras na modalidade à distância. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

VAZ da SILVA, Ana Margarida C.; VILAR, Guillermo Rodrigues. “Os falsos amigos na relação espanhol – português”, **Cadernos de PLE 3**, [2003] 2004, p. 75-96. Disponível em <<http://www.ii.ua.pt/cidlc/gcl/>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

WOODWARD, James. The relationship os sign language varieties in India, Pakistan, and Nepal. **Sign Language Studies**, v. 78, 1993. p. 15-22.

Sessão II
Configurações lexicais da
língua portuguesa

Os caminhos da variação léxico-semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique

Alexandre António Timbane¹
Ivonete da Silva Santos²

Maria José Alves³

“Não há uma língua portuguesa, há línguas em português...”
(José Saramago)

Resumo: O léxico é a face mais evidente da língua e varia ou muda sob influência de variáveis sociais. A pesquisa discute a variação léxico-semântica na lusofonia – com especial atenção para o Brasil, Portugal e Moçambique – buscando, através da análise de *corpora* escritos, explicar as complexidades da língua como entidade coletiva, além de demonstrar como a variação léxico-semântica participa na mudança. Analisando os neologismos nos Jornais “Verdade” (Moçambique), “O Liberal” (Brasil) e “Destak” (Portugal) baseando-se no Houaiss (2009), como *corpus* de exclusão, observaram-se diferenças lexicais nos três países lusófonos. Concluiu-se que cada palavra ganha significado dentro da cultura; há necessidade de elaboração de dicionários para cada variedade do português, pois nenhum dicionário atende plenamente aos consulentes da lusofonia. Toda a variação/mudança é incentivada/motivada pela cultura, pela tradição, pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e político que se apresenta em cada lugar geográfico. A imprensa escrita lusófona consolida a criatividade lexical.

Palavras-chave: Variação. Léxico. Semântica. Lusofonia.

- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem. Contato: alextimbana@gmail.com.
- 2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem. Contato: nete.silva.santos@hotmail.com.
- 3 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem. Contato: maria.alves@ifto.edu.br.

Iniciamos o artigo citando, em epígrafe, uma afirmação do escritor português José Saramago (1922-2010), extraída do filme “Língua: vidas em português”, de Vitor Lopes. A afirmação resume a essência dos debates que serão desenvolvidos neste artigo, se comungarmos a ideia de que a língua é um fato social, uma realidade que se materializa na fala e que serve para comunicação exclusiva dos seres humanos. A Língua Portuguesa (LP), no espaço lusófono, varia sobretudo em nível fonético, de léxico e do significado de palavras e de sentenças.

Compreende-se que não existe uma única LP, se entendermos a língua como uma entidade abstrata, fenômeno pertencente ao social e que varia segundo variáveis linguísticas e sociais. Para Saramago, a linguagem passou do sistema rudimentar e gradualmente se tornou mais complexa, sendo capaz de exprimir sentimentos e sonhos, o que significa que quanto mais palavras conhecemos, mais somos capazes de dizer o que pensamos e o que sentimos. Aliás, a LP que falamos é resultado de variações e de mudanças linguísticas ao longo do tempo.

O português é uma das línguas mais faladas do mundo, mas é no Brasil onde se encontra maior número de falantes como língua materna. Nas últimas décadas, os países africanos de expressão portuguesa têm registrado um número crescente de falantes de português como segunda língua, embora haja conflito com as línguas bantu (LB) principalmente nas áreas rurais. É importante referir que Portugal é o único país lusófono onde existe um *monolinguismo* conservado. Os restantes lusófonos têm uma diversidade linguística.

A variação e a mudança têm caminhos a percorrer ao longo da vida e da história linguística de um povo. Tanto a variação quanto a mudança desenvolvem-se de forma silenciosa e imperceptíveis no seio dos falantes da comunidade. Nem toda a variação resulta em mudança, mas toda mudança é resultado de uma variação. Discutir estes aspectos é interessante porque nenhuma língua viva escapa a este processo que consideramos normal e que ocorre em todas as línguas tanto de forma oral, escrita ou de sinais.

A maior motivação para a presente pesquisa se centra no fato de que na lusofonia se fala/escreve em português, mas de forma diferente. Será que somos capazes de entender as nuances léxico-semânticas em jornais dos outros lusófonos? A pesquisa é relevante porque desperta interesse em compreender as variedades do português como forma de dar mais incentivo e motivação para que todos os lusófonos tenham dicionários e gramáticas que descrevam as suas variedades. Quando nos comunicamos com alguém que utiliza uma variedade diferente da nossa, percebemos, à primeira vista, as diferenças, mas a mensagem chega em perfeitas condições.

Para a pesquisa, levantou-se uma questão que problematiza o tema em debate: no contexto lusófono, que impacto provoca a variação léxico-semântica no português atual? Levantam-se as seguintes hipóteses: as variações impe-

dem a compreensão na lusofonia; os jornais apresentam vocabulário difícil e o entendimento depende de explicação de um falante nativo dessa variedade; a variação semântica só pode ser explicada dentro do contexto sociocultural de cada variedade.

Como objetivo geral, o estudo visa a discutir a variação léxico-semântica na lusofonia com especial atenção para o Brasil, Portugal e Moçambique a partir da análise de *corpora* escritos. Especificamente, pretende explicar as complexidades da língua como entidade coletiva; demonstrar como a variação léxico-semântica participa na mudança; e discutir essa variação léxico-semântica do português a partir da análise de exemplos de três jornais lusófonos: o Jornal “Verdade” (Moçambique), “O Liberal” (Brasil), o “Destak” (Portugal).

O artigo se divide em quatro seções. Inicialmente, levantou-se uma discussão sobre a “nossa língua” focando as possibilidades que o português tem no espaço lusófono, o que significa que a variação se consolida cada vez mais e jamais os africanos, nem americanos falarão tal como os europeus falam. A seguir, o artigo define e discute a variação léxico-semântica, apresentando suas características. Depois cria-se uma ponte entre a influência sócio-histórica das variedades em Portugal, no Brasil e em Moçambique, na formação da “nossa língua”, culminando com a apresentação da metodologia e análise dos dados extraídos de três jornais lusófonos, identificando-se os neologismos e os significados existentes na imprensa escrita. O artigo termina apresentando as conclusões e as referências bibliográficas utilizadas.

1 A “nossa língua”: um mundo de possibilidades

Iniciamos esta seção afirmando que na lusofonia se fala português e não interessa como cada membro da comunidade linguística pronuncia as palavras, como faz as escolhas lexicais nem como elabora ou produz o discurso, pois existem traços comuns que nos unem e garantem a comunicabilidade. O importante é que nos entendemos parcial ou completamente na forma escrita e oral e respondemos às necessidades comunicativas reais. Temos várias normas-padrão e léxicos diferentes que são resultantes de cultura e de tradições diversas.

Toda variação e mudança são incentivadas pela cultura, pela tradição, pelo desenvolvimento econômico e político que se apresenta em cada lugar geográfico. A língua, segundo Kramsch (2014), é um sistema de signos que tem dentro de si um valor cultural. Os falantes identificam-se através da língua, do seu uso e, assim, eles veem a língua como um símbolo da sua identidade social. A proibição da sua utilização é, muitas vezes, percebida pelos falantes como uma rejeição de seu grupo social e da sua cultura (KRAMSCH, 2014). A língua está ligada à cultura, e a cultura é muitas vezes expressa pela língua.

Linguisticamente falando, na lusofonia compartilhamos o mesmo sistema linguístico, mas existem várias normas que criam embaraço entre os lusófonos. Sendo o sistema uno, sólido e resistente às mudanças, constitui um núcleo central que permite com que possamos nos entender, apesar das variedades e variantes. A fala é individual e representa uma das formas que o sistema permite ou admite no seu núcleo central. A fala nunca será igual e uniforme porque ela depende das experiências individuais de cada membro da comunidade linguística.

A “nossa língua” (a LP) é composta por um conjunto de possibilidades em todos os níveis (fonético-fonológico, semântico, lexical, morfológico, sintático e pragmático) que se ligam e se cruzam no momento da comunicação. Em nível lexical, Timbane (2013a,b) cita as diferenças dos termos de futebol no português do Brasil e Moçambique. Observa-se, por exemplo, que, no português do Brasil, as palavras ‘escanteio’, ‘gandula’, ‘tira meta’, ‘rodada’ e ‘cavadinha’, correspondem a ‘canto’, ‘apanha-bolas, ponta-pé de baliza’, ‘mão’ e ‘chapéu’, no português de Moçambique. Para Timbane (2013a, p.162), a LP falada/escrita hoje é resultado de “constantes modificações ao longo de vários séculos, fato que confirma a tese de que as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação de significados.”

Vários estudos mostram claramente que as variedades do português faladas no Brasil e em Moçambique não correspondem mais ao português europeu, norma-padrão que a escola se obrigou a seguir ao longo dos anos da colonização. Por isso que é “cada vez mais difícil manter como norma aquela recomendada pelos gramáticos” (PAGOTTO, 2005, p.33). O que ocorreu no português do Brasil, segundo Pagotto, “foi apenas o lento, gradual e inexorável processo de mudança linguística que afeta qualquer língua” (p.32). Nesse caso, as características do português do Brasil seriam fruto do jogo interno da estrutura. As variedades possuem raízes originais, próprias dos contextos sociais e culturais locais e que devem ser respeitadas e acolhidas pela comunidade lusófona, se entendermos a língua como entidade que muda e varia com o passar do tempo (FARACO, 2005).

A LP não tem cor (POSSENTI, 2002), não tem pertença (TIMBANE, 2013a) e a relação linguística no espaço lusófono é estritamente genética (NARO; SCHERRE, 2007). O que significa que o português é “nosso”, perdeu a nacionalidade portuguesa, perdeu a pertença étnica e sobretudo geográfica. O português é uma língua que se espalha pelo mundo respondendo às necessidades e aos interesses dos usuários. Em contextos multilíngues, como é o caso de Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, o português se expande em consequência da política e do planejamento linguístico.

Hoje, os intercâmbios econômicos, políticos, sociais e culturais circulam no espaço lusófono graças ao idioma português, trazendo, assim, vantagens, sobretudo ao nível da circulação tecnológica e literária. Desta forma, o português per-

tence aos falantes de cada variedade, e ela serve para satisfazer as necessidades comunicativas pontuais. Sem esse recurso, seria impossível exprimir ideias e realidades próprias desses lugares. Para terminar esta parte, retomamos a ideia de Saramago discutida na introdução, reforçando que existe uma única LP que é expressa de diferentes formas. Para se chegar a esta conclusão, deve-se eliminar o preconceito linguístico, o que significa que não existem falantes bons e maus, ou que falam bem e mal, apenas comunicamos de forma diferente sem sairmos do grande “guarda-chuva”: o português.

2 O que é variação léxico-semântica: suas características

Entende-se por léxico o conjunto de palavras existentes numa determinada língua, isto é, o acervo geral utilizado pelos falantes para construir o discurso. O léxico de uma língua, segundo Biderman (2006), constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Esse registro fica armazenado no sistema e não no dicionário. O dicionário não é exaustivo e não consegue reunir todas as palavras de uma língua. Nem o falante conhece o acervo geral lexical das palavras da sua língua. Se os falantes conhecessem, o valor de um dicionário se reduziria a zero. É por isso que necessitamos dos dicionários. Eles nos mantêm informados de palavras desconhecidas. Mas, por vezes, consulta-se, também, uma palavra no dicionário e não se acha. Assim, podemos afirmar que o verdadeiro guardião do léxico de uma língua é o sistema, que é uma entidade virtual e abstrata, onde cada falante busca as palavras que pretende usar numa sentença ou num discurso.

Ao dar nomes às entidades perceptíveis ou não, o homem as classifica atribuindo, ao mesmo tempo, os sentidos socioculturais. “Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 2006, p.35). É importante referir que o léxico sempre está intimamente ligado ao aspecto semântico, pois só compreendemos o sentido de uma palavra quando o associamos ao significado. Todo o sentido está ligado à cultura de um povo, de uma comunidade linguística.

O cerne do sucesso da comunicação entre membros de uma comunidade integra basicamente a existência de uma língua materna. Isso quer dizer que o entendimento entre as partes ativas do/no meio social pressupõe um instrumento que sirva de linha transmissora dos ideais, pensamentos, sentimentos e entendimentos do ator social, capaz de revelá-los ao mundo de modo particularizado que denuncia um determinado grupo linguístico. Este elemento é a língua, veículo que se locomove de modo a se adequar às necessidades dos seus usuários.

Nesse sentido, faz-se necessário um conjunto de palavras ou de expressões que são/serão usadas pelos membros de uma determinada comunidade linguística, a fim de servir de tradutores do sentimento que nutrem por determinado objeto ou elementos que constituem o universo que os cerca. Ou seja, as palavras constituem o léxico de uma língua, podendo variar a depender das coordenadas emergenciais intrínsecas ao grupo linguístico.

A variação lexical está intimamente relacionada ao sentido atribuído aos elementos constituintes do mundo que rodeia cada membro de uma comunidade linguística. O processo de categorização do mundo e sobre o mundo é uma característica marcante que influencia fortemente a variação lexical, traduzindo-a em sentimento de pertença a um ou a outro grupo do qual faz parte o sujeito. Importa dizer que a variação lexical se dá dentro das possibilidades de usos permitidos pelo sistema linguístico vigente no interior da comunidade linguística.

Deste modo, o léxico em sua variação constitui-se semanticamente dentro de um contexto diversificado, denunciador de uma outra “maneira de entender, conceber, talvez mesmo de sentir o mundo” (PERINI, 2004, p. 42). Significa que, as palavras, como parte do repertório que motiva a comunicação social, adquirem uma função extra e importantíssima no seio de um grupo linguístico, vez que essa função transcende a relação entre objeto/nome.

A escolha da palavra está associada não apenas à relação objeto/nome, mas principalmente ao ato de alimentar o concreto, que é representado simbolicamente pela memória cultural da comunidade linguística. Portanto, “cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade” (PERINI, 2004, p. 52). Dentro do sistema linguístico existe um conjunto lexical capaz de categorizar os objetos sob o ponto de vista sentimental, atribuído a eles pelos usuários nativos do sistema linguístico naturalmente atuante na comunidade da qual fazem parte. Sendo assim, as palavras obedecem a um ritmo específico, sob o rigor do conhecimento que tem o ator social acerca do universo. É dessa forma que o processo de variação léxico-semântica se torna necessário para a diversificação dos povos que constituem o universo como um todo, traduzindo-se numa releitura diversificada que cada sujeito faz desse universo.

Há diferentes maneiras no uso das palavras de uma língua ou variedade e nessa utilização há inúmeros outros significados e, assim, a dimensão alcançada pela variação léxico-semântica atinge proporções inimagináveis. Se considerarmos o contexto sociocultural dos falantes, pode-se observar que isso resulta do contato com povos, das estórias e de culturas que influenciam toda uma transformação, adquirindo nuances específicas para cada contexto. Assim, a palavra “camisola”, definida no Brasil como “roupa feminina para dormir” (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p.378), em Portugal se define como sendo “espécie de camisa curta de malha de lã ou de algodão, com mangas ou sem

elas, que se veste ordinariamente sobre a pele ou cobre outra peça de vestuário” (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p.285).

Sendo o léxico a parte mais visível da língua, varia segundo o espaço geográfico. O que no Brasil chamam de “café da manhã” ou “quebra-jejum”, em Portugal é “pequeno almoço”, e em Angola e Moçambique é “matabicho”. Cada uma dessas palavras está carregada de uma base sócio-histórica. Existe um conjunto lexical mais geral, aquele que pertence ao sistema. Esse léxico é compartilhado por todos e é, sem dúvida, aquele que permite a intercompreensão entre brasileiros e o resto da lusofonia. Por outro lado, existe um léxico específico que é característico de um lugar geográfico e que não pode ser compreendido pelos outros membros da comunidade lusófona. Por exemplo, as palavras *jaburu*, *tuiuiuú*, *reidos tuinins*, *tuiú-quarteleiro*, *jabiru*, *tuim-de-papo-vermelho*, *tuiupara*, *cauauá* são denominações de uma única ave, conhecida cientificamente como *jabiru myceteria*. As variações nominais, nesse caso, contemplam as diferentes formas como é conhecida a ave em diferentes regiões do Brasil, não sendo reconhecidas assim pelos demais falantes da lusofonia, permitindo, com esse exemplo, afirmar que o processo léxico-semântico ocorre em simultâneo no seio da comunidade e associa-se sempre aos valores que a cultura oferece. “É esse processo de nomeação que gerou e gera o léxico das línguas naturais” (BIDERMAN, 2006, p.35), desse modo, a significação do mundo e das coisas que o compõe se torna coerente com a cultura, o meio e o espaço onde atua o sujeito.

3 A influência sócio-histórica das variedades linguísticas na lusofonia

3.1 Em Portugal

O surgimento das variações no latim provou e prova, ainda, que nenhuma língua é um bloco compacto, homogêneo, pronto e acabado. A língua não para, está sempre se transformando (BAGNO, 2012; 2014). Este argumento justifica o percurso variacional que se deu ao longo dos séculos até a definição da LP na Península Ibérica, já que o latim evoluiu de tal maneira que deu margem a várias línguas românicas, sendo o português um resquício dessa língua.

Foi justamente o contato entre o latim e as línguas autóctones que deu origem ao nascimento do português a partir do século VI e, posteriormente, ganhou *status* de LP na Europa ocidental. Com a chegada dos árabes, romanos, muçulmanos na Península, ocorreram intensos contatos linguísticos que serviram de berço para a formação do português, bem como a instalação das culturas que representaram a identidade de cada povo. A LP, segundo Guimarães (2005, p.24)

“formou-se como língua específica, na Europa, pela diferenciação que o latim sofreu na Península Ibérica durante o processo de contatos entre povos e línguas que se deram a partir da chegada dos romanos no século II a.C.”

O contato entre línguas e culturas diferentes no espaço Ibérico proporcionou a mudança linguística que gradualmente evoluiu até a consolidação do português. Esta evolução não se deu de modo rápido e definitivo. Foi sendo adequada ao contexto social disponível no território de recepção, a fim de atender às necessidades emergentes dos sujeitos que coabitavam um mesmo espaço em que a necessidade de comunicação se tornou necessária para o curso normal da sociedade em si.

As variações e as mudanças linguísticas são resultado de um processo histórico e social comum aos membros participantes de uma comunidade linguística, e são experimentadas e interpretadas em nível individual e coletivo, para depois serem organizadas na memória social coletiva de maneira autêntica. Tudo isso torna o processo de troca linguística ritmicamente lento ou rápido, a depender da intensidade do contato linguístico.

A mudança linguística é um processo sociocultural e sociocognitivo, ou seja, “um processo que tem origem na interação entre a dinâmica social da comunidade de fala e o processamento da língua no cérebro por parte de dois indivíduos em interação sociocomunicativa” (BAGNO, 2014, p. 92). O resultado é a combinação das culturas e das línguas em situação de contato, que, propositalmente, configuram um percurso altamente complexo que se modifica, sorrateiramente, a fim de atender às necessidades específicas da comunicação de cada comunidade linguística.

O português de Portugal não se constituiu por si só, mas contou com a contribuição de vários aspectos linguísticos das línguas de povos que se instalaram na Península e que, de algum modo, fixaram expressões ou palavras que determinaram a elaboração de vocábulos usados na comunicação. Por isso, o passado, em consonância com o presente, continua a determinar o surgimento de combinações que muito representam o vocabulário dos portugueses que combinados, hoje, com empréstimos feitos de outras línguas resultaram no aumento do acervo lexical que adquiriu também uma face modernamente elaborada.

Diante da importância dos fatos históricos e sociais gravados na memória social é pertinente a existência de variações linguísticas em todos os níveis durante o processo de evolução de uma língua. O que significa dizer que o latim evoluiu de tal forma que resultou na formação da LP que, por sua vez, se expandiu formando esta grande lusofonia. Nesse sentido, é natural que as transformações dentro de uma língua sejam atribuídas às influências externas de aspectos linguísticos e culturais de outras, através do contato e da imposição política em consonância com as coordenadas internas, motivadas pela cultura e pela língua já existente no ambiente de contato. Desse modo, a língua representa sempre

a história sociopolítica de um povo atravessada por gerações, sendo as bases linguísticas que sustentam as possibilidades de uso do sistema, tão importantes para o sucesso comunicacional.

3.2 No Brasil

O português chegou ao Brasil com a colonização. As populações indígenas, povos nativos das Américas, falavam as diversas línguas da família tupi-guarani. Segundo Orlandi (2005), a história linguística brasileira se divide em quatro fases: Na primeira (1532-1654), ocorre o contato entre línguas dos índios e portugueses, fazendo surgir uma língua franca, a língua geral, que foi utilizada por muito tempo. O segundo período (1654-1808) é marcado pela intervenção portuguesa que, através do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, proibiu o uso da língua geral na colônia e obrigou o uso do português, dando-lhe o estatuto de oficialidade.

A terceira fase (1808-1826) teve início com a chegada da realeza portuguesa. Neste período, o Rei Dom João VI fundou a Biblioteca Nacional, criou a imprensa brasileira e outras obras que legitimam a língua. Na quarta fase (1826), surgem leis para que os professores ensinem e escrevam de acordo com a gramática da língua nacional. Mas, graças a “gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores” (GUIMARÃES, 2005, p.25), colocaram-se em debate conceitos como língua nacional, língua do Brasil, língua da nação, que foram amplamente discutidos, concluindo, em definitivo, que o PE é diferente do português brasileiro, porque a variedade brasileira é resultado da mistura e da integração das línguas da família tupi-guarani, línguas africanas e outras línguas europeias, que compartilhavam o mesmo espaço geográfico.

Não se tem registros precisos da entrada dos primeiros escravos africanos no território brasileiro, mas a necessidade de mão-de-obra para as lavouras fez com que, ainda no século XVI, fosse oficialmente autorizado o tráfico negreiro para o Brasil por um alvará de D. João III, datado de 29 de março de 1549. Esse aspecto, somado ao contexto da língua geral, influenciou a integração do léxico das línguas africanas.

Com todo esse histórico, o português, língua imposta passou a funcionar em novas condições e se modificou com o passar do tempo, ganhando características não encontráveis e bem diferentes do português de Portugal (GUIMARÃES, 2005). Orlandi (2005, p. 29) afirma que “desde o princípio da colonização, instala-se um acontecimento linguístico de grande importância no Brasil: o que constitui a língua brasileira.” Compreendendo a ideia de que as diferenças no nosso léxico, ou seja, a incorporação de novas palavras, mudanças de sentido ocorreram a partir das línguas indígenas e africanas, com as quais o português esteve e está

em relação, poderemos observar outros léxicos e assim constatar essas diferenças, principalmente dentro do Brasil que apresenta variantes em cada região, podendo servir de exemplo para esclarecer as causas desse fenômeno.

As influências sócio-históricas no Brasil participaram na formação do português brasileiro que é de certa forma diferente da variedade europeia em todos os níveis. Debates acirrados ainda ocorrem para definir qual é a variedade mais correta. Estudos sociolinguísticos revelam que não existe uma variedade melhor. Cada variedade vai respondendo às exigências comunicativas e socioculturais dos seus falantes.

Retomando Saramago, pode-se afirmar que o português brasileiro é uma língua em português, uma vez que segue as normas do sistema português, criando, assim, várias possibilidades aceitas no sistema. Compreendendo a ideia de que as diferenças no nosso léxico, ou seja, a incorporação de novas palavras, mudanças de sentido ocorreram a partir das línguas indígenas e africanas, com as quais o português esteve e está em constante relação, poderemos observar outros léxicos e assim constatar essas diferenças, inclusive dentro desse imenso Brasil, que em cada região apresenta variantes, podendo servir de exemplo para esclarecer as causas desse fenômeno.

3.3 Em Moçambique

Moçambique é um país multilíngue, com vinte línguas do grupo bantu, cujos falantes de português como língua materna aumentaram de 1,2% em 1980 para 10,7% em 2007 (TIMBANE, 2014). O português é de origem europeia e é a única língua oficial do país, segundo a constituição, desde 1975. É considerada a língua de prestígio e é através dela que se processam o ensino e a burocracia. A maioria da população é analfabeta e fala português como segunda língua. Essas características impulsionam a formação de uma variedade, pois jamais os moçambicanos poderiam falar tal como se fala em Portugal.

A formação do Português de Moçambique (PM) se justifica pela influência de LB moçambicanas, pela existência forte de traços culturais próprios da comunidade que se distancia dos outros povos. Observa-se a entrada de palavras vindas das LB, do árabe e do inglês, construções sintáticas e morfológicas decalcadas das línguas locais e recebimento de significados novos anteriormente existentes em Portugal, produzindo o que designamos por PM. Consideramos que o PM evidencia a afirmação de uma norma própria, na maneira original como se adota o vocabulário bantu ao sistema português, divergindo da norma europeia no modo como simplifica a morfologia flexional do português, como adota a ordenação dos elementos frásicos na sequência discursiva e, sobretudo, na forma como o léxico se adapta à realidade africana (VILELA, 1995).

Respondendo à pergunta “Que português se fala em Moçambique?”, Timbane (2014) alerta que

Em nenhum outro país da CPLP se diz *txopela* para motocicleta, *txova* para carinho de mão, *dumba-nengue* para mercado informal, *molwene* para menino sem teto e desamparado, *lobolar* para se referir ao ato de entregar dote, etc. São unidades lexicais que ocorrem em contexto sociolinguístico moçambicano. Muitos dessas novas entradas lexicais são necessárias, o que significa que não existe seu equivalente em PE. (TIMBANE, 2014, p.18).

Para Ngunga (2012), as interferências das LB no português são mais visíveis em nível fonético-fonológico, semântico e sintático. Há falantes moçambicanos que fazem transposições gramaticais das LB para português devido ao fraco conhecimento dessa língua. Isso é recorrente e confunde professores de português, uma vez integrados dentro do contexto sociolinguístico do aluno. Muitos erros não são identificados pelos professores porque estes fazem parte dessa variedade e não dominam a norma-padrão europeia recomendada pelas gramáticas que circulem nas escolas moçambicanas. (TIMBANE, 2013b). O afastamento do PM em relação à norma europeia resulta de um colapso da norma provocado pelos contextos sociais, e o afloramento da variação e mudança é consequência da formação de uma nova comunidade de fala na situação de contato do português com as diversas LB faladas pelos moçambicanos.

Os estudos sobre a variação linguística em Moçambique datam da década de 90. O país não possui nem dicionário nem gramática que descreva a variedade moçambicana. Além disso, existe preconceito implantado pelo sistema colonial que defende que a modalidade mais correta é a europeia. Os alunos ainda são punidos com reprovações pelo fraco domínio dessa norma. Nenhum livro escolar moçambicano dedica algum capítulo para a “variação linguística”, embora os textos de autores moçambicanos estejam cheios de *moçambicanismos* de todo tipo. Tal como veremos nas análises a seguir, cada local geográfico levará as marcas da sua identidade sociocultural e histórica, destacando, assim, a sua variedade.

4 Metodologia e análises

A pesquisa analisou três jornais de circulação *online* de três países: o Jornal “Verdade” (Moçambique), o Jornal “O Liberal” (Brasil) e o Jornal “Destak” (Portugal). A escolha desses jornais foi aleatória e objetivou demonstrar como a variação léxico-semântica participa na mudança. Analisamos primeiro o jornal “Destak”, seguidamente o jornal “O Liberal” e, finalmente, o jornal “Verdade”

para, depois, apontarmos as principais conclusões da pesquisa. Tomaram-se como base de análise as páginas de ‘notícias’, de ‘esporte’ e de ‘publicidade’, levantando os neologismos formais, por empréstimos e semânticos. Como *corpus* de exclusão, utilizamos o dicionário de Houaiss e Villar (2009), pelo fato de ser unanimidade entre linguistas brasileiros em termos de qualidade e abrangência nos *corpora* utilizados na produção do dicionário.

Analisando o jornal português “Destak” (edição 2751) observou-se que muitas palavras seriam neologismos no contexto do português brasileiro. Vejamos alguns exemplos extraídos do jornal: (1) “O Via Michelin, com mapas, [...] combustível e ‘portagens’.” p.2; (2) “...a pressão ‘desadequada’ compromete o comportamento do veículo.” p.2; (3) “As ruas ‘pedonais’ de Santa Cruz enchem-se todos os sábados...” p. 28; (4) “Queres pertencer à ‘equipa’ do Destak em Lisboa?” p.37.

As palavras destacadas acima não são empregadas no Brasil e elas representam uma realidade sociocultural portuguesa. Os estrangeirismos são frequentes nesse jornal em 12% das ocorrências e revelam a interferência do inglês e do francês no português europeu. Por exemplo:(5) “Depois de algumas *tournées* lá fora...” (p. 10); (6) “... tem um Pokémon Go *concierge* que indica aos hóspedes...” (p.30); (7) “...e uma ação de *photobooth*.”(p.14); (8) “...O maior *sunset* do Algarve acontece...” (p. 18).

Analisando o jornal brasileiro, “O Liberal” (edições 1198 e 1199), observou-se que o dicionário Houaiss responde plenamente à ansiedade do consulente, fato que não aconteceu com os neologismos encontrados nos outros jornais analisados, cujos significados não foram, para cá, trazidos. É normal que haja variantes, mas estas são toleradas no contexto brasileiro. Nesse periódico, os anglicismos são recorrentes nas páginas da publicidade. Existem vários anglicismos que no contexto moçambicano seriam neologismos, mas no Brasil já não são, uma vez que já estão integrados e dicionarizados. É o exemplo de DVD, CD, radar, aids entre outras siglas e acrônimos que se tornaram palavras. A edição 1198 cita SAMU, UPA (p.2), Radar (p.5), TV, ONG (p.4) entre muitas outras.

É de bom tom reconhecer que neologismos estão ligados às variedades. Por exemplo, dizer “gazetar” (matar a aula/faltar) é neologismo no Brasil, mas em Moçambique não. O sentimento neológico permite afirmar que a palavra “gaze-tar” está bem integrada ao português de Moçambique. O mesmo diria da palavra “aids” no Brasil. Ela pode ser considerada estrangeirismo em Moçambique, pois naquele país utiliza-se a palavra “sida” no lugar de “aids”. As palavras “chapalaria”, “borracharia” são neologismos em Portugal e em Moçambique. Então, estamos diante de palavras do português usadas em contextos de variedades diversas. Nas 12 páginas do jornal “O Liberal”, que foram analisadas, há formações lexicais novas, ao compararmos com o léxico de Portugal e de Moçambique, ou seja, essas palavras estão presentes no jornal brasileiro, mas não aparecem na fala moçambi-

cana ou portuguesa: ‘diskmarmita’, ‘diskdenúncia’, ‘diskgás’, ‘disktáxi’, ‘táxi-dog’. Observa-se que os escritores desse jornal procuram tornar o léxico mais acessível para a comunidade brasileira e sempre que possível explicam o significado de palavras e novas siglas e acrônimos que aparecem no jornal. Exemplos: ‘julifest’ (p.6), ‘lava-jato’ (p.2), ‘parada-segura’ (p.5), ‘achação’ (p.12), ‘obailé’ (p.8), ‘marmoradia’ (p.4), etc. Há palavras que ampliaram o seu significado, se compararmos ao significado descrito pelo dicionário utilizado para análise.

Analisando o jornal moçambicano, o “Verdade” (Edições 401 e 402) percebe-se que há ocorrência de léxico desconhecido no Brasil. Isso nos leva a concluir que a variação é recorrente e necessária para marcar as “línguas em português” (variedades). Vejamos alguns exemplos: ‘xiconhoca’ (p.1), ‘malogrado’ (p. 1) e ‘moçambola’ (p. 4), ‘comboios’ (p. 2). Essas palavras não foram de fácil compreensão para um leitor brasileiro, ao fazer a leitura desse jornal. O pior é que o Dicionário Houaiss de 2009, não dá conta da variedade moçambicana. As palavras ‘carro’, ‘comboio’ e ‘latrina’ possuem outros significados, no Brasil, diferentes dos empregados no jornal “Verdade”.

Um leitor brasileiro, ao ler um jornal moçambicano, certamente precisará de um dicionário para compreender o sentido das palavras. Ainda não existe dicionário do português de Moçambique. Por isso, reforçamos a necessidade de produção de dicionário que ilustre o acervo lexical desse país, incluindo o aspecto semântico. A LP está adequada aos vários ambientes aos quais se encontra inserida. Deste modo é perfeitamente compreensível que ao entrar em contato com elementos produzidos em outro espaço geográfico da lusofonia, diferente do brasileiro, tenhamos dificuldades para reconhecer ou interpretar determinadas palavras ali empregadas ou que são conhecidas, mas possuem significados diferentes das que conhecemos. Portanto, analisar o jornal moçambicano não foi tarefa fácil, mas apesar das dificuldades para interpretar algumas palavras o resultado foi gratificante, visto que nos permitiu um olhar diferenciado para as variações linguísticas que possuem a língua portuguesa em diferentes países.

Conclusões

Da pesquisa conclui-se que as variações e mudanças identificadas nos jornais revelam a identidade e a cultura dos povos em questão. Assim, mesmo não constatando grandes dificuldades na leitura de um jornal português impresso, as diferenças ‘saltam aos olhos’. Ao utilizar um dicionário para todos os jornais, constatou-se que o Houaiss (2009) só serviu para o jornal brasileiro “O Liberal”. O dicionário utilizado para as análises linguísticas não ajuda aos consulentes que leem o jornal moçambicano e português.

Todos os dicionários não são exaustivos. É normal que o leitor brasileiro, por exemplo, recorra ao dicionário, e ficar surpreso pelo fato de não encontrar a palavra ou o significado que deseja. Esse fenômeno ocorre porque nos corpora utilizados na elaboração desse dicionário essa palavra ou esse significado não foi identificado. O dicionarista elenca as palavras e significados encontrados nos seus corpora. O tipo de empréstimos linguísticos encontrados nos jornais de Moçambique e de Portugal é diferente nas formas de adaptação e integração. Enquanto no Brasil se adapta ‘escanear’, em Moçambique se adapta ‘scanear’.

Os dados da pesquisa mostraram que nos jornais do Brasil e de Portugal predominam os empréstimos vindos do inglês e do francês, enquanto que em Moçambique predominam empréstimos das LB. Esse fenômeno prova e sustenta o domínio das LB no contexto moçambicano. Não basta dizer que uma dada palavra é neologismo. Certamente devemos apontar a variedade na qual se considera “palavra nova.” Comparando os jornais nota-se que o léxico do esporte é bem diferente. Moçambique adaptou o léxico da variedade europeia e o Brasil integrou o léxico ou o sentido dos anglicismos na maior parte dos casos: gol, goleiro, trave, etc.

Outro aspecto a destacar nesta pesquisa é o significado que se atribui às palavras nos jornais. Cada jornal diverge em relação ao significado de algumas palavras. Realmente cada vocábulo faz sentido no seu ambiente sociocultural próprio. Esta constatação defende que as palavras só podem ser entendidas dentro do seu contexto social, daí a importância da teoria variacionista laboviana nos estudos linguísticos.

Há necessidade de elaboração de dicionários distintos para cada variedade. Esses dicionários devem ser compartilhados na lusofonia de forma que consulentes que não conhecem aquela variedade possam ter oportunidades de consultar esse acervo lexical, que de fato pertence às “línguas em português”. Moçambique e outros países africanos ainda não têm dicionários, mas há necessidade de compartilhamento desse léxico, pois essa riqueza lexical pertence à toda comunidade lusófona.

Retomando as perguntas de partida e suas hipóteses podemos responder que as variações impedem a compreensão do significado mais profundo dos membros da lusofonia. Se entendermos a variedade como o reflexo da cultura, então existem, sim, aspectos léxico-semânticos em cada jornal analisado que não podem ser devidamente interpretados ou entendidos por falantes de outras variedades. Essas hipóteses ficaram confirmadas. O vocabulário se torna difícil quando aparecem estrangeirismos de línguas menos conhecidas, como é o caso das LB.

Os brasileiros e portugueses dificilmente entenderiam estrangeirismos provenientes das LB, pois a variação semântica só pode ser explicada dentro do contexto sociocultural de cada variedade. Nesta pesquisa, procuramos discutir a variação léxico-semântica na lusofonia analisando aspectos linguísticos presen-

tes em três jornais, focando no Dicionário Houaiss (2009). Concluimos que não convém consultar um dicionário de Portugal para o contexto de Moçambique, porque os consulentes não ficarão satisfeitos.

Os caminhos para a variação léxico-semântica são traçados pela história, pela cultura e pelas variáveis sociais em geral. O importante é compreender o caminho percorrido pela língua e se adaptar aos contextos sociolinguísticos. É absurdo proibir os estrangeirismos, tal como quiseram colocar em prática, no Brasil, através da lei do Deputado Federal Aldo Rebelo. A apropriação linguística nunca estragou a beleza da língua, apenas a renova, considerando que há, na maioria das vezes, adaptação à realidade de cada falante. A beleza da língua reside, justamente, na peculiaridade que encontramos, ao comparar e perceber que mesmo sendo tão irmãos, o português de Portugal, do Brasil, e de Moçambique são, também, bastante genuínos e singulares, mas permite a comunicação. Lembremos que, num mundo que se globaliza, as interações são simultâneas e cada contato vai interferindo e caminhando para uma aldeia global, com suas particularidades.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Língua, linguagem, linguística*. São Paulo: Parábola, 2014.
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura*. v. 58, n. 2, 2006. p. 35-37.
- DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Texto Editores, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FILME. *Línguas: vidas em português*. Autor: Vitor Lopes, DVD. 90min. Paris Filmes, 2004: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JBmLzb-jmhg>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORNAL DESTAK. ed. 2751. 29/07/2016 a 04/08/2016. Portugal. www.destak.pt

JORNAL O LIBERAL. Ano XXIX, n. 1198. 24 de julho 2016. Brasil. www.jornaloliberal.net

JORNAL O LIBERAL. Ano XXIX, n. 1199. 01/08/2016. Brasil. www.jornaloliberal.net

JORNAL VERDADE. Ano XVIII, Ed. 401, 01/08/2016. Moçambique. www.verdade.co.mz.

JORNAL VERDADE. Ano XVIII, Ed. 402, 02/08/2016. Moçambique. www.verdade.co.mz.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. London: OUP, 2014.

NARO, Anthony Julius; SCHERE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NGUNGA, Armindo. Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*. v. 1, n. 0. 2012. p. 7-20.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A língua brasileira. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 57, n. 2, p. 29-30, abr./jun. 2005.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Variedades do português no mundo e no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 57, n. 2, p. 29-30, abr./jun. 2005.

PERINI, Mário Alberto. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.

POSSENTI, Sírio. *A cor da língua e outras crônicas de linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras/ALB, 2002.

REBELO, Aldo. *Projeto de lei 1676/1999*. Diário Popular, 7/11/1999.

TIMBANE, Alexandre António. Que português se fala em Moçambique? Uma análise sociolinguística da variedade em uso. **Vocabulo**, v. 7, p. 1-21, 2014.

_____. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. **Confluência**. v. 1, p. 263-286, 2013b.

_____. A variação terminológica dos termos de futebol moçambicano. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz. (Org.). **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. Série Trilhas linguísticas, n. 22. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013a. p. 145-165.

VILELA, Mário. **Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática**. Coimbra: Almeida, 1995.

A variação linguística na lusofonia: reflexões sobre moçambicanismos lexicais e semânticos no “Jornal @Verdade”

Alexandre António Timbane¹

Zacarias Alberto S. Quiraque²

Resumo: A pesquisa faz uma reflexão sobre a variação linguística léxico-semântica no Jornal moçambicano “@Verdade”. Especificamente, o trabalho discute os conceitos de variação e mudança linguísticas bem como a sua interferência na cultura; explica como a variação linguística léxico-semântica do português constrói a variedade moçambicana e identifica marcas do português de Moçambique no jornal “@Verdade”. Como variáveis linguísticas, observaram-se os empréstimos lexicais provenientes das línguas bantu e do inglês discutindo a variação semântica no contexto de Moçambique. A pesquisa utilizou um *corpus* composto por 10 edições do Jornal @Verdade, especificamente as páginas das notícias nacionais. Neste contexto, concluiu-se que embora a língua escrita tenda a conservar traços fixos, ela não deixa de apresentar variações que são influenciadas pelas variáveis sociolinguísticas. Conclui-se ainda que o Jornal “@Verdade” apresenta uma identificação léxico-semântica própria dos moçambicanos, o que confirma o crescimento e a afirmação do Português de Moçambique.

Palavras-chave: Lusofonia. Variação Lexical. Moçambicanismos.

-
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Mestrado em Estudos de Linguagem. Professor e Pesquisador Visitante Estrangeiro. Contato: alextimbana@gmail.com.
 - 2 Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão, Mestrado em Estudos de Linguagem, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística. Bolsista do PEC-PG/CNPq. Contato: quiraque@gmail.com.

Introdução

No século XV, Moçambique observou a chegada de vários navegadores portugueses que tinham o objetivo de colonizar o país. Dessa intenção inicia a expansão da Língua Portuguesa (LP) a partir de trabalhadores e escravos que trabalhavam para os colonos. A escola era apenas para filhos de colonos e para os assimilados (aqueles que interiorizaram os hábitos, ideias e cultura do colono) que, na maioria das vezes, nem concluíam o ensino fundamental. Por razões históricas, o português cresceu lentamente, pois este só se fazia sentir nas cidades, enquanto a população rural conservava as suas línguas bantu (LB) moçambicanas. Os portugueses encontraram uma sociedade estabelecida e organizada do ponto de vista político, linguístico, econômico que fazia trocas comerciais harmoniosas entre os árabes, que vinham desde há séculos praticando esta atividade com os nativos e não havia conflitos entre tribos como resultado da prática dessas atividades (ABDULA, 2014).

Sabe-se que a língua é um dos instrumentos de comunicação e é com ela que se interpreta o mundo e se estabelecem relações de todo tipo entre os seres humanos. Ela é uma entidade abstrata, que se localiza em nível superior e que é compartilhado por uma determinada sociedade, constituindo o fenômeno mais importante que diferencia o ser humano dos outros seres. Para Coseriu (1979, p. 32), a “língua pertence ao indivíduo e, ao mesmo tempo, à sua comunidade, e no próprio indivíduo se apresenta como alteridade, como algo que pertence também a outros”.

A fala é ato linguístico individual enquanto que a língua é social, é uso linguístico da comunidade, é patrimônio ou instituição social ou produto histórico coletivo. Para além destes dois elementos, Coseriu (1979) acresceu a ‘norma’ que seria um primeiro grau de abstração da fala. Considerando a língua o sistema, um conjunto de possibilidades abstratas, a norma seria então um conjunto de realizações concretas e de caráter coletivo da língua. A norma é o conjunto de variantes, de hábitos linguísticos de uma comunidade de fala.

A língua é uma forma de comportamento social e, em alguns casos, é influenciada pelo ambiente (SAPIR, 1969). O português brasileiro, angolano, moçambicano e por aí em diante são variedades do mesmo português. Estas variedades linguísticas identificam um povo e ao mesmo tempo a sua cultura. Já que a língua pertence ao social e cada indivíduo usa-a de forma particular, é importante sublinhar que a literatura moçambicana é rica em traços linguísticos que ocorrem naquela variedade do português.

Sempre que se pergunta qual é a língua falada em Moçambique, a resposta não é uma e única, tal como um português em Portugal responderia. Os brasileiros também têm (ou pelo menos deveriam ter) essa dificuldade de responder qual

é a língua do Brasil, pois existem mais de 190 línguas (RODRIGUES, 2010) da família tupi-guarani faladas por populações indígenas espalhadas um pouco pelo país. Pensando melhor, entende-se por que as pessoas acham que a língua do Brasil é apenas o português, pois a política colonial e mais tarde a política linguística vigente reforçaram a ideia da existência de uma única língua no Brasil quando oficializaram, através da Constituição da República, apenas o português relegando as línguas originárias das Américas para situações de comunicação informal.

Os moçambicanos falam Kiswahili, Kimwani, Shimakonde, Ciyao, Ema-khuwa, Ekoti, Elomwé, Echuwabo, Cinyanja, Cisenga, Cinyungwé, Cisena, Ciwutee, Cimanyika, Cindau, Cibarwe, Citshwa, Gitonga, Cicopi, Xirhonga, Xichangana, Ciswati, Xizulu (TIMBANE, 2014). Nestas línguas, se integra a língua moçambicana de sinais e o português, língua de origem europeia. O número de falantes de português como língua materna subiu de 1,2% em 1980 para 6,5% em 1997, e ainda para 10,7% em 2007, ano do último Recenseamento Geral da População e Habitação. Contrariamente a essa tendência, o número de falantes das línguas moçambicanas desceu de 98,8% em 1980 para 93,5% em 1997, e para 89,3% em 2007 (TIMBANE, 2013).

Dentre os mais de 20 idiomas, as línguas maternas mais faladas em Moçambique são: “o eMakhuwa (26,3%), o xiChangana (11,4%), português (10,8%), o ciSena (7,8%) (TIMBANE, 2015). Segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 2007, assume-se que a LP é falada por 50,3% da população como língua segunda e por 10,7% como língua materna. Portanto, está clara a ideia de que Moçambique não é monolíngue porque coabitam no mesmo espaço geográfico as línguas do grupo bantu e o português.

No âmbito da lusofonia pode-se levantar uma questão profunda: Afinal, temos uma língua ou várias línguas portuguesa(s)? Será que se pode dizer ‘língua portuguesa moçambicana?’ ou ‘português de/em Moçambique?’ O presente artigo pretende discutir estas questões da variação do português na lusofonia, em particular em Moçambique, mostrando que a língua, a norma e a fala são entidades que devem ser observadas, pois o seu conjunto forma a linguagem, o sistema.

Coseriu (1979) entende o sistema como um conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e fechados, quer dizer, um conjunto de liberdades e obrigações que não podem ser rompidos. Pretende-se demonstrar que apesar de vivermos num momento da globalização em que as notícias, as informações correm com mais rapidez devido às novas tecnologias (redes sociais etc.), veiculadas em português, a língua varia e apresenta características peculiares em cada lugar geográfico e em cada indivíduo.

Neste sentido, o respeito às regras por parte dos falantes do português onde quer que estejam no espaço lusófono permite um entendimento geral, mesmo sabendo que o social, o ambiente e a cultura interferem na língua. O artigo ten-

tará fazer com que se perceba a necessidade da existência de variedades linguísticas, tal como acontece na realidade, mostrando, ao mesmo tempo, a importância da luta e combate contra o preconceito linguístico que ocorre não só no ensino fundamental, médio e superior, mas também na comunidade no geral.

A revisão bibliográfica e o método introspectivo com apoio de exemplos de estudos anteriores e do nosso conhecimento nos levarão a concluir que não existem línguas, mas uma LP falada/escrita nos nove (9) países onde é oficial, que vai variando devido aos contextos locais mais precisos, tal como no contexto moçambicano. É o percurso normal que as línguas seguem e ninguém poderá impedir, pois as línguas são dinâmicas e evoluem com o tempo. A chegada de novos termos, novo léxico simboliza a criatividade linguística do português, fenômeno natural que pode resultar (enfim) na formação de novas línguas.

A pesquisa levanta uma questão de partida que se resume na seguinte pergunta: Como se explica o fato de que falantes de uma mesma língua tenham uma língua lexicalmente variável? Neste sentido, avançam-se as seguintes hipóteses: (i) a língua escrita é diferente da língua oral e tende a conservar traços fixos; (ii) a variação é influenciada pelas diferenças sociolinguísticas; (iii) a norma-padrão europeia é que une a língua escrita na lusofonia. Ademais, a pesquisa visa a compreender a variação lexical na lusofonia com especial atenção ao contexto de Moçambique. Ela discute os conceitos de variação e mudança bem como a sua interferência na cultura; explica como a variação léxico-semântica particulariza e constrói o português de Moçambique e identifica marcas do português de Moçambique no Jornal “@Verdade”.

O trabalho está dividido em cinco partes. A primeira discute questões sobre a LP na lusofonia, apontando questões sobre a variação e a mudança linguísticas. Na segunda parte, discute-se o português de Moçambique e suas características, levantando a influência da variação léxico-semântica. Na terceira parte, debate-se a importância do respeito pelas variações na escola e no meio social. Na quarta, apresenta-se a metodologia com a descrição do jornal e análise e, na quinta e última, apresentam-se as conclusões e as referências bibliográficas.

1 A língua portuguesa na lusofonia

1.1 A variação e as variedades linguísticas

Etimologicamente a palavra ‘lusofonia’ provém da junção de ‘luso’+‘fonia’. ‘Luso’ é referente à ‘Lusitânia, Portugal’ e ‘fonia’ é referente ao ‘som’ (fala). Faraco define lusofonia como sendo o “conjunto dos falantes de português mundo afora” (FARACO, 2012, p. 33). Para o dicionário de Houaiss e Villar (2009, p. 1203), a

lusofonia é o “conjunto daqueles que falam português como língua materna ou não” ou, ainda, o “conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante”. As definições são complexas e discutíveis. Entendemos por lusofonia o espaço geográfico onde se compartilham interesses econômicos, culturais, políticos e históricos, sobretudo, no idioma português. Esta definição nos parece mais abrangente e completa, embora possa ainda ser mais discutida.

Pensando melhor, será que os membros da lusofonia se entendem no idioma português de igual modo? Outros elementos que provocam debates acirrados relacionam-se com as formas como esses membros usam esta língua, na pronúncia das palavras, nas escolhas lexicais e semânticas. No Brasil há quem diga que se fala a ‘língua brasileira’ e não português, em Portugal há quem diga que todos os membros da lusofonia deviam usar a norma padrão-europeia e por aí em diante. O que nos parece mais verdade é que este português permite a comunicação e a compreensão no espaço lusófono porque todos usamos o mesmo sistema no qual cada falante vai buscar regras e formas nele aceitas.

A questão da distribuição das diferentes manifestações que a LP apresenta nos diferentes países, em variedades linguísticas é assunto falacioso entre os linguistas ou não linguistas. Por um lado, há quem defenda a existência de três variedades: o português falado no Brasil, o falado em Portugal e o português falado em outros países em que esta língua chegou como herança da colonização portuguesa. Por outro lado, há quem defenda a ideia de existência de variedades do português distribuídas em cada país em que este se tornou língua oficial.

Na perspectiva de Lopes, Siteo e Nhamuende (2002), entende-se por variedades de língua as formas como a língua se manifesta em diferentes contextos culturais. Para os autores, a variedade europeia é aquela falada/escrita em Portugal (geralmente referido como Português Europeu, designado de variedade mãe) e o Português falado/escrito no Brasil (conhecida como português brasileiro). É como se existisse uma língua de origem da qual nasceram outras. Mas este debate não é justo, pois sabemos que tanto a variedade europeia quanto a brasileira ou de outros países lusófonos têm o mesmo valor e importância. Aliás, mesmo em Portugal não se fala português da mesma forma.

Coelho *et al.* (2015, p. 14) dão o nome de variedade “à fala característica de determinado grupo”. Para os autores, a variação é um “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. Que a língua varia e muda, ninguém duvida. Tanto a variação assim como a mudança linguística são processos históricos que ocorrem nas diferentes línguas do mundo devido a vários processos. Portanto, a língua portuguesa pode variar geograficamente (de país para país) fazendo surgir o português angolano, português cabo-verdiano e por aí em diante.

Em Moçambique, as manifestações da LP falada na zona sul do país podem se diferenciar com as da zona norte ou centro. Estamos diante de variantes regionais. Aliás, sobre este aspecto Abdula (2014, p. 35) argumenta que

Se uma boa parte dos falantes do português em Moçambique tem como a língua primeira (L1) uma das línguas nacionais, salvo o português, podemos afirmar que o português falado nas diferentes partes do país apresenta marcas de identidade dos falantes com a sua língua e sua cultura, devido ao contacto que o português tem com essas línguas.

Ainda sobre este aspecto, segundo Bagno (2007), dentre vários fatores sociais que podem auxiliar nos fenômenos de variação linguística temos a destacar os seguintes: a) origem geográfica: a língua varia de um lugar para outro, podendo-se identificar a fala através das diferentes regiões, estados, e áreas geográficas de um mesmo estado, observando ainda a origem rural ou urbana do falante; b) *status* socioeconômico: o nível de renda do falante pode interferir no seu modo de falar, isto é, as pessoas com um nível de renda muito baixo não falam do mesmo modo das que têm uma renda médio ou muito alto; c) grau de escolarização: o maior ou menor acesso à educação formal e, com ele, à cultura letrada, à prática da leitura e aos usos da escrita, são também fatores muito importantes na configuração dos usos linguísticos dos diferentes indivíduos; d) idade: geralmente os adolescentes não falam do mesmo modo como seus pais, nem estes como as pessoas das gerações anteriores; e) sexo: os homens e mulheres fazem usos diferenciados dos recursos que a língua oferece; f) mercado de trabalho: o vínculo da pessoa com determinada profissão e ofícios incide na sua atividade e criatividade linguística e; g) redes sociais: cada pessoa adota comportamentos semelhantes aos das pessoas com quem convive em sua rede social e entre esses comportamentos está também o linguístico.

1.2 A influência da cultura na variação linguística

O nascimento da LP se deu num espaço ricamente habitado por diversos povos: árabes, romanos, muçulmanos etc. Com a chegada desses povos ao espaço que serviu de berço para a LP, Península Ibérica, inevitavelmente ocorreu a instalação das culturas e das línguas de uso comum a cada grupo representante de cada povo que ali se fez presente. Deste modo, a romanização e a reconquista juntamente com outros fatos histórico-políticos constituem um conjunto social comum à memória coletiva dos povos já existentes na Península anteriormente à invasão dos povos citados acima.

O contato entre línguas e culturas diferentes com os nativos do espaço Ibérico proporcionou a mudança linguística que, gradualmente, foi evoluindo até o surgimento do português. Esta evolução não se deu de modo rápido e inicialmente definitivo, foi se adequando ao contexto social de que dispunha o território de recepção, a fim de atender necessidades emergentes dos sujeitos que coabitavam um mesmo espaço em que a necessidade de comunicação se tornou importante para o curso normal da sociedade em si.

Os conflitos provocados pelo contato linguístico-cultural fazem parte de um processo de mudança linguística que se torna necessário para resguardar a afirmação de uma língua seguindo as características intrínsecas ao espaço recém-invasado. Por isso importa ressaltar que as mudanças linguísticas são resultados de um processo histórico social comum aos membros participantes de uma determinada comunidade linguística. Desta forma, os fatos histórico-linguísticos são interpretados primeiramente em nível individual e, posteriormente, em nível grupal para depois serem organizados na memória social coletiva de maneira autêntica. Tudo isso acaba tornando o processo de troca linguística ritmicamente lento ou rápido a depender da intensidade do contato linguístico.

No entanto, “a mudança linguística é um processo sociocultural e socio-cognitivo, ou seja, um processo que tem origem na interação entre a dinâmica social da comunidade de fala e o processamento da língua no cérebro por parte de dois indivíduos em interação sociocomunicativa” (BAGNO, 2014, p. 92). Evidentemente, para que haja sucesso comunicacional é natural que se estabeleça uma relação de conexão entre a cognição do sujeito e a sua cultura confrontada com as do outro. Nesse caso, o resultado é a combinação das culturas e línguas em situação de contato que, propositalmente, configuram um percurso altamente complexo que se modifica sorrateiramente, a fim de atender necessidades específicas da comunicação de cada comunidade linguística.

O surgimento das variações do latim é prova de que nenhuma língua “é um bloco compacto, homogêneo, pronto e acabado. A língua-como tudo mais no universo-não para, está sempre se transformando” (BAGNO, 2014, p. 80). Tal conceito justifica o percurso variacional que se deu ao longo dos séculos até a definição da LP na Península Ibérica, já que o latim evoluiu de tal maneira que deu margem a várias línguas românicas, tendo o português resquícios desta base. Foi justamente o contato entre o latim e as línguas autóctones que deu margem ao nascimento do português no ocidente europeu (a partir século VI), e posteriormente ganhou *status* de LP, sendo reconhecida como tal.

Os exemplos são apenas para mostrar que o português europeu não se constituiu por si só, mas contou com a contribuição de vários aspectos linguísticos das línguas de povos que se instalaram na Península e que de algum modo fixaram expressões ou palavras que determinaram a elaboração de vocábulos usados até

hoje em Portugal. Deste modo, o português falado em Portugal é diversificado. Pagotto (2005) relata a existência de três (3) tipos de dialetos: dialetos galegos, setentrionais e centro-meridionais. Ou seja, a depender da intensidade do contato entre o latim e as línguas autóctones em cada região do país, as influências foram mais intensas ou menos intensa, mas o que realmente importa destacar é que o português viajou séculos até se tornar a variedade autônoma e independente que se designa língua portuguesa. Portanto, cada um dos falares mencionados acima por Pagotto (2005), incluindo os falares de outros países da lusofonia, formam esta ‘nossa Lusitânia’.

As condições históricas e culturais de Portugal permitiram transformações na língua ao longo do tempo. Por isso, o passado em consonância com o presente continua a determinar o surgimento de manifestações que muito representam o vocabulário dos portugueses, com empréstimos vindos de outras línguas, fato que resulta no aumento do acervo lexical com uma face modernamente elaborada.

Diante da importância dos fatos históricos e sociais gravados na memória social é pertinente reconhecer a existência de variações linguísticas em todos os níveis durante o processo da evolução de uma língua. O que significa dizer que o latim evoluiu de tal forma que se originou o português (e outras línguas) e este por sua vez adquiriu várias faces ao ser expandido no mundo, dando origem ao português brasileiro, moçambicano, angolano etc. Nesse sentido, é natural que as transformações dentro de uma língua sejam atribuídas a influências externas de aspectos linguísticos e culturais de outras, através do contato e da imposição política em consonância com as coordenadas internas, motivadas pela cultura e pela língua no ambiente de contato.

O estatuto ou *status* que o português carrega em países lusófonos nem sempre foi um processo lento e pacífico, pois em alguns países este se configurou dentro de um plano de imposições políticas cruéis e, muitas vezes, desgastantes. Desse modo, a língua representa sempre a história sociopolítica de um povo que é atravessada por gerações tão importantes às bases linguísticas que sustentam as possibilidades de usos do sistema linguístico tão importante para o sucesso comunicacional. Contudo, as invasões no território do extremo Ocidental corroboraram para o que hoje chamamos de LP.

2 O português em Moçambique e suas características lexicais

Foram quase quinhentos (500) anos de colonização que, através de uma guerra desencadeada em dez (10) anos com os portugueses, culminou com a independência de Moçambique em 1975. A partir desse ano, a LP foi adotada como a

única língua oficial e de acesso à educação neste país. Devido a valores político-ideológicos a ela ligados reforçou a sua posição em detrimento das LB e tornou-se neste caso: 1) única língua oficial; 2) língua de prestígio; 3) língua de ensino; 4) língua que todos sabem ou gostariam de saber (FIRMINO, 1998). Este processo teve suas consequências, tais como: a secundarização das línguas moçambicanas a que foram e/ou são atribuídas designações com teor pejorativo, nomeadamente, ‘dialetos’, ‘línguas indígenas’ línguas ‘kafriarizadas’ ou ‘cafrializadas’ e até mesmo ‘línguas de cães’ (KITOKO-NSIKU, 2007, *apud* MABASSO, 2010); desigualdade de oportunidades no setor laboral; segregação linguística. O domínio da LP identifica-se com uma classe política e economicamente dominante e abre caminhos, para estes falantes, ao mundo exterior através do acesso à educação superior (LOPES, 2004).

Não vamos deixar de defender que as LB moçambicanas tinham condições linguísticas para serem oficiais, pois são línguas completas, porém com a estrutura gramatical e lexical bem diferente do português europeu. A aceitação do português como a única língua oficial foi resultado da política linguística adotada pelo governo. Diante da sua mistura com as línguas autóctones faladas em Moçambique surgiram outras características que, de certo modo, foram se diferenciando com as do português europeu, e o português naquele país passou por um processo de nativização que condicionou a sua transformação estrutural e, sobretudo, sócio-simbólica (FIRMINO, 2015).

A respeito desta variedade, as obras “Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano” de Lopes, Siteo e Nhamuende (2002) e “Minidicionário de moçambicanismos”, de Dias (2002), são de referência nesses estudos iniciais. Nessas obras, os autores tiveram intuito de reunir um conjunto de léxico de usos com características típicas do português falado em Moçambique, língua herdada do colono, com traços característicos, realizações formais e contextuais de moçambicanidade na fala e na escrita. Muitas delas são resultados da convivência e interferência das LB faladas em diferentes regiões do país, fazendo com que seja uma língua com aspetos variacionais bem diferentes com os de outros países da lusofonia.

Deste modo, o léxico em sua variação constitui-se semanticamente dentro de um contexto diversificado denunciador de outra “maneira de entender, conceber, talvez mesmo de sentir o mundo” (PERINI, 2004, p. 42). Significa que as palavras como partes do repertório que motiva a comunicação social adquirem uma função extra e importantíssima no seio de um grupo linguístico, vez que esta função transcende a relação entre objeto/nome. Isso quer dizer que a escolha pela palavra *matapa* (‘prato feito de folhas de mandioqueira’) está associada não apenas à relação objeto/nome, mas principalmente ao ato de alimentar concreto que é representado simbolicamente na memória cultural da comunidade linguística moçambicana.

Portanto, “cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade” (PERINI, 2004, p. 52), mas não se restringe a isso, pois dentro do seu sistema existe um conjunto lexical capaz de categorizar os objetos, atribuindo a eles um leque infinito de possibilidades. Os usuários da língua encontram no sistema linguístico todas as regras gramaticais bem como o acervo lexical. Sendo assim, as palavras obedecem a um ritmo específico sob o rigor do conhecimento que o ator social tem acerca do universo. É dessa forma que o processo de variação léxico-semântico se torna necessário para a diversificação dos povos que constituem o universo como todo, traduzindo-se numa releitura diversificada que cada sujeito faz do mesmo.

3 A importância do respeito pelas variações linguísticas

Segundo Timbane (2015, p. 93), “o grande problema enfrentado pelos professores no ensino formal é o português, que é a segunda ou terceira língua da maioria das crianças, principalmente nas zonas suburbanas e rurais”. Nestas zonas, onde a maior parte da população reside, muitos alunos moçambicanos chegam à escola sem ter nenhuma noção de português.

Enquanto Moçambique adotou o ensino do português como língua segunda devido ao predomínio de LB pela maioria da população, no Brasil o ensino do português é tido como língua materna. Nos dois contextos, a metodologia não pode ser a mesma e os contextos socioeconômicos não são os mesmos. Todavia, a falta de sintonia entre a língua falada em casa e a língua falada na escola tem trazido muitos problemas na aprendizagem da norma padrão europeia. A língua falada na comunidade se distancia daquela que é exigida pela escola, fato que leva as pessoas a classificarem o português da escola como língua difícil, complicada, embora as pessoas a usem no seu dia a dia (BORTONI-RICARDO, OLIVEIRA, 2013; CASTILHO, 2010).

A escola deve respeitar as variedades do português, mas sem deixar de mostrar o que a norma padrão exige. Ao ensinar diferentes modos de falar, é preciso que a escola esteja bem consciente e bem preparada para mostrar que a esses modos diferentes de falar associam-se valores sociossimbólicos distintos. Se essa informação chegar de forma clara ao aluno, este jamais poderá confundir, muito menos terá o preconceito linguístico. E assim, “a intervenção do professor, quando da produção oral de seus alunos, será sempre para ajudá-los a encontrar outra variante mais adequada ao evento de fala” (BORTONI-RICARDO, OLIVEIRA, 2013, p. 56).

A atuação do ensino na escola atual não se trata de ensinar a língua materna, que o aluno já sabe ao entrar na escola; nem se pode, aliás, ensinar uma língua. O que cabe é ir aumentando as competências linguísticas e comunicativas dos alunos, trabalhar com a língua, melhorando sempre e tornando mais produtivo o manejo desse instrumento. Bortoni-Ricardo e Oliveira (2013) afirmam que quando o professor conhece as características da fala dos seus alunos pode planejar seu trabalho pedagógico com objetivo de ampliar e trazer à tona as variedades, dando-lhes uma competência comunicativa, tendo em conta os diferentes espaços comunicativos. Tudo aquilo que na sociedade é visto como erro na fala, na visão da sociolinguística é tido como uma inadequação, ou seja, um evento ou ato de fala que não atende as expectativas do ouvinte em função dos papéis sociais de um e outro. O que a sociedade chama de erro é, então, um desencontro entre a produção do falante e a expectativa dos ouvintes, em função do contexto social onde a interação se processa.

Contrariamente ao Brasil que possui dialeto ‘caipira’, em Moçambique não há dialetos. Existe apenas o português de Moçambique que vem se afirmando nas últimas décadas e relatado em pesquisas que descrevem a variedade usada pelos moçambicanos. Os moçambicanos não se identificam com o português brasileiro, apesar da circulação massiva de novelas brasileiras e de canais por assinatura terem invadido o espaço urbano. Eles se identificam com o português europeu e reconhecem esta variedade como o modelo mais correto da língua. Por causa desse pensamento, o país não tem ainda dicionário nem gramática da sua variedade até porque a política linguística bloqueia qualquer intenção nesse sentido, limitando-se a usar gramáticas do português de Portugal ou do Brasil.

O Brasil está avançado em matéria de descrição da sua variedade. Podem-se citar exemplos de Castilho (2010), Perini (2010), Borba (2004), Houaiss e Villar (2009), para além de artigos, teses, dissertações e livros que foram publicados. Entende-se que este país tem uma autoestima com relação à sua variedade. A fraca qualidade de ensino e aprendizagem, principalmente no nível fundamental e médio, não se justifica no fato de Moçambique ter alcançado a independência em 1975, mas sim na falta de vontade política que se reflete.

4 O Jornal “@Verdade” e as análises

A pesquisa interessou-se pelos *corpora* escritos extraídos do jornal moçambicano “@Verdade” (JV). É um jornal fundado em 2008 por Erik Charas, inicialmente impreso e distribuído gratuitamente. Na altura o jornal tinha sua sede em Maputo, que mais tarde mudou-se para a província de Nampula, a mais populosa do país. O jornal aborda notícias nacionais, internacionais, esporte, opiniões, *campus*, cultura e sociedade para além de uma edição em língua inglesa.

A escolha deste jornal se justifica pelo fato de ser moçambicano que para além de ter maior abrangência por ser gratuito, está disponível em forma impressa e digital e ainda é aparentemente imparcial na colocação das suas notícias. Nesta pesquisa, escolheram-se aleatoriamente dez (10) edições para análises, tal como mostra o Quadro 1 abaixo, concentrando-se nas páginas das ‘notícias nacionais’ apenas.

Quadro 1 Datas, edições e ano dos jornais selecionados

DATA	EDIÇÃO/ANO	DATA	EDIÇÃO /ANO
27 maio 2016	391/8	05 agosto 2016	401/8
10 junho 2016	393/8	12 agosto 2016	402/8
24 junho 2016	395/8	19 agosto 2016	403/8
07 julho 2016	397/8	26 agosto 2016	404/8
22 julho 2016	399/8	02 setembro 2016	405/8

Como variáveis linguísticas a pesquisa pretende observar os empréstimos lexicais provenientes da LB, do inglês e do francês, observar a variação semântica de palavras no contexto de Moçambique. Ao apresentar os resultados daremos pelo menos três (3) exemplos para ilustrar estes fenômenos.

a) **Empréstimos das LB:** o *corpus* da pesquisa revelou a existência de muitas palavras provenientes das diversas LB para o português. Algumas delas se adaptaram, como é o caso dos exemplos 1, 2 e 3. A entrada dessas palavras se deve a dois motivos: o primeiro motivo é por necessidade, quando não existe palavra equivalente e/ou correspondente em português e segundo, de luxo, quando se integra uma palavra já existente e dicionarizada no português.

Ex. 1: “...falta de condições, passei a fazer machambas...” (JV, 22/07/2016, p. 2)

Ex. 2: “...Há xiconhocas que não se fartam de mentir...” (JV, 27/05/2016, p. 3)

Ex. 3: “...ele está a marimbar-se para o sofrimento...” (JV, 27/05/2016, p. 4)

O exemplo 1 “**machamba**” significa ‘horta’ e é uma palavra vinda da língua swahili, em que shamba significa ‘terra’. O prefixo “**ma-**” é marca do plural da classe 6 dos nomes dessa língua. A palavra do Ex. 2 provém da junção de dois nomes: xico (apelido de Francisco) e “nyoca” (‘cobra, na língua xichangana’). “xiconhoca” significa traidor, explorador. No Ex.3, a palavra “marimba” é nome de instrumento e dança tradicional de Moçambique. A palavra foi ‘aportuguesada’ e agora significava ‘brincar’ no contexto da frase. Nestes três casos apresentados, as palavras sofreram alguma adaptação fonográfica e semântica.

b) Empréstimos do inglês: O inglês contribui na formação da variedade moçambicana. A entrada de palavras vindas desta língua se justifica pelo impacto que ela tem no mundo. Assim, observa-se entrada massiva de anglicismos. Alguns se adaptaram; outros mantêm a grafia original.

Ex. 4: “...o presidente da Associação dos mukheristas...” (JV, 10/06/2016, p. 10)

Ex. 5: “...durante o briefing à imprensa, que o indivíduo...” (JV, 19/08/2016, p. 7)

Ex. 6: “...se calhar teríamos um país dividido em facções armadas ou estaríamos totalmente gangsterizados.” (JV, 10/06/2016, p. 16)

Nos exemplos 4 e 6 houve adaptação gramatical e gráfica. Mukherista provém do inglês “to carry” (carregar), e recebeu o prefixo singular “**mu-**” dos nomes da classe 1 das LB, passando a ser “**mukheristas**”. São conhecidos como ‘mukheristas’ os comerciantes que compram produtos na África do Sul ou na Suazilândia a fim de revender em Moçambique. A palavra ‘gangsterizado’ provem do inglês “gangster”. Neste caso, ela significa ‘estar prejudicado ou afetado’ que é diferente do significado inglês: criminoso, bandido. No Ex. 5, a palavra “briefing” também vem do inglês que significa ‘breve entrevista’.

c) Variação semântica: nos *corpora* observou-se a mudança de significados de algumas palavras. Os exemplos 7 a 8 mostram como as palavras ganharam novos valores, portanto, são neologismos semânticos.

Ex. 7: “Os locomotivas de Maputo defendiam bem ...” (JV, 12/08/2016, p. 6)

Ex. 8: “...dos beirenses seguido por uma bomba ...” (JV, 19/08/2016, p. 6)

Ex. 9: “...régulos do sistema, mamaram os milhões...” (JV, 27/05/2016, p. 3)

No Ex. 7, a palavra ‘locomotiva’ deixou de significar “máquina a vapor ou elétrica que opera a atração dos comboios” (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p. 941) e passou a significar ‘nome de time de futebol de Ferroviário’. No Ex. 8, a palavra ‘bomba’ para além do significado mais conhecido passou a significar ‘novidade’ ou ‘segredo’. E, no Ex. 9, para além de ‘sugar leite da mãe’ também significa ‘roubar, furtar, gastar, comer ou prejudicar alguém’.

Outro aspecto a sublinhar nesta pesquisa é a formação de palavras a partir de siglas e acrônimos. Os exemplos 10, 11 e 12 mostram a redução das expressões seguintes: ‘Avtomat Kalashnikova obraztsa 1947’, ‘Empresa Moçambicana de Atum’ e ‘Frente de Libertação de Moçambique’ respectivamente.

Ex. 10: “...de fogo do tipo AK-47, supostamente...” (JV, 07/07/2016, p. 1)

Ex. 11: “...os Ematums dos régulos do sistema...” (JV, 27/05/2016, p. 3)

Ex. 12: “...pela Frelimo contra Afonso Dhlakama...” (JV, 10/06/2016, p. 15)

O estudo das unidades léxico-semânticas da variedade moçambicana acima demonstrado revela a importância da cultura e da história de um povo na construção de uma variedade. A entrada de palavras evidencia claramente como o português é influenciado pelas línguas nativas e estrangeiras. São palavras que

quando implicitamente integradas no português escrito em Moçambique podem trazer diversos valores semânticos, tal como se viu nos exemplos 7, 8 e 9. Encontramos palavras da LP, mas que o sentido do seu uso vai variar em cada contexto. Com o tempo e com o uso elas ganham novos sentidos e funções nas construções sintáticas e discursivas da população moçambicana mostrando que a língua e cultura são fatores indissociáveis para as diferentes manipulações da LP.

O estudo dos moçambicanismos presentes no Jornal “@Verdade” revela a necessidade de compreender o português de Moçambique como uma das variedades nativas carregada de múltiplas identidades e tradições culturais. Nesse sentido, importa dizer que a variação lexical se dá dentro das possibilidades de usos permitidas pelo sistema linguístico vigente no interior da comunidade linguística que, no entanto, regulam as necessidades de construção dos enunciados importantes para o entendimento e a comunicação social.

Conclusões

Sendo um jornal escrito por moçambicanos e para moçambicanos, o Jornal “@Verdade” mostrou como o português de Moçambique está intimamente ligado à cultura. Os contextos sociais, econômicos, políticos e históricos ocorrem dentro de uma comunidade linguística. A língua pertence à sociedade e se adapta aos interesses da comunidade que a utiliza e vice-versa. Por essa razão não se estranha que apareçam moçambicanismos nesse jornal. A fala é o conjunto de atividades físicas e mentais, a língua é o conjunto de convenções adotadas e sistematizadas por uma massa socializada de usuários da fala. A fala é o jogo de atividades pessoais enquanto a língua é o conjunto de convenções, uma chave que permite que cada um possa ter acesso à linguagem. A língua, soma dos atos linguísticos nela concretamente comprovados, é o conjunto de vários acervos linguísticos individuais.

Os dados da presente pesquisa comungam com a ideia de Coseriu (1979) quando diz que o sistema é um conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e fechados. As criações lexicais observadas no Jornal “@Verdade” jamais se desviaram dos parâmetros estabelecidos pela LP. Coseriu refere que o sistema é conjunto de imposições e de liberdades, pois que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico.

O léxico, por sua vez, revela em alto grau a complexidade da cultura de um povo. A variação lexical está intimamente relacionada ao sentido atribuído aos elementos constituintes do mundo que rodeia cada membro de uma comunidade linguística. O processo de categorização do mundo e sobre o mundo é uma característica marcada pela influência da variação linguística, traduzindo-a em

sentimento de pertença a um ou outro grupo do qual o sujeito faz parte. Neste sentido, esperamos que o presente trabalho abra horizontes, para que sejam realizados mais estudos no sentido de se reconhecer, valorizar e ‘nativizar’ a variação linguística nos países lusófonos, em particular em Moçambique, de modo que “as línguas maternas (*bantu*) irão enriquecer a língua portuguesa falada em Moçambique, e que lado a lado com ela se irão desenvolvendo [...]” (MACHEL, 1979, *apud* LOPES, SITOE e NHAMUENDE, 2002, p. iv, grifo nosso).

Referências

- ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. **Marcas de influência do échúwabo no português de Moçambique**: a questão dos verbos nas redes sociais. 2014. 117 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Língua, linguagem, linguística**. São Paulo: Parábola, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; OLIVEIRA, Tatiana. Corrigir ou não variantes não padrão na fala do aluno? In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris (Org.). **Os doze trabalhos de Hércules**: do oral para o escrito. São Paulo: Parábola, 2013. p. 45-62.
- BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- COSERIU, Eugene. **Teoria da linguagem e linguística geral**: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.
- DIAS, Hildizina. **Minidicionário de moçambicanismos**. Maputo: Imprensa universitária, 2002.

- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FIRMINO, Gregório. Língua e Educação em Moçambique. In: STROUD, Christopher; TUZINE, António. (Org.). **Uso de Línguas Africanas no Ensino: problemas e perspectivas**. Cadernos de Pesquisa. n° 26. Maputo: INDE, 1998, p. 247-278.
- _____. Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística e Moçambique. **Revista Científica da UEM: Sér. ciênc. soc.** v. 1, n° 1, p. 121-132. 2015.
- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JORNAL @VERDADE. Edições: 391, 392, 395, 397, 399, 401, 402, 403, 404 e 405. Nampula. Disponível em: <www.verdade.co.mz>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- LOPES, Armando Jorge. **A Batalha das línguas: perspectiva sobre Linguística Aplicada em Moçambique**. Imprensa Universitária: UEM, 2004.
- _____; SITO, Sítio Júlio; NHAMUENDE, Paulo José. **Moçambicaníssimos: para um léxico de usos do português moçambicano**. Livraria Universitária -UEM: Maputo-Moçambique, 2002.
- MABASSO, Eliseu. **Estratégias Linguístico-Discursivas na Investigação Criminal: O caso das esquadras de Maputo**. 2010. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. 2010.
- PAGOTTO, Emilio Grozze. Variedades do português no mundo e no Brasil. **Ciências e Cultura: Línguas do Brasil** v.57, n° 2, São Paulo. p.31-34, abr./jun. 2005.
- PERINI, Mário Alberto. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____.(Org.). **Linguística como ciência**. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

TIMBANE, Alexandre António. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**. 2013. 318 f. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

_____. Que português se fala em Moçambique? uma análise sociolinguística da variedade em uso. **Vocábulo**, v. 7, p. 1-21, 2014.

_____. A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. **Calidoscópico**. v.13, nº 1, p. 92-103, jan./abr. 2015.

Entre batuques e ritmos: sagrado e profano na Festa do Rosário de Catalão-GO

Cássio Ribeiro Manoel¹

Maria Helena de Paula²

Resumo: Este estudo propõe abordar como os louvores à Nossa Senhora do Rosário durante suas festividades, que acontecem no mês de outubro, na cidade Catalão-GO, corrobora as duas partes da Festa, a religiosa e a folclórica, nas quais os dançadores propagam sua devoção à Santa do Rosário, em uma inter-relação entre o sagrado e o profano (BRANDÃO, 1985). Os rituais sacros e os profanos são recorrentes no festejo, pois a imagem de Nossa Senhora e a Coroa saem do âmbito do sagrado e são levadas para a rua, sempre acompanhadas de batuques e cantigas, demonstrando como os louvores dos dançadores à sua padroeira apontam para uma sacralização e, ao mesmo tempo, a sua “profanação” durante os cortejos, amparados por uso particular de um vocabulário.

Palavras-chave: Congada. Sagrado. Profano. Vocabulário.

Introdução

A festa de Nossa Senhora do Rosário é palco fundamental da manifestação de cultura popular recorrente na cidade de Catalão-GO. Essa manifestação acontece na primeira quinzena do mês de outubro, quando a Congada sai às ruas nos dias ápices do festejo, quais sejam: a Alvorada, o Levantamento da Bandeira, o

-
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Mestrado em Estudos da Linguagem, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística-LALEFIL. Bolsista da FAPEG (Processo 201510267000799). Contato: cassim.ribeiro2@hotmail.com
 - 2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Mestrado em Estudos da Linguagem, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística-LALEFIL. Bolsista da FAPEG (Processo 201510267000990). Contato: mhp.ufgcatalao@gmail.com

Domingo da Festa e a Entrega da Coroa, que caracteriza o fechamento das festividades à Senhora do Rosário.

Dentre os dias ápices da festa, momento em que a Congada entoava os seus louvores à Senhora do Rosário, a Alvorada é um desses momentos primordiais em que a Congada espera, ansiosamente, pelo início das festividades. Os demais dias, como o do Levantamento da Bandeira e o Domingo da Festa, são marcados por missas, cortejos, danças, procissões e louvores à santa padroeira. A Entrega da Coroa é marcada pelo encerramento da parte folclórica da festa e acontece quando a Congada a leva para o casal de festeiros do próximo ano iniciando, assim, o novo ciclo de preparação para a Festa do ano seguinte.

O surgimento dessa manifestação de cultura popular deu-se em meados de 1482, na África, onde o negro lutava contra o branco português para conquistar sua liberdade. De acordo com Ribeiro (2014), naquela época, o título de “Rei Congo” dado ao negro era de extrema importância e valor; no entanto, a ameaça do homem branco chegou ao ponto de fazer com que a comunidade africana cedesse à colonização e/ou à escravidão, não sem alguma luta e resistência, como muitas vezes nos passa a história, mas como eram mais fracos, acabaram não resistindo. Diante disso, e com a ocorrência do tráfico de negros para o Brasil nos chamados navios negreiros, a crença, o costume e a cultura negra passaram a constituir-se neste país e a constituir a cultura africana-brasileira nestas terras.

No Brasil, os navios negreiros se aportavam no Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e em Recife, onde foi inserida, primordialmente, essa cultura africana e também onde eram visíveis os rituais de capoeira e outras danças, a partir das quais acredita-se ter surgido o bailado da Congada que, por sua vez, representa a luta do negro pela liberdade, fazendo alusão à sua luta contra o branco na África. Dessa forma, a partir de Recife, abriram-se as portas para o negro entoar suas crenças em outros Estados do Brasil, como sinal de resistência, tendo em vista que havia, naquele momento, a prática da compra e venda de escravos para trabalhar em fazendas e minas.

Como a propagação da cultura dos negros chegou a todos os estados do país, Goiás também recebeu, em Catalão, advinda da cidade de Araxá, Minas Gerais, a Congada. Tudo começou por volta do ano de 1820, quando Catalão ainda era uma vila e a festa acontecia nas fazendas da região, com o intuito primeiro de um fazendeiro em fazer uma festa para que o negro comemorasse o bom êxito do seu trabalho (MACEDO, 2007). Diante disso, vê-se que a finalidade maior era que o negro festejasse santos cultuados pelos seus senhores, tais como São Benedito e a Senhora do Rosário, considerados os padroeiros dos negros, aos quais eles recorriam nas horas difíceis.

A festa em Catalão-GO originou-se com a ideia de um fazendeiro, Pedro Neto Carneiro Leão, da cidade de Araxá-MG, que se casou com D. Enriqueta

Cristina da Silveira e mudou para a região. Ao se mudar, ele fez uma promessa à Senhora do Rosário de que, se fosse bem-sucedido nestas terras, faria uma festa em sua homenagem. Tempos depois, descobriu que estava doente e passou a responsabilidade de cumprir a promessa ao filho, de apenas nove anos de idade. Augusto Neto Carneiro casou-se e quando iria realizar a promessa feita pelo pai, o vigário da cidade, Padre Joaquim Manoel de Sousa, não concordou com a realização da festa, alegando que ela era pagã, trancando o templo e levando consigo as chaves. Com o passar dos anos, o então coronel Augusto Neto Carneiro decidiu não mais acatar a decisão do padre e arrombou a porta do templo para fazer a festa; assim, com ele, começou uma das maiores festas do país em louvor a Nossa Senhora do Rosário de que se tem conhecimento no Brasil.

A festa do Rosário de Catalão, iniciada a partir dos fatos mencionados acima, é incontestavelmente motivada e amparada pela cultura africana, tendo em vista a participação dos negros da fazenda e suas tradições. Lá eles rezavam, cantavam, dançavam e celebravam a manifestação popular. Nesse contexto, vê-se que ela se encaixa nos dizeres de Brandão (1989, p. 13, grifos do autor) ao mencionar que:

[...] uma festa popular é a mistura, ao mesmo tempo espontânea e ordenada, de momentos de rezar, cantar, dançar, desfilar, ver, torcer, cantar. Enfim, de “festar”, palavra brasileira que deliciosa e sabidamente resume tudo o que se deve fazer em uma *festa popular*.

Após a breve exposição, ressaltamos que, neste trabalho, apresentaremos as interfaces do sagrado e do profano recorrentes durante a Festa do Rosário, que acontece, respectivamente, nos lugares sagrados (igreja) e na rua, que é considerada a extensão do sagrado durante a festa, mas é o local de excelência dos ritos profanos. A festa acontece na Igreja do Rosário e nos seus arredores, ou seja, no largo do Rosário³, considerado sua extensão, já que ela não comporta o número de fiéis e prestigiadores das festividades, tendo em vista que é nesse local que é realizada a maior parte dos atos sagrados da festa.

As interfaces do sagrado e do profano são mostradas não só pelos lugares que circundam a Igreja e dão sentido para a realização da festa, mas também pelas cantigas entoadas pela Congada: nelas, fica evidente a recorrência do sagrado e do profano e sua interdependência, uma vez que se imbricam e se definem um ao outro. As cantigas são uma das formas de manifestação de identidade da Congada e é por meio delas que os congadeiros expressam seus louvores à Senhora do Rosário. A propósito, é por meio das cantigas que procuraremos constituir um

3 Largo do Rosário – praça que fica em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, local de realização das missas durante a Festa.

breve *vocabulário*, inventariando e analisando algumas lexias, corroborando para demonstrar as interfaces do sagrado e do profano nesta Festa.

Diante disso, compreendemos que “nas manifestações rituais das classes pobres há uma conaturalidade entre os eventos e os seus participantes. Uma festa popular identifica-se com os festeiros e convidados: está neles, está entre eles” (BOSI, 1987). Sendo assim, a Festa do Rosário está na população que dela participa e entre ela, pois o momento de festejar a santa padroeira dos negros é de extrema importância para quem a devota. Além disso, com a evolução da Congada dentro dessa festa, podemos observar que a cultura e a linguagem encontram-se associadas.

1 O sagrado e o profano na festa

Ao vivenciarmos essa manifestação de cultura popular, notamos que a forma com que os participantes da festa louvam Nossa Senhora, por meio das cantigas e danças, leva-nos a compreender a busca pela perpetuação e propagação dos rituais passados dessa manifestação no seio da cidade de Catalão-GO. Essa percepção é possível porque vimos a necessidade que os festeiros têm de manter viva a tradição, já que, em consonância com Weil (1979, citado em BOSI, 1987, p. 23), “todo homem tem uma raiz pela sua participação numa coletividade que conserva vivos alguns tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Assim, o intuito da festa é rememorar os rituais que aconteceram nos primórdios dessa manifestação e buscar representá-los, de forma tradicional, nos dias de hoje. Nesse sentido, Chauí (1993, p. 73) explica:

eis por que, na maioria dos estudos sobre a arte popular, observa-se a presença de uma história, ou seja, a manifestação atual é resultado de transformações sucessivas que, muitas vezes, dificultam estabelecer o ponto de partida.

Sendo assim, uma vez podendo participar apenas do momento presente, é ao passado, à memória e à história que precisamos recorrer para tentar encontrar o ponto inicial e a partir dele dar continuidade à tradição.

No entanto, por causas das transformações, temos dificuldades de estabelecer ao certo quando tudo começou, isto é, o ponto de partida, já que sabemos que nada é como antigamente, pois, com o passar dos anos, os rituais vêm se modificando, tendo em vista a inserção do novo que se nota a cada ano, ainda que não saibamos delimitar claramente o antes, o anterior. No contexto de realização da festa, a presença dos dançadores e capitães dão à manifestação um traço do fluxo “moderno” e a tradição, infelizmente, sofre modificações ou fica a desejar, em

relação a como era antes, visto que o dançar, o “fazer bonito” para a população tornou-se mais importante que a própria louvação à santa padroeira.

A saber, a Festa do Rosário de Catalão-GO é dividida em duas partes, a religiosa e a folclórica. A parte religiosa acontece durante os dez dias de festa, quando são realizados terços e missas na Igreja e no Largo do Rosário, quando participam juntos brancos e negros, todos devotos à Santa. Brandão (1985, p. 88) lembra que, em Catalão, “Nossa Senhora do Rosário é uma santa branca, de uma igreja sob o controle de brancos. No entanto, é padroeira dos negros que, em seu nome, produzem uma festa”. A parte folclórica acontece nas ruas que circundam a Igreja, no Centro do Folclore e no Ranchão da Festa⁴.

A fé na Senhora do Rosário é determinante nessa manifestação, pois é nela que os devotos buscam auxílio e o fazem de diferentes formas, por exemplo, por meio de orações – tendo nas mãos o terço – ou através de pagamento de promessas. A Igreja e o Largo do Rosário são os lugares onde a devoção mais pode ser vista, é onde o sagrado e o profano se encontram e convivem. Como nos coloca Katrib (2009, p. 387),

[...] esse lugar do divertimento transporta os sujeitos à rememoração do passado, contemplando a grandiosidade de uma festa e de um espaço que se efetiva no prazer da alma juntamente com os prazeres da carne, uma vez que o sagrado e o profano mesclam-se na (re) construção do significado da festa na vida dos sujeitos.

Nesta perspectiva, o Largo do Rosário, considerado uma extensão da Igreja, torna-se o lugar onde ocorrem com mais evidência as interfaces do sagrado e do profano, pois ali acontecem missas, terços, orações e súplicas, mas também é o lugar onde os prazeres da carne são vistos ao término da parte religiosa. Quando terminam os louvores, o espaço em frente à Igreja se transforma em lugar de encontros, bebedeiras e prostituição, tudo feito debaixo do “olhar” da Santa.

Os rituais sagrados da festa podem ser vistos durante a reza dos terços na Igreja do Rosário – quando é feita uma novena em Louvor à Santa –, nas missas, nas procissões e em parte dos cortejos – quando são conduzidos “seres simbolicamente sagrados através de espaços profanos” (BRANDÃO, 1989). Assim, compreendemos que a rua, lugar onde acontecem os cortejos, é lugar de excelência dos rituais profanos, dos espetáculos da Congada.

Já o espetáculo, parte profana da festividade, é presenciado durante os cortejos, momento em que os símbolos de maior prestígio da festa (a imagem da

4 Ranchão da Festa – lugar onde acontecem os *shows* sertanejos e os leilões com intuito de arrecadarem fundos para ajudar nas despesas da festa.

Senhora do Rosário e a Coroa) são levados da Igreja Matriz de São Francisco de Assis até à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Vale ressaltar que mesmo a rua sendo o lugar onde se realizam os rituais profanos, também é um lugar onde acontece o sagrado da festa, fazendo-nos a rememoração da tradição, pois os símbolos sagrados estão em trânsito naquele lugar. Outrossim, temos “a procissão pelas ruas do lugar consagrado com a imagem ou outros símbolos de representação do santo consagrador” (BRANDÃO, 1989), como se vê a seguir.



Figura 1 Imagem de Nossa Senhora do Rosário sendo retirada da Igreja e conduzida para rua, em procissão (2015).

Fonte: Arquivo Pessoal

Nesta primeira imagem, a imagem santa sai do espaço sacro para ganhar os espaços da rua, em procissão sagrada, aos olhares, pedidos e toques da população devota ou curiosa apenas. Ornada nas habituais cores azul, rosa e branca, a Santa precisa cumprir este ritual para a procissão que a consagrará como santa do povo.

Na imagem seguinte, Nossa Senhora do Rosário está em uma bandeira santa, carregada na rua pelos braços de bandeirinhas. Uma vez mais confirma-se como os santos nesta Festa ganham os espaços da rua para se firmarem como santos do povo e para o povo, uma vez que a devoção não se faz e não se estabelece, nesse caso, longe da rua. As bandeirinhas são, a um só tempo, a pureza sagrada e a possibilidade do não sagrado. Nas mãos das meninas dos ternos, a Santa estaria também tomada pela inocência e pureza delas. Por outro lado, ao ganhar as ruas, as possibilidades de profanação (não se reconhecerem como sagradas) se reco-

nhecem tanto nas meninas quanto na Santa. É como se a rua fosse o lugar em que a possibilidade de profanar deve ser considerada por ambas. Veja-se a imagem:



Figura 2 Terno Catupé Cacunda Nossa Senhora do Rosário (Catupé Branco) em apresentação na rua, na Entrega da Coroa (2015).

Fonte: Arquivo Pessoal

Como se pôde perceber, a rua é o espaço pleno das interfaces do sagrado e do profano, de forma que a Igreja, em alguns momentos, passa a ser considerada como espaço secundário desta relação, até então o *locus* máximo para o sagrado. Para Brandão (1989),

Apesar dos esforços da Igreja para separar uma parte propriamente *religiosa* das outras, *folclóricas* ou das francamente *profanas*, para o devoto popular o sentido da festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de *todas* estas situações, dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da Igreja (BRANDÃO, 1989, p. 37, com grifos do autor).

Nessa direção, compreendemos que para o devoto/ dançador dessa manifestação, o que importa é participar das duas partes que compõem o todo da Festa, isto é, dos momentos religiosos e dos folclóricos, que se interpenetram e conferem sentidos diversos às festividades de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Catalão-GO.

Após essa exposição acerca das interfaces do sagrado e do profano, apresentaremos discussões sobre as inter-relações entre língua(gem) e cultura nas congadas catalanas, a partir das cantigas entoadas durante a Festa do Rosário.

2 Das inter-relações entre a cultura e a língua nas Congadas

Com a finalidade de compreender as interfaces dessa tradição, tendo essa inter-relação entre sagrado e profano presente na Festa do Rosário de Catalão-GO, faremos um estudo acerca da língua em consonância com a cultura e, mediante esse estudo, organizamos um *vocabulário* de cantigas entoadas pela Congada, durante suas evoluções na Festa do Rosário.

Para o nosso estudo, propomos compreender a relação língua e cultura, consideradas elementos indissociáveis nesta perspectiva, uma vez que buscamos no linguajar da Congada, por meio de suas cantigas, compreender uma das formas pelas quais os dançadores expressam seus louvores à Santa, considerando que “a língua está se tornando um guia cada vez mais valioso no estudo científico de uma dada cultura” (SAPIR, 1969, p.19).

Entendemos, pois, que a língua é como um patrimônio pelo seu caráter social e permanece como memória porque está amparada em estruturas gramaticais e lexicais, construídas por meio da memória coletiva de um povo. Assim coloca Sapir (1969, p. 45):

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade como o complexo inventário de todas as idéias, intêresses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade.

Assim, a cultura e a língua estão em constante estado de interação, pois “a língua é um sistema de signos que exprime ideias” (SAUSSURE, 2012, p. 46), é também parte integrante da cultura e a forma pela qual conhecemos a cultura de uma dada comunidade. Diante disso, reconhecemos que o léxico é um caracterizador de uma dada cultura e “constitui uma forma de registrar e armazenar o conhecimento do universo [...] vem a ser a medida de tudo, pois exprime e reflete o universo cultural da sociedade” (BIDERMAN, 2002, p. 85).

Seguindo as palavras da autora, compreendemos que o léxico reflete, também, o universo cultural da comunidade congadeira e é nesse sentido que possui um *vocabulário* que lhe é peculiar, para referenciar-se como manifestação cultural particular e, também, coletiva, como as interfaces do sagrado e do profano, recorrentes na Festa do Rosário.

É válido lembrar que as formas com que os dançadores festejam a Senhora do Rosário na cidade de Catalão-GO são por meio de suas cantigas, danças e pelo colorido de suas fardas, dando sentidos aos festejos da santa padroeira, os quais se registram na peculiaridade vocabular. Conforme Zavaglia (2012, p. 233):

É o léxico, em forma de palavras e por meio da linguagem, que “conta” a história milenar de povo para povo; é o léxico que transmite os elementos culturais de um conjunto de indivíduos [...]; é o léxico que permite a manifestação dos sentimentos humanos, de suas afeições ou desgostos via oral ou via escrita. É o léxico que registra o desencadear das ações de uma sociedade, suas mudanças, seu progresso ou regresso.

Dessa forma, o léxico é o patrimônio vocabular de uma dada população, permitindo a manifestação dos sentimentos humanos, dos seus costumes e crenças. É o que acontece por meio dos louvores referidos à Senhora do Rosário, em que os dançadores/devotos expressam sua devoção, mostrando a interdependência do sagrado e do profano para constituir essa manifestação de cultura popular. Por isso, quando propomos apresentar o que julgamos ser o léxico peculiar dos festejos acreditamos que “o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação linguística” (BIDERMAN, 1996, p. 27).

Para uma demonstração da particularidade de uso deste léxico, baseamos-nos em cantigas entoadas pela Congada no ano de 2015, em que estão demonstradas as interfaces do sagrado e do profano. No seio da Congada, há cantigas que expressam a devoção à Senhora do Rosário e fazem parte do sagrado da festa, como:

*Ó, Senhora do Rusário,
Hoje eu canto em seu louvô,
Eu quero sua bença,
Oh mãe querida,
Pra ganha o seu amô!*

*Lá no alto de São Benedito,
Onde o sol e a lua lumeia,
Lá no céu tem um cruzeiro,
Onde Nossa Senhora passeia.*

É notório que estas cantigas mostram o sentido dos louvores feitos pelos dançadores/devotos à Santa como forma de pedir a proteção do sagrado para suas vidas; tais cantigas são parte da religiosidade do festejo.

Por outro lado, há cantigas que demonstram os louvores por meio de paráfrases de músicas como “É pra cabá” de autoria dos cantores João Carreiro e Capataz, entoada pelo Catupé Amarelo, e da música “Ciranda, Cirandinha”, que faz parte das cantigas populares do Brasil e foi entoada por um terno de Congo

durante a cerimônia de Entrega da Coroa. Elas fazem parte do que se poderia considerar profano da festa e da evolução da congada feita na rua, lembrando que esse é um lugar de recorrências das interfaces do sagrado e do profano.

*Vai balançá o Estadão de Goiás
Meu Catupé vai tremê Catalão,
Eu vim aqui, louvá Nossa Senhora
Mamãe querida tá no meu coração.*

*Ciranda, cirandinha
Vamos todos cirandar
Vamos dar a meia volta,
volta e meia vamos dar,*

*Olha que festa boa, é de admirar
Aí, festeiro novo
sua Coroa vai chegar.*

As cantigas supracitadas fazem parte do repertório de cantigas da Congada de Catalão-GO e demonstram as interfaces do sagrado e do profano. Por acreditar que aos não participantes dos festejos ou aos não conhecedores desta tradição secular goiana seja difícil compreender algumas palavras presentes nas cantigas dos ternos, apresentamos rapidamente uma demonstração de algumas palavras e seus sentidos.

Algumas palavras apontam para as interfaces do sagrado-profano nas Congadas de Catalão-GO, como “balança”, forma pela qual os dançadores dançam diante da santa, sejam eles de quaisquer ternos, dentre os quais o “catupé”, ou “catupé cacunda”, que significa catucar a cacunda com o pé.

Se a “Coroa”, o símbolo de maior prestígio dentro da Congada, sem a qual a festa não acontece, torna-se imprescindível à “Festa do Rosário”, esta festividade que acontece durante a primeira quinzena do mês de outubro na cidade de Catalão-GO, o “festeiro” é a pessoa que tem a responsabilidade de organizar a festa durante o ano para o qual ele foi escolhido, nas festividades e devoções à “Nossa Senhora do Rosário”, santa festejada pela Congada de Catalão, padroeira dos negros, que tem sua imagem pintada na bandeira, e ao “São Benedito”, santo cultuado pela Congada, considerado o santo cozinheiro e protetor dos Catupés.

Conclusão

A Congada de Catalão-GO é um campo rico e amplo de estudos e, por isso, este trabalho teve a finalidade de abarcar rapidamente uma interface do sagrado

e do profano na Festa do Rosário, em cantigas entoadas à Santa padroeira do negro. As cantigas são, a um só tempo, uma forma de expressão religiosa e folclórica das Congadas de Catalão.

A festa do Rosário é um momento de ruptura do cotidiano e, ao mesmo tempo, a instauração do sempre mesmo e novo, pois os participantes aguardam ansiosos pelo início de mais uma festa, para a qual se preparam o ano todo com a finalidade de que, ao iniciar a manifestação cultural, esteja tudo pronto no seio familiar para expressar sua devoção. Todos os anos a festa traz vários sentidos às vidas e às histórias do povo que busca revivê-la para entrar em sintonia com o sagrado, seja nos redutos do sagrado (o interior da Igreja, altares, cortejo em procissão), seja na fugacidade e nas permanências do profano, em um contínuo que dilui barreiras e limites entre si.

Referências

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Léxico e vocabulário fundamental*. Alfa. Vol. 40. São Paulo, 1996, p. 27-46.
- _____. Análise de dois dicionários gerais do português contemporâneo: o Aurélio e o Houaiss. *Filologia linguística portuguesa*. São Paulo: n. 5, p. 85-116, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.
- _____. *A cultura na rua*. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1989.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira – Temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 16-41.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. *Foi assim que me contaram: recriação dos sentidos do sagrado e do profano do Congado na Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO – 1940-2003)*. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.
- MACEDO, Robson Antônio. *Congada de Catalão*. Goiânia: Talento Gráfica e Editora Ltda, 2007.

RIBEIRO, Reginaldo. O Congado e a fé na santa do Rosário. **O Congado**, Catalão, 6. ed., p. 8-9, out/2014.

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência**. Rio de Janeiro: livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

ZAVAGLIA, Claudia. Metodologia em Ciências da Linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS; Marcos Lúcio de Sousa (Org.). **Ciências da Linguagem: O fazer científico**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 231-264.

Desvelando memórias culturais goianas: o mutirão das fiandeiras de Jataí-GO

Vanessa Regina Duarte Xavier¹

Resumo: O texto assentou-se na premissa de que a memória é constitutiva de práticas culturais goianas, possibilitando que estas perdurem ao longo de várias gerações, mesmo diante de circunstâncias socioculturais diversas da sua origem, tal como ocorre com o Mutirão das Fiandeiras, evento anualmente promovido pelo Museu Histórico da cidade de Jataí-GO. De outra parte, a memória constituiu-se destas práticas significadas linguisticamente. Assim, é objetivo deste estudo evidenciar esse duplo aspecto da memória, considerando-se, como pano de fundo, o enraizamento cultural e, paradoxalmente, a espetacularização que subjazem ao mutirão referido. Para cumprir tal propósito, analisamos o léxico que constitui as narrativas orais das fiandeiras e tecedeiras do museu referido, em sua estreita relação com o contexto sociocultural.

Palavras-chave: Memória. Léxico. Cultura.

“Fiar e tecer constituem actividades cuja génese se perde nos fios emaranhados da História, na resposta a uma necessidade social básica - o vestir. Estas actividades têxteis ganharam sentido construtivo à medida que a capacidade humana tomou fôlego para a desconstrução da realidade envolvente: sob pressão da natureza (as condições meteorológicas, a protecção do corpo) e da cultura (o pudor), desfiam-se as fibras alheias (animais ou vegetais) para com elas urdir um produto que cobrisse o homem. E surge o tecido” (ALVES, 1999, p. 1).

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Mestrado em Estudos da Linguagem, Laboratório de Filologia, Lexicologia e Sociolinguística. Contato: vrdxavier@gmail.com

1 Descarçando a matéria-prima da pesquisa

Que memórias se inscrevem no Mutirão das Fiandeiras, realizado anualmente na cidade de Jataí-GO, há dezenove anos? Que tramas sustentam este espetáculo anual? Com que fios se forma o tecido das memórias de fiandeiras e tecedeiras da cidade? Que identidades sociais e culturais se revelam? Com o intuito de buscar respostas plausíveis para estes questionamentos, este estudo propõe-se a analisar o léxico das narrativas orais de fiandeiras e tecedeiras que se reúnem no Museu Histórico Francisco Honório de Campos de Jataí-GO como constitutivo (da) e constituído pela memória sociocultural destes sujeitos, discorrendo sobre os *acontecimentos*, *personagens* e *lugares* que constituem a memória desta manifestação cultural, segundo Pollak (1992, p. 3).

Aventa-se que a manutenção das práticas de fiar e tecer no museu por parte de um grupo de três senhoras, as quais se reúnem neste local semanalmente, debruça-se sobre o ensejo de reforçar uma identidade sociocultural, que não encontra lugar nem mesmo em seus lares, pois neles não há grande parte dos instrumentos necessários ao fiar e tecer.

Procedendo desta maneira, as fiandeiras e/ou tecedeiras de Jataí-GO preservam e divulgam uma tradição cultural desconhecida, certamente, pelos mais jovens, que encontram com facilidade os tecidos e/ou seus produtos, como cobertas, lençóis, roupas etc., em lojas do gênero e até mesmo em supermercados, dentre outros departamentos comerciais, a preços acessíveis. Quiçá ignorem o fato de que até a década de setenta do século passado a obtenção destes produtos demandava o ofício artesanal da tecelagem, iniciando-se com o plantio do algodão e tendo seu término com a confecção de vestimentas e/ou das chamadas *roupas de cama*, que incluem lençóis, colchas, cobertas etc.

Sendo a economia local de base agropecuária, não é de se estranhar que tal ofício tenha perdurado por tanto tempo, pois disso dependia a obtenção da sua matéria-prima, à semelhança do que observa Alves (1999, p. 1): “a actividade têxtil sempre esteve, por outro lado, profundamente imbricada nas sociedades camponesas, dado extrair-se da pecuária ou da agricultura as matérias-primas susceptíveis de produzirem fio”. Por conseguinte, como asseveram Dantas e Silva (2008, p. 5), notou-se uma significativa redução das práticas de fiar e tecer em virtude do veloz processo de urbanização ocorrido na região a partir da década de 1950.

É preciso considerar que a cultura popular não se mantém sempre a mesma, adquirindo novas facetas em seu permanente estado de reelaboração. Assim, não se pode perder de vista a espetacularização desta manifestação cultural tradicional, não mais regida pelas relações de solidariedade mútua, contudo preservada pelo ensejo por parte das fiandeiras e/ou tecedeiras de resgatar suas raízes socioculturais.

Pelas questões alvitradas até aqui, faz-se mister assinalar que a presente investigação teve como objeto de suas análises o léxico de narrativas orais de fiandeiras e tecedeiras que frequentavam semanalmente o Museu mencionado, sendo duas de 64 anos à época e uma delas de 61 anos. Elas foram identificadas nas transcrições pela inicial N de narradora, a sequência das gravações, sua idade e se tratou-se da primeira (i) ou segunda (ii) entrevista com a mesma narradora, respectivamente, resultando nos seguintes códigos identificadores: N164i, N164ii, N264 e N361. Este estudo vincula-se ao Projeto de Extensão e Cultura intitulado *Tecendo memórias de práticas culturais goianas: o vocabulário das fiandeiras de Jataí-GO*², que teve por objetivo central registrar e investigar memórias de práticas culturais goianas remotas, repassadas, inevitavelmente, via tradição oral. Para a obtenção das narrativas orais das fiandeiras/tecedeiras locais, o projeto precisou ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em pesquisa, tendo obtido a sua aprovação.

O estudo demandou, ainda, a observação atenta do Mutirão ocorrido em agosto de 2015, para além de pesquisas bibliográficas sobre cultura, cultura popular e memória. Correlacionaram-se estas com as narrativas orais obtidas e com estudos já realizados acerca do tema.

Assim, parafraseando Moraes Silva (1816, p. 557), para quem o descaroçar consiste em “apartar a lã do algodão da sua semente, que ela cobre, e forra”, pareceu-nos pertinente iniciar o texto evidenciando o olhar lançado sobre o material em estudo, ou seja, o enveredar-se pelas raízes que sustentam esta manifestação da cultura popular, de modo a desvendar a sua essência.

2 Cardando memórias socioculturais goianas

As culturas se relacionam com os modos pelos quais o homem interage com seu meio e com os outros entes sociais nas mais diversas sociedades, situadas em determinados espaços e tempos, as quais têm influência direta sobre os valores e normas que as regem e são, por conseguinte, por elas matizadas. Assim, a cultura se faz múltipla e variável, porque em um mesmo recorte temporal e espacial, podemos encontrar manifestações desta que, em um olhar fugaz, podem parecer inconciliáveis, evidenciando o seu caráter multifacetado.

É esta a sensação que temos ao pôr lado a lado o trabalho da tecelagem artesanal e o processo industrial diretamente voltado para o fabrico de vestimentas e artigos de enxoval. Parece paradoxal a convivência entre formas de trabalho

2 Participaram do projeto referido os alunos Joel Victor Reis Lisboa, Shailine Fonseca Viegas e Rennika Lázara Dourado Cardoso, sendo os dois primeiros à época graduandos em Letras Inglês e a última em Letras Português, ambos pela UFG/Regional Jataí.

tão distantes entre si, marcadas por realidades socioculturais e econômicas distintas. É o que sintetiza Santos (1994, p. 7): “O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la”.

Diante desta constatação, poderíamos opor tais modos de produção enquadrando-os sob os rótulos de *cultura popular* e *cultura de massa*, considerando-se para tal tão somente o ritmo da produção, que é mais delongado naquela, sendo esta caracterizada, sobretudo, pela produção em série, objetivando o máximo de eficiência (e de produtividade) no menor tempo possível. Além disso, os bens produzidos pela cultura de massa são efêmeros, porque se pretende a sua rápida substituição por outros, enquanto que aqueles originados da *cultura popular* possuem maior durabilidade (BOSI, 1992, p. 9).

Em consonância com o que propõe Santos, é que parece-nos imprescindível “entender os sentidos que uma realidade cultural faz para aqueles que a vivem” (1994, p. 8), ou seja, é preciso perscrutar as razões pelas quais as fiandeiras e/ou tecedeiras de Jataí perseveram em seus labores de outrora, diante de uma conjuntura histórico-social diversa daquela que os originou. A manutenção destes ao longo das gerações está assentada em *acontecimentos, lugares e personagens* que permanecem vivos como elementos constitutivos da memória (POLLAK, 1992), ainda que transmudados em outros.

Em Ecléa Bosi (1992), depreende-se o enraizamento como o resultado da participação efetiva de um indivíduo em dada coletividade. Na produção em série, o trabalhador atua como um complemento do maquinário, que obedece ao ritmo por ele imposto e não ao seu próprio, desprezando-se as suas limitações físicas e emocionais.

Nesse sentido, frequentar o Museu semanalmente e/ou os mutirões realizados anualmente com vistas a fiar e/ou tecer são formas de buscar um enraizamento social e cultural enfraquecido pelo tempo e pelos imperativos da vida moderna. Muitas fiandeiras e tecedeiras relatam que suas próprias famílias, na maioria das vezes, consideram tais ofícios desnecessários e sem relevância, o que as desmotiva a fazerem perdurar uma tradição que se encontra em vias de desaparecer, como se nota na fala da N164i: “Toda vida eu gostei dess’ trabalho. Meus filh’ é implicado. Agora, né, fala ‘não mãe, larga mão disso, s’ora num tá pricisano disso não’. Ah, deixa eu do jeito que eu quero, né?”.

Apesar disso, fica nítido entre as fiandeiras o desejo de resgatar sua identidade sociocultural, expressa pela atuação nos ofícios de fiar e/ou tecer, papéis sociais antes ativos, que ingenuamente tendem a ser considerados nos dias de hoje como oriundos de capricho ou saudosismo exacerbado. Para Alfredo Bosi (1992,

p. 11), está na base da cultura popular “o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor”.

Diante do exposto, não é difícil encontrar entre as fiandeiras e/ou tecedeiras que participam do mutirão promovido pelo museu da cidade pessoas que não haviam praticado tais ofícios anteriormente, mas que parece ensejarem o resgate de memórias por elas vivenciadas “por tabela”³, tal como concebe Pollak (1992, p. 2), muitas vezes porque a mãe ou algum familiar próximo os realizava. Nesse sentido, o grau de enraizamento sociocultural das partícipes do mutirão não é homogêneo.

Qual o lugar destinado às relações de solidariedade que sustentam tal prática cultural em uma economia de base capitalista? Percebe-se, no caso das fiandeiras e tecedeiras em estudo, que seu trabalho não se reduz a uma mercadoria a ser revertida em valor econômico. Não há paga pelo seu trabalho, embora elas possam vender os produtos provenientes dele. Disso decorre que seu propósito transcende o ganho material, indo ao encontro de suas raízes mais profundas, constitutivas da sua identidade. Há, pois, um ensejo de reforçar sua pertença social e cultural.

Aliás, a solidariedade se faz presente inclusive na própria concepção de Mutirão, palavra classificada por Houaiss e Villar (2009) como um regionalismo dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e definida como a “mobilização coletiva para auxílio mútuo de caráter gratuito, esp. entre trabalhadores do campo, por ocasião de roçada, colheita etc.”. Nesse sentido, nota-se que *mutirão* não se refere a uma prática específica das regiões elencadas pelos lexicógrafos acima, sendo comum igualmente no Estado de Goiás. Assim, fica evidente a solidariedade que permeia as relações sociais estabelecidas entre os camponeses, caracterizadas pela reunião de pessoas do próprio círculo familiar ou de amizades para desempenhar um dado tipo de trabalho, não remunerado, contudo, frequentemente recompensado com um momento de festividade e comilança, como mostra o excerto abaixo:

N164i: [...] os mutirão da fazenda era assim, mia fia. Cê ia lá, robava o algodão da, da fulana lá pa cardá. Vinha, iscaroçava, cardava, levava os algodão tudo cardado pro mutirão. Era escondido, era uma treição que fazia. Aí era treição de fiá, treição de roçá pasto ou intão de limpá roça, era assim. [...] Aí os homi ia trabalhá na roça, né? As mulhé ia fiá. Aí fiava o dia intero, quando era de noite era o bailão, né? A noite intera dançano

3 Pollak (1992, p. 2) define os acontecimentos vividos por tabela como aqueles “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.

o povo né? Era pra pessoa da casa. E cê vê, robava o algodão, catava, iscaroçava, fiava, e tudo levava prontim, né. Intão a única coisa que sobrava po dono da casa do mutirão era matá um porco, ou uma vaca, seja o que for. Sempre fazia o mutirão era assim. Mais era bom, eu gostava. Deusde minina eu gost' desses trem.

Segundo Antonio Cândido (1982, p. 67), o mutirão é a expressão mais relevante da solidariedade caipira e visa a minorar os problemas da agricultura familiar e da “indústria doméstica”, não raro culminando em momentos festivos. Em suas palavras (1982, p. 68):

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.

Como revela o excerto acima, não são relações mercantis que regem os mutirões das mais diversas naturezas, e sim a solidariedade para com o próximo, que é mantida pela reciprocidade, ou seja, há um compromisso tácito, uma obrigação moral, de retribuir o auxílio recebido.

Isso mostra que são as relações de amizade e solidariedade que sustentam as mais variadas práticas da cultura popular, como o mutirão de fiandeiras que, em princípio, ocorria em situações em que o casamento de uma moça estivesse próximo e se fizesse necessário o preparo do seu enxoval, por exemplo. No caso específico do mutirão ocorrido no Museu, sua finalidade é fiar a maior quantidade possível de algodão e prepará-lo para a tecelagem, que é ofício exercido por poucas, além de mais trabalhoso e delongado. A isto se faz necessário acrescer que enquanto o Museu dispõe de inúmeras rodas de fiar, conta apenas com um tear, o que torna o ofício de tecer mais restrito e demorado que o de fiar.

Vale asseverar que o Mutirão das Fiandeiras resulta da confluência de *atos práticos* – que visam à obtenção de um resultado material, produto do seu trabalho, de modo a auxiliar na sua subsistência e na de sua família – com *gestos simbólicos*, *i. e.*, “Gestos vividos entre preces, cantos, danças, pequenas dramatizações, jogos, brincadeiras, festejos, ritos, rituais, celebrações, enfim” (BRANDÃO, 2007, p. 48). Desta maneira, o mutirão caracteriza-se pelo trabalho árduo da fiação e da tecelagem, conjugado aos festejos, com música e dança, em que trabalhar e festejar não são excludentes, mas se complementam. Segundo uma das

narradoras, o Mutirão promovido pelo Museu “É animado, cada ano tá sen[d]o mais animado, né? Nos três dia de mutirão é bom. A gente ganha até uma cumida aqui (...) Traiz música” (N164i).

Brandão (2007, p. 52), observando pequenos mutirões de fiandeiras em Goiás, pontua que o canto individual ou coletivo era uma constante, sem determinar o ritmo do trabalho, porque os instrumentos envolvidos demandavam gestos e ritmos específicos. Para o teórico (2007, p. 52), trata-se de um “cenário de *atos práticos* entretecidos com *gestos simbólicos*, em que as regras do trabalho produtivo mesclam-se com as de uma convivência gratuita e generosa”. Disso é possível depreender que os mutirões de fiandeiras se realizavam em um clima de afetividade, que seriam retribuídos sempre que solicitados.

Concordamos com Santos (1994, p. 12) em sua compreensão de cultura como “tudo aquilo que caracteriza uma população humana”. Por esse prisma, as crenças religiosas, os valores culturais, os modos de trajar, de trabalhar e de festejar dos mais diversos grupos sociais integram a cultura. O autor ressalta, ainda, que não há cultura que seja melhor ou pior do que outra, porque a lógica que as sustenta diverge entre si e, por isso, não podemos analisar uma usando os parâmetros de outra. Não se pode negar, todavia, a inevitável interinfluência entre as diferentes formas de cultura.

Diante do exposto, não cabe pensar em culturas exclusivas de determinados povos ou regiões, dadas as imbricações constantes entre elas e o movimento migratório que acontece de maneira contínua dentro do território nacional e entre as diferentes nações. Assim, embora o Mutirão das Fiandeiras demonstre tradição na cidade de Jataí-GO, não se pode perder de vista que em outras cidades goianas, como Hidrolândia, assim como em outras regiões brasileiras, certamente naquelas cuja economia seja de base agrícola, também é possível encontrar grupos expressivos de fiandeiras e/ou tecedeiras, ou ainda realizações esparsas destes ofícios.

Cultura também significa “cabedal de conhecimentos de uma pessoa ou grupo social”, de acordo com Houaiss e Villar (2009). Nesse sentido, os procedimentos requeridos pelos ofícios de fiar e tecer somente podem ser levados a termo se os sujeitos neles envolvidos estiverem imbuídos de um entendimento razoável sobre eles, bem como sobre o uso adequado dos instrumentos a eles destinados. Esse saber, não raras vezes, é de cunho empírico, transmitido através de gerações passadas, exclusivamente através da oralidade, sobretudo às mulheres das famílias, e não deve ser menosprezado face às expressões da *cultura de massa* e da *cultura erudita*. Aqueles que assim o consideram, em realidade, ignoram o conhecimento aprofundado que as fiandeiras e tecedeiras possuem sobre as etapas de preparação do algodão para a tecelagem artesanal.

A cultura precisa ser compreendida no meio social que representa, vez que é o resultado da sua história. Daí ela ser movente, o que se reflete em alterações nas

dinâmicas das suas diversas manifestações. Assim é que o Mutirão das Fiandeiras, organizado pelo Museu Histórico Francisco Honório de Campos, e amplamente divulgado na mídia, não segue os mesmos padrões dos antigos mutirões de fiandeiras. Isso porque, segundo o relato das fiandeiras, estes ocorriam em casas de particulares, motivados meramente pela finalidade de ajudar o próximo, reforçando os laços de amizade e, muitas vezes, também de compadrio. Nesse caso, elas precisavam levar suas rodas de fiar nos ombros, em um caminho geralmente percorrido a pé até a fazenda vizinha, após cardar por dias o algodão necessário. Em seus relatos, os mutirões à moda antiga são caracterizados como momentos alegres, regados a muita música, em que se fiava até anoitecer, quando, então, aconteciam os bailes ou festejos.

Percebe-se, pois, facilmente, não ser esta a lógica mercantilista que rege as sociedades modernas, assim como as culturas de massa e erudita. Não que suas práticas sejam inferiores às da cultura popular; pelo contrário, são apenas formas distintas de expressão sociocultural, regidas por valores e crenças também diferenciadas.

Confrontando os mutirões realizados em épocas longínquas na região e aqueles promovidos há dezenove anos pelo Museu mencionado, é válido apontar a sua espetacularização a partir do momento em que uma prática tradicional se torna institucionalizada, com data certa para acontecer, de ampla divulgação entre os suportes midiáticos, galgando repercussão a nível nacional. Portanto, os mutirões ocorridos no Museu não são motivados pela solidariedade para com o próximo, mas pelo intuito de resgatar uma identidade sociocultural adormecida, assentada em raízes já distanciadas do tempo presente, que, apesar disso, se mantêm intactas na memória dos sujeitos em questão. Além disso, estes mutirões buscam enraizar aqueles que não possuem as mesmas raízes; atraem, inclusive, mulheres que até então não haviam praticado o ofício e que aprendem a executá-lo durante o evento, como se nota do trecho a seguir: “Es fala assim ó que qué aprendê, aí vem já teve umas minina de iscola que ficô a semana intera. Tinha umas que já tava bem sabendo, né. O povo some e num volta mais, num tem muito interesse, né?” (N164i).

Atraídas pela espetacularização do Mutirão, as “minina de iscola” não perseveraram na aprendizagem dos ofícios de fiar e tecer por fazerem parte de um universo imediatista, que se rege pela execução do trabalho no menor tempo possível, ou seja, o tempo do esforço manual despendido neles precisa se equiparar ao das máquinas. Há, pois, uma dissonância entre o tempo da cultura popular, que é sazonal, e o da cultura de massa, cuja característica fulcral é ser acelerado. A razão pela qual essas meninas executam tais ofícios não é, como no caso das fiandeiras, uma maneira de reforçar suas raízes socioculturais, porque são outras, ou de auxiliar no orçamento familiar. O que é institucionalizado não enraíza o indivíduo, mas é passageiro, perene.

A cultura popular envolve, por concepção, práticas não institucionalizadas. Dentro desta abordagem, o Mutirão promovido pelo Museu deixaria de enquadrar-se como uma manifestação da cultura popular, levando-se em consideração que ele acontece no âmbito de uma instituição, que tende a ser concebida por muitos como *locus* de erudição. Por outro lado, pode-se considerar tal prática como resultante das constantes intersecções entre cultura popular e erudita, que, afinal, não estão necessariamente distanciadas entre si, mantendo alguns elementos e renovando outros para reajustar-se à dinâmica da sociedade frente aos novos tempos. Trata-se, ainda, de sujeitos anônimos, desconhecidos pela História oficial da região, no entanto, que contribuem com ela cotidianamente, mais especificamente, com a sua preservação e reformulação.

Como resultado da constante reinvenção da cultura, podemos mencionar a institucionalização da prática de fiar, antes realizada no âmbito familiar ou em propriedades rurais de camponeses entre os quais houvesse laços de amizade. O local escolhido para esta mudança não poderia ser mais apropriado, haja vista que não causa estranheza o fato de um Museu Histórico expor signos culturais remotos, com a diferença de que, nesse caso, para além do aparato e dos produtos que remetem às práticas de fiar e tecer, estão presentes os próprios sujeitos fazendo a história acontecer no tempo presente.

Nisso, pode-se perceber que os locais de memória não permanecem exatamente os mesmos; eles possuem suas peculiaridades, vinculados ao momento histórico em que vigoram. Assim, em tempos em que o fiar e o tecer deixaram de ser labores essenciais para o fabrico de roupas e artigos de enxoval, o lugar destinado a tais práticas não são mais os lares das fiandeiras e tecedeiras, restando-lhes apenas o Museu como opção para perpetuarem seus papéis sociais.

Contribuem para isso o custo com o algodão, que lhes é doado no Museu, todavia poderia onerar o orçamento familiar das fiandeiras, e a falta dos instrumentos envolvidos na fiação em suas próprias casas, haja vista que os de propriedade particular muitas vezes encontram-se sem condição de uso, necessitando de reparos. Ilustra tal fato o fragmento:

eu tinha dismantado o tiar, tar guardado dibaxo da cama lá pudrecen',
purque pudrece, purque tem o liço qu' é de linha, né? Madera tamém
'pudrece se num zelá. Aí eu peguei vindi o tiar, né? Foi aonde eu parei de
tecê e ficô só a roda, as carda, né? E o iscaroadô tamém tinha quebrad',
eu mandei arrumá, dexei lá (N164i).

Ademais, no Museu o seu ofício é preservado, divulgado e valorado socialmente, há a possibilidade de convivência com outras fiandeiras e, ainda, de poder repassar seus ensinamentos aos interessados em geral, de modo que sua prática

não se perca. Ali, elas se sentem acolhidas e podem recriar suas raízes socioculturais, estão no cerne do espetáculo, enquanto, por vezes, em suas próprias casas, sentem-se tolhidas em sua prática, sofrendo críticas dos familiares, que a ela não atribuem importância.

Há, nessa prática, um propósito de resistência à cultura dominante, o que é típico da cultura popular, tal como pontua Santos (1994). E aqui nos assentamos no que concebe Bosi (1992, p. 10) por resistência, a saber: “Resistência pressupõe, aqui, diferença: história interna específica; ritmo próprio; modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo”. Nestes termos, o Mutirão, assumido como espetáculo, adquire características próprias da cultura de massa, uma vez que acontece em calendário determinado pelo Museu e sob a sua organização. Ademais, as fiandeiras precisam se adequar aos horários de funcionamento do mesmo durante a semana, o qual abre às nove da manhã e fecha às onze para o almoço, reabrindo às treze horas. Com isso, tal prática já não pode manter seu ritmo próprio, mas precisa obedecer aos ditames da instituição que a acolheu.

Em que pesem estas considerações, não se pode pensar cultura erudita, popular e de massa como estanques entre si. Trocando em miúdos, parece-nos mais adequado pensar estes tipos de cultura como parte de um *continuum*, que ora tendem mais para um, ora para outro tipo, considerando-se as incontestes intersecções existentes entre elas (PAULA, 2007).

Dos fios à meada: notas conclusivas

Perpetuar as memórias acerca das práticas de fiar e tecer, em especial no sudoeste goiano, é propósito basilar do projeto em que se insere este estudo. Para tanto, mostra-se essencial proceder ao registro delas, que se transmitem exclusivamente através da oralidade, entendendo, à esteira de Ferreira (2003, p. 75), que “Somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser patrimônio da memória”. Como o desinteresse dos mais jovens pelas tradições culturais dantes tem se mostrado cada vez mais notável, urge que esse saber cultural seja codificado linguisticamente para que, desse modo, possa ser transmitido às gerações futuras.

Nas breves páginas em que se desenrolou, o texto buscou evidenciar, ainda, o fundamento desta manifestação da cultura popular, o Mutirão das fiandeiras de Jataí-GO, que já perdura por dezenove anos, a saber, o reforço de sua pertença sociocultural através do seu (re)enraizamento cultural, entendendo que é próprio dela reinventar-se para permanecer viva ao longo das gerações. Ferreira (2003, p. 80, grifos da autora) sintetiza o assunto da seguinte maneira: “Cultura é a *memória longeva de uma comunidade*, considerando a capacidade de mudar e levando em conta os estados precedentes”. Assim, a cultura, em parte, é manutenção e, em contrapartida, inovação, acompanhando a própria dinâmica social.

Referências

- ALVES, Jorge Fernandes. **Fiar e tecer** - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.
- BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____ (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 7-14.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 16-41.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Festas de trabalho. In: **Aprender e ensinar nas festas populares**. (Salto para o futuro). Rio de Janeiro: Secretaria de Educação à Distância; Ministério da Educação, 2007. p. 48-58.
- CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: _____. **Os parceiros do Rio Bonito** – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. p. 67-77.
- DANTAS, Simone Aparecida Borges; SILVA, Adriano Freitas. Fiandeiras de Jataí: uma memória se perdendo no tempo. Congresso de História de Jataí. **Anais...** Disponível em: <[www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(2\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(2).pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2015.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é memória. In: _____. **Armadilhas da memória e outros ensaios**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. p. 69-87.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- PAULA, Maria Helena de. **Rastros dos velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp037532.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

Léxico e identidade no jornal “O Catalão” (1953)

Nayara Capingote Serafim da
Silva Arruda¹

Maria Helena de Paula²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar as contribuições que o estudo do léxico de um determinado *corpus*, especificadamente, jornais impressos do ano de 1953 produzidos na cidade de Catalão-GO, traz acerca da identidade e da história do grupo social, em dada época. Para isto, será utilizada como metodologia a releitura de autores que discorrem sobre língua, léxico e identidade. Acreditamos que as escolhas lexicais dos jornalistas de “O Catalão” foram capazes de evidenciar as lutas sociais e o engajamento do grupo identificado na época como comunistas, constituindo-se como elemento importante de sua identidade e, também, como instrumento decisivo para o propósito de comunicação dos jornalistas ao seu público leitor.

Palavras-chave: Língua. Léxico. Identidade.

Introdução

Este artigo constitui-se como parte da pesquisa intitulada “Memórias sobre o ideário comunista em Catalão-GO na década de 1950: estudo do jornal *O Catalão* e de narrativas orais”, em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão.

Com esta pesquisa, propomo-nos estudar o léxico através de memórias orais e escritas, procurando compreender como estas memórias utilizam-se da língua (e a constituem, em dada época e com configurações sócio-políticas próprias) e con-

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Mestrado Em Estudos da Linguagem. Contato: nayara_capingote@yahoo.com.br.

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Mestrado Em Estudos da Linguagem. Contato: mhp.ufgatalao@gmail.com.

tribuem para a reconstrução do ideário comunista da década de 1950 da cidade de Catalão-GO. O nosso objetivo é, portanto, encontrar nas realizações linguísticas as marcas da relação entre a linguagem, a identidade e a memória.

Submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), a pesquisa foi aprovada em 19 de julho de 2016, conforme o parecer nº 1.641.277, que será apresentado ao final deste artigo.

Considerando a amplitude da pesquisa e do percurso ainda necessário a trilhar, nossa intenção através deste artigo é apresentar discussão importante acerca do léxico e sua inter-relação com o indivíduo em sociedade. Elegemos para essa análise inicial apenas o *corpus* escrito, ou seja, as seis edições do jornal “O Catalão”, de 1953.

Cabe esclarecer que “O Catalão” foi um jornal popular criado por militantes da cidade de Catalão-GO. Coelho Vaz (2009) registra sua gênese no ano de 1953. Pela análise prévia das edições das quais dispomos, identificamos que era redigido na própria cidade e tinha como gerente e fundador Antônio Barbosa e, como diretor, Janosi V. Santos, com distribuição realizada de casa em casa pelos próprios redatores e gráficos, em decorrência da inexistência de bancas na cidade (ABREU, 2002, p. 117).

Nossa hipótese é de que através das escolhas lexicais apresentadas no material de pesquisa seja possível conhecer o indivíduo, sua cultura, sua história e enfim sua identidade. E é essa relação de dependência e correlação, um dos resultados iniciais de nossa peregrinação pelos estudos do léxico, que nos permite continuar a galgar pelos caminhos da pesquisa a que nos propomos.

A metodologia utilizada e que contribuiu de forma direta em nossos resultados corresponde à releitura de autores como Antunes (2012), Biderman (2001), Coelho (2006), Lyons (1981), Paula (2007), Sapir (1969) e Woodward (2014) que apresentaram estudos importantes sobre a língua, o léxico e a identidade em suas múltiplas inter-relações e constitutividades.

1 Da língua ao jornal *O Catalão*

A língua é ferramenta social para a comunicação e a interação entre os membros de uma comunidade linguística. É, sobretudo, a partir dela que se podem conhecer a história, os anseios, os interesses e as preocupações dos indivíduos que a ela pertencem. É por este motivo que poderá ser definida como um patrimônio, como bem destaca Biderman (2001, p.13) ao afirmar que “o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística, ao longo de sua história”. A autora ainda caracteriza as palavras como “rótulos” através dos quais o homem se comunica e interage em sociedade.

Antunes (2012) destaca com relação a esse aspecto que “o exercício da linguagem é muito mais que uma simples atividade de nomear, de designar, de rotular as coisas ou de falar sobre elas.” (ANTUNES, 2012, p. 30-31). Concordamos com a autora pois, ao nomear as coisas, a linguagem nos permite interagir com a sociedade, expressar sentimentos e posicionamentos políticos que, por fim, constituem nossas identidades. Destacamos que a linguagem, especificadamente o léxico, é elemento constitutivo da cultura e pertence ao patrimônio da sociedade, e, por isso, não podemos delimitá-lo a apenas a mera função de nomear as coisas. O ato de nomear se faz, então, mais que etiquetar nomes à realidade – é um posicionar na realidade para dela se apoderar.

A língua é caracterizada como uma capacidade inata do homem e um atributo da espécie humana. Coelho (2006) a define como um sistema semiológico socialmente elaborado, à disposição da comunidade linguística, por intermédio da memória coletiva. Na mesma perspectiva, Biderman (2001) a qualifica como um sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais.

É assim que se postula que o léxico de uma língua está estreitamente ligado às experiências dos que a falam, uma vez que corresponde ao repertório de palavras e ainda ao conjunto de signos de uma língua. Toda e qualquer língua natural possui seu próprio léxico, que intimamente se relaciona ao arcabouço de práticas e saberes correspondentes à atuação das pessoas em suas relações com o ambiente e entre si na sociedade. Antunes (2012) descreve o léxico como “o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação.” (ANTUNES, 2012, p.27).

A principal razão de ser da linguagem é permitir a comunicação e a interação entre os indivíduos que só se efetiva se a comunidade linguística em que o indivíduo está inserido e na qual se registra os saberes compartilhar um acervo lexical.

Não apenas a serviço das necessidades de comunicação, o léxico está contido na cultura daqueles que o utilizam, também constituindo-a. Essa conexão entre léxico e cultura é reiterada nos estudos de Sapir (1969), o qual afirma que o léxico “destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo” (SAPIR, 1969, p. 51).

No processo de composição e construção do léxico de uma língua, as relações sociais daqueles que a utilizam são determinantes e indispensáveis, uma vez que é nelas que se fazem matizar de crenças e valores as palavras que carregam saberes, sejam de gerações passadas, sejam com novos nomes para o novo ou para o antigo, diferentemente nomeado.

Para atender às necessidades do indivíduo no processo de comunicação, o léxico está diretamente ligado ao ambiente em que está inserido e/ou ao qual se relaciona e dele sofre influências. Nesta questão, é importante recorrermos a Sapir (1969), autor que atribui ao termo “ambiente” os aspectos geográficos (incluindo

a fauna, a flora e os recursos minerais do solo) e ainda os fatores sociais, relacionados “às várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo” (SAPIR, 1969, p. 44), distinguindo-as: a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Cabe ressaltar que o léxico de uma língua natural é aberto, inesgotável, flexível, sofrendo dinâmicas sempre que novos referentes carecerem novas configurações e nomes; ou se os mesmos referentes, ressignificados, demandarem novas nomeações. Neste ponto, é importante retomar a Lyons (1981) uma vez que apresenta a flexibilidade e a versatilidade como as características mais gritantes da língua. Assim:

Podemos usar a língua para dar vazão a nossas emoções e sentimentos; para solicitar a cooperação de nossos companheiros; para ameaçar ou prometer; para dar ordens, fazer perguntas ou afirmações. Podemos referir-nos ao passado, presente e futuro; a realidades remotas em relação à situação de enunciação — até mesmo as coisas que não precisam existir ou não podem existir (LYONS, 1981, p. 30).

À medida que a língua permite-nos que demonstremos nossos sentimentos e nossos pensamentos, ela nos possibilita conhecer mais sobre nós e sobre o outro com que nos relacionamos. Ou seja, a língua reflete e refrata, assim como a imagem através de um espelho, a nossa identidade conforme o grupo social em que estamos inseridos. Somos identificados também pela língua que falamos. Diríamos, ainda considerando Antunes (2012), que “são os tipos de combinações sintáticas que fazemos [...] e outros muitos itens, que indiciam nossa procedência, que revelam ‘a casa’ onde fazemos morada.” (ANTUNES, 2012, p. 46).

Compreendemos, desta forma, que o léxico de uma língua em uso refletirá a identidade de seus falantes. Suas escolhas lexicais permitirão conhecer acerca de sua origem, a região do país em que mora, sua classe social, posição política e econômica, dentre outros. Mas, também, seu acervo vocabular constrói parte de sua identidade, aquele que é alguém em relação a quem não é ou não pode ser.

Assim, enquanto patrimônio mnemônico e um sistema em uso por um dado grupo de falantes, a língua reflete o referente, mas não de modo igual e semelhante ao nomeado porque a cada nomeação o sentido se constrói linguística e culturalmente; nesse fazer-se língua e significado, refrata o referente, não o espelhando meramente. Ou seja, por meio dela, os falantes podem expressar sua cultura, identidade, a posição política, revelando, portanto, a heterogeneidade das pessoas. Dada sua importância para a vida em sociedade, a língua convive, é constituída e constitui-se em contextos culturais, identitários e históricos. E é por isto que através do léxico se podem compreender os hábitos culturais, a vida em sociedade, as características dos sujeitos, assim como conhecer o período histórico em que estes estão inseridos.

Paula (2007, p. 90) destaca que esta peculiaridade da língua a torna um “instrumento de investigação distinto que ajuda entender os outros sistemas sociais”. E, ao servir-se enquanto instrumento de investigação, a língua proporciona a interseção entre tempo presente e passado, a interação entre os indivíduos e a compreensão de fenômenos e/ou comportamentos sociais ao longo dos anos.

Considerando as seis edições do jornal “O Catalão” de 1953 de que dispomos (vide imagem abaixo) por ora, para nosso estudo poderemos, por meio do léxico empregado, identificá-lo como pertencente à imprensa comunista. Ao contrapor-se ao modelo econômico vigente, questionar sobre os salários dos trabalhadores, denunciar os abusos de poder, defender a reforma agrária e divulgar acerca da atuação do Partido Comunista pelo mundo, os jornalistas e todos aqueles que participavam da fabricação e distribuição das suas edições atraíram-se por aqueles ideais e, por intermédio do jornal impresso, contribuíram para a propagação do ideário comunista.



Observamos, por exemplo, a ocorrência de expressões e palavras tais que: “os tubarões da cidade”; “esquadra ianque”; “carestia da vida”; “ratos-que tem o Brasil”; “reforma agrária”; “para uma vida feliz, para a nova sociedade socialista”; “por um governo democrático popular”, dentre outras. Estas expressões e palavras permitem-nos conhecer a identidade daqueles que produziram os jornais e, ainda, que a sociedade catalana também estava marcada por identidades contraditórias. Isto é, se considerarmos o padrão de comportamento ditado pela sociedade naquele período da História que previa o não questionamento das decisões dadas pelos governantes e a aceitar as imposições dos altos cargos administrativos da sociedade, notamos que os jornalistas e aqueles que participavam do jornal tinham comportamentos contrários ao modelo econômico que então vigorava e defendiam os ideais comunistas.

Neste ponto, é importante recorrermos à Woodward (2014) quando afirma que a identidade é marcada pela diferença. Assim, é possível através do léxico utilizado nos jornais e tendo como ponto de referência o modelo político e econômico desta sociedade na época, compreender que os jornais e participantes daquele veículo de comunicação se portavam às avessas do que era imposto. Este enfrentamento da situação vigente é uma demonstração da diferença a que Woodward (2014) se referiu. A identidade comunista embate com a capitalista neste jornal. É assim que os idealistas do jornal em tela se opunham frontalmente à ideologia que vigorava e, por isso, constituíram-se identitariamente como *comunistas*, em oposição a este modelo.

2 Percorrendo os caminhos e os resultados da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica, por partir de estudos teóricos e “materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p. 74). Ou seja, utilizamos de estudos apresentados por diversos autores para compor e auxiliar na análise do *corpus* e que nos permitiram apresentar os resultados que serão detalhados ao longo desta seção.

Dentre os autores selecionados para esta pesquisa temos: Antunes (2012), Biderman (2001), Coelho (2006), Lyons (1981), Paula (2007), Sapir (1969), que apresentaram discussões importantes acerca da língua e do léxico. Além disso, recorreremos também a Woodward (2014), que apresenta conceitos importantes a respeito da identidade.

Cabe ressaltar que todos esses autores e seus conceitos contribuíram de forma direta em nossos estudos e nos resultados de nossa pesquisa. Portanto, a partir das

teorias por eles apresentadas e, sobretudo observando o *corpus* proposto para o estudo, algumas considerações serão apresentadas a seguir e corroboram para a confirmação dos resultados obtidos nesse momento de nossa pesquisa.

A primeira consideração a ser feita é de que as unidades lexicais de uma língua natural são determinadas e somente existem porque no convívio em sociedade o homem precisa delas para que a comunicação ocorra.

À medida que a comunicação é condição necessária para a existência do léxico, permite-nos afirmar sobre a dinamicidade da língua. Novas expressões, novos significados poderão surgir à medida da necessidade do ser humano no processo de comunicação e interação com o outro. Esta é uma consideração importante a se fazer e que foi observada no *corpus* de estudo em questão. As palavras “tubarões” e “ratos” foram utilizadas em edições do jornal não no sentido denotativo, mas associando as características desses animais a personalidades que existiam na cidade.

Ao passo que o ser humano utiliza-se do léxico de acordo com sua necessidade no processo de comunicação é importante destacar que suas realizações linguísticas permitem conhecer acerca de sua identidade social (sua origem, filiação política, religião, dentre outros). Esta consideração também é importante ser destacada, pois a partir do léxico empregado no *corpus*, permite-nos conhecer acerca dos personagens catalanos, a situação econômica na cidade, dentre outros, naquele ano de 1953. Palavras como “arrendo”, “camponeses”, “tabela justa” e “ordenado” nos levam a supor que era uma sociedade composta em sua grande parcela por lavradores, que a economia se baseava na divisão dos alimentos pelo arrendamento à meia, ou seja, 50% ao dono da terra e os outros 50% ao trabalhador da terra. Estes trabalhadores questionavam sobre os altos preços dos alimentos e o pouco salário que recebiam, a ponto de não conseguirem comprar alimentos essenciais à sobrevivência, como o arroz.

O ambiente físico e social no qual o usuário de uma língua está inserido é fator importante a ser considerado, uma vez que influenciará no processo de comunicação (criação, atribuição de novos significados a palavras já existentes, dentre outros). Sobre essa questão notamos, por exemplo, em várias edições dos jornais diversas matérias divulgadas acerca do Partido Comunista, sua atuação pelo mundo e ainda de seus líderes. Entendemos que esse contato com os ideais comunistas através dos textos e o ambiente frequentado por esses jornalistas e admiradores dos ideais comunistas permitiam ainda mais a difusão de suas crenças e a evidência de seu posicionamento político e econômico.

À medida que o ambiente físico e social está intimamente relacionado à cultura e, sobretudo, é fator determinante de todas as práticas culturais do ser humano e é por elas também determinado e considerando a sua estreita relação com o léxico, podemos afirmar que o léxico também é elemento da cul-

tura. Acreditamos que as edições dos jornais tiveram como objetivo divulgar os ideais comunistas, conforme temos dito ao longo deste trabalho. É através desse recurso utilizado (o jornal impresso) que jornalistas e idealizadores pretendiam transmitir uma cultura, ou seja, a cultura comunista.

Tendo a cultura como o patrimônio de uma sociedade, consideramos que o léxico também está incluído na cultura e, conseqüentemente, também é patrimônio da comunidade linguística ao qual pertence.

Considerações finais

Neste primeiro momento de nossa pesquisa, percebemos que o estudo cuidadoso do léxico permite conhecer acerca de seus usuários. Sua identidade, posicionamento político, religião, classe social, etnia, dentre outros, são perpassados por suas realizações linguísticas, como é o caso das ideologias dos fazedores e dos distribuidores do jornal.

Assim, itens lexicais como “baixa do arrendo” e “entrega gratuita da terra aos camponeses” se complementam, se ajustam na defesa de um ideário, no qual os percentuais de arrendamento das terras em que trabalhadores rurais lavravam a terra e dividiam as colheitas se mostravam injustos, a ponto de o jornal afirmar que “os lavradores não querem trabalhar para tratar de 2 famílias”.

Assim, para evitar a “carestia de vida”, ter “grande produção” e “fartura”, o jornal diz que é “preciso lutar [...] pela reforma agrária”. Ironicamente, diz que já se “esqueceu até do gosto da carne”, que se come dias sem arroz e indaga “Qual é o pobre que toma café?”, apontando como saída que as terras saiam das mãos dos latifundiários.

Noutras palavras, por esta breve incursão no arranjo lexical do jornal, notamos que o conjunto de valores comunistas vigentes na década de 1950 se faz notar ao longo das edições de “O Catalão”, nas suas várias seções. Nelas, irrompe-se ou tenta-se irromper a situação de exploração da classe trabalhadora, seja alavancando sua consciência ou buscando negar a sua exploração pelo capital.

Referências

1. *Obras teóricas*

ABREU, Sebastião de Barros. Morte na Praça. In: _____. **De Zé Porfírio ao MST** (A luta pela terra em Goiás). Brasília: André Quicé Editor, 2002. p. 114-117.

ANTUNES, Irlandé. **O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 27-49

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 13-21.

COELHO, Braz José. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

LYONS, John. Linguagem. In: _____. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. p. 15-41.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PAULA, Maria Helena de. **Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp037532.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2015.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p.43-62.

VAZ, Coelho. **Vultos Catalanos**. 3. ed. Goiânia: Kelps, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

2. *Material de Pesquisa – Jornais*

O CATALÃO, n. 3. Catalão-GO, 17 de maio de 1953.

O CATALÃO, n. 5. Catalão-GO, 14 de junho de 1953.

O CATALÃO, n. 6. Catalão-GO, 02 de julho de 1953.

O CATALÃO, n. 8. Catalão-GO, 26 de julho de 1953.

O CATALÃO, n. 13. Catalão-GO, 25 de setembro de 1953.

O CATALÃO, n. 14. Catalão-GO, 06 de dezembro de 1953.

Estrangeirismos versus purismo da língua portuguesa do Brasil: um debate constante

Hilda Braz Silva Sousa¹

Resumo: Este texto foca alguns debates criados a partir do projeto de Lei nº 1676/1999 do deputado Aldo Rebelo que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa”, cujo principal objetivo é combater o uso de estrangeirismo no Brasil. Busca considerar o que linguistas como Bagno (2001), Faraco (2001, 2005, 2008), Xatara (2001) etc. têm falado a respeito do assunto, confrontando seus posicionamentos com os argumentos apresentados nesse projeto. A metodologia utilizada apresenta, simultaneamente, conceitos teóricos e práticos sobre o uso de expressões estrangeiras em nosso idioma. Discute sobre a possibilidade de este ser considerado puro ou não. Analisa alguns vocábulos vernáculos contrapondo-os a outros estrangeiros dentro da perspectiva de comunicação, buscando mostrar a materialização da língua a partir das mudanças linguísticas que ocorrem para atender as necessidades dos falantes. Apresenta, também, alguns argumentos explicativos que veem os elementos estrangeiros como algo inerente à Língua.

Palavras-chave: Projeto de Lei. Estrangeirismo. Língua Portuguesa.

Considerações iniciais

No final dos anos 1990, ocorreu um debate forte entre puristas² versus agregacionistas³ da língua portuguesa. Um dos principais representantes dos puristas,

1 Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Mestranda em Estudos da Linguagem. Contato: hzss_02@hotmail.com.

2 Defensores de uma língua pura, livre de influências estrangeiras.

3 Aqueles que não veem problema de a língua ter influências estrangeiras.

na época, era o deputado federal Aldo Rebelo que propôs o projeto de lei nº 1676/1999 que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa”, cujo principal objetivo é combater o uso de estrangeirismo aqui no Brasil. Do outro lado, estão vários linguistas como Bagno (2001), Faraco (2001, 2005, 2008), Xatara (2001), entre outros, que criticam esse purismo na língua, principalmente porque a formação cultural brasileira é caracterizada por uma grande variedade de matrizes culturais, estando, portanto, muito longe de ter homogeneidade cultural e, por conseguinte, linguística, como pode ser visto nas diferenças regionais do Brasil.

Este estudo se realiza a partir da hipótese de que o projeto do deputado Aldo Rebelo não se tornou Lei porque as possibilidades dinâmicas do idioma que proporcionam constantes transformações e, ao mesmo tempo, o mantém estruturalmente equilibrado, escapam do controle consciente dos seus falantes.

Sabemos que são muitas as discussões sobre o tema estrangeirismo e interessa-nos ressaltar os debates de alguns linguistas brasileiros que abordam o uso de expressões estrangeiras contrapondo-as ao almejado purismo da Língua Portuguesa. Posicionamo-nos na defesa de que a língua é a principal promotora de interações interculturais e queremos entender estrangeirismos como elementos inerentes a qualquer língua.

Nosso trabalho se constitui de alguns conceitos teóricos sobre estrangeirismos, empréstimos, neologismos, variação, mudança etc. Apresentamos pontos do referido projeto discutindo-os à luz de alguns teóricos da linguagem. Abordamos questões sobre variações e mudanças linguísticas e a importância da memória social da língua para entender o dinamismo que a envolve. Dessa forma, o texto está estruturado em quatro partes. Primeiramente, discutimos as dificuldades de conceituar estrangeirismos e outros fenômenos linguísticos. Em seguida, apresentamos três artigos do Projeto de Lei que explicitamente buscam promover a defesa da Língua Portuguesa contra estrangeirismos. No terceiro momento, elucidamos, à luz de alguns teóricos, o dinamismo linguístico que confere às línguas características que as transformam e, ao mesmo tempo, as preservam. Por último, porém antes das Considerações finais, são suscitadas questões que demonstram que nem sempre as variações se cristalizam em mudanças linguísticas.

1 Estrangeirismos e outros fenômenos linguísticos

Os conceitos de estrangeirismo e empréstimo linguístico abrem uma gama de questionamentos sobre o que seria um idioma genuíno e puro. Tecemos nossa discussão sobre estrangeirismo, empréstimo, vernáculo e neologismo, bem como o que eles significam para o nosso idioma: são uma ameaça? Devemos proibi-los?

Pensando no final do século XIX e início do século XX, queremos acreditar que a imigração, a expansão da indústria, as crescentes mídias tecnológicas, a ascensão do campo científico, dentre outros fatores, foram os principais disseminadores de expressões estrangeiras. Negá-las significa não aceitar o curso “natural” do desenvolvimento mundial que, de certa forma, atinge a todas as pessoas por meio das imigrações e da *internet*, por exemplo. Podemos perceber, também, a partir desse raciocínio, que o mercado de trabalho, as viagens internacionais etc., tendem a expor as pessoas à utilização de palavras estrangeiras ou até mesmo a outras línguas para se comunicarem.

Muitas vezes, a utilização das expressões estrangeiras se torna tão familiar que até deixam de ser vistas como tais. Essa prática que torna o estrangeirismo muito familiar se deve ao fato de que o léxico de uma língua é aberto e expansivo. Constantemente, os falantes de uma língua criam neologismos ou buscam palavras emprestadas de outro idioma, para atenderem suas necessidades comunicativas.

Talvez seja fácil criar uma lista de palavras ou expressões estrangeiras, mas não podemos dizer o mesmo quanto às suas classificações. Essa lista estaria composta de palavras propriamente ditas como estrangeiras e também por palavras ditas como empréstimos.

A tarefa de explicitar estrangeirismo dentro do idioma português é árdua, visto que alguns vocábulos são incorporados e perdem tal caráter. “Desse modo, um primeiro exame dos possíveis critérios que conferem a um empréstimo linguístico o caráter de estrangeirismo nos mostra que nem sempre é claro o *status* de um elemento emprestado” (GARCEZ & ZILLES, 2002, p. 18).

Ainda buscando esclarecimento para a definição de estrangeirismo, Timbane diz:

Em primeiro lugar, temos o estrangeirismo, que vem a ser o emprego de palavras que se originam de outra língua estrangeira e não possuem uma palavra correspondente a ela na nossa língua, apontadas em nossas normas gramaticais como um vício de linguagem, e que sua pronúncia e escrita não sofre qualquer alteração (TIMBANE, 2012, p. 3).

Desse modo, vamos tratar como estrangeirismos os vocábulos oriundos de outra língua cuja pronúncia, significado e grafia não sofreram alterações, por exemplo, *shopping* (HOUAISS; VILLAR, 2009). E por empréstimos vamos considerar aqueles também oriundos de outra língua, mas que foram adequados à nossa realidade convencional, na escrita e/ou na fonética. Por exemplo, *slaid*, que sofreu alteração e foi incorporado ao nosso dicionário como *eslaide* (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Somada à dificuldade de discernir estrangeirismo e empréstimo, temos ainda o termo vernáculo que, dentre outras acepções, traz: “língua própria de um país; no

sentido figurado: diz-se de linguagem correta, sem estrangeirismos na pronúncia, vocabulário ou construções sintáticas” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Assim, o que dizer dos elementos estrangeiros: africanos, latinos, galícios, dentre outros, que compõem nosso léxico? Sabemos que ao longo do tempo alguns destes elementos foram incorporados à nossa língua sem deixar marcas explícitas e hoje temos dificuldade de percebê-los. Devemos considerá-los nocivos ou não ao patrimônio cultural, representado pela Língua Portuguesa?

E o que dizer dos neologismos, termo usado para designar palavras novas, criadas para preencher a falta de uma que se faz necessário durante o processo de comunicação. Vemos os neologismos como úteis e eficazes para a manutenção do constante dinamismo linguístico. Eles são imprescindíveis, pois a sociedade está em constante criação. Então, é necessário que estes existam para atender às necessidades dos falantes. Quando são incorporados aos dicionários de uso, perdem este “rótulo” e passam a ser parte do acervo linguístico das línguas.

De acordo com Biderman (2001), há dois tipos de neologismos: o conceptual e o formal. Para esta pesquisadora, o neologismo conceptual é uma acepção nova incorporada ao vocábulo, dando-lhe um valor semântico diferente do convencional. O neologismo formal é constituído a partir de uma palavra nova introduzida ao idioma, podendo ser um termo estrangeiro ou até mesmo vernáculo. Um exemplo para o primeiro caso é a expressão “arrocha”, atualmente utilizada para nomear um estilo musical. Para o segundo caso, temos a expressão “selfie” que no Brasil significa o ato da pessoa se fotografar.

O Português brasileiro é o maior exemplo para nós das influências linguísticas estrangeiras, visto que se originou principalmente da mistura de elementos gregos, latinos, indígenas, africanos, dentre outros. Portanto, entender estrangeirismos como ameaça à nossa língua constitui um pensamento de que ela seja pura, livre de influências estrangeiras. O argumento de que estrangeirismo deve ser evitado significa ignorar os outros elementos que há muito tempo foram incorporados a ela e que, muitas vezes, nem são mais vistos como empréstimos, por exemplo, as raízes gregas e latinas. Curiosamente, o projeto de Lei de Aldo Rebelo não demonstra preocupação com estes elementos, mas com os anglicismos. O deputado justificou tal preocupação argumentando estar valorizando a Língua Portuguesa do Brasil. Sendo assim, passamos então a discutir o projeto de Lei.

2 A realidade da língua portuguesa e o projeto de lei

Como o projeto de lei nº 1676/1999 apresenta vários artigos que visam a proteger a Língua Portuguesa contra estrangeirismo, focamos apenas três deles que consideramos mais importantes para a discussão do tema. O primeiro dos artigos a ser discutido traz: “Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em

língua estrangeira (...) será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei” (Art. 4º). Tal artigo gera muita polêmica, primeiramente: quais são as palavras ou expressões consideradas estrangeiras e quem estaria apto a reconhecê-las como tal? Segundo, quem vigiaria para punir a quem cometesse tal infração?

Entendemos que a língua faz parte do patrimônio cultural brasileiro e esse patrimônio é resultado de uma realidade plural, pois todo nosso acervo cultural provém de muitas misturas que caracterizam uma identidade peculiar, como pode ser observado nas diferenças lexicais entre o português europeu e o português brasileiro, em âmbito internacional, como também pode ser observado nas diferenças regionais do Brasil.

A mistura cultural no Brasil é tão relevante que os modernistas brasileiros a enxergavam como o que melhor nos define. Mário de Andrade, por exemplo, “quer conceber a cultura brasileira – como confronto, diferença, fraturas, continuidade, um projeto de constituição permanente, messiânico, público” (VELOSO & MADEIRA, 1999, p. 128). Portanto, a utilização de palavras ou expressões estrangeiras não pode lesionar a língua, patrimônio cultural brasileiro, pois sendo ela parte da cultura, que está em incessante processo de constituição, também deve ser capaz de manifestar seu dinamismo ao produzir significado para a vida social. Ou seja, é impossível “preservar” uma língua sem mudanças, pois à medida que o contexto histórico-social muda, ela também muda.

Para manter uma língua estática, sem transformações, seria necessário manter a sociedade também imutável, o que é impossível. Assim, apesar de as transformações serem legítimas e inerentes às línguas, cada uma tem seu próprio sistema gramatical que tende a persistir indefinidamente, esse sistema assegura às línguas suas próprias caracterizações, portanto, não há nada a temer.

Essa proposta que considera o uso de estrangeirismo lesivo e digno de punição é uma medida de cunho autoritário e sem viabilidade, o que nos faz pensar que o deputado Aldo Rebelo acreditara que todos os brasileiros falam uma única norma dentro da Língua Portuguesa. O que não é verdade, considerando o que Faraco diz:

não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desbordamentos, entrecruzamentos (FARACO, 2008, p. 42).

As formas ou as possibilidades que os falantes adotam para si como norma, são determinadas a partir de suas ocorrências linguísticas e dentro do seu grupo

social já pré-estabelecido, ou seja, dependendo do grupo social que os indivíduos frequentam, vão estar, conseqüentemente, presentes palavras de origem estrangeiras. Então, nossa língua não vai sofrer prejuízo, pois os falantes sabem adequar o momento e o local de uso dos estrangeirismos.

Aliás, norma é um termo que traz para a discussão outra polêmica, mais precisamente, a “norma-padrão”. Esta é mais uma cobrança capaz até de punir quem desvia deste conceito enquanto fala ou escreve. A esse respeito, Bagno diz:

a norma-padrão brasileira [...] se afasta tremendamente da realidade dos usos linguísticos dos cidadãos brasileiros em geral e até mesmo dos falantes urbanos escolarizados das classes médias e médias altas [...]. A norma-padrão [...] é um instrumento de opressão ideológica, de perseguição, de patrulha social, de discriminação e preconceito (BAGNO, 2001, p. 82).

Assim, proibir o uso de estrangeirismo é uma medida que também afasta tremendamente da realidade linguística em uso, pois “as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados” (FARACO, 2005, p. 14).

O segundo ponto do projeto de Lei a ser discutido declara que o uso de palavras estrangeiras é uma “prática abusiva, se a palavra ou expressão tiver equivalente em Língua Portuguesa” (Art. 4º § único, inciso I). Consideramos, também, inviável esta determinação proposta pelo deputado, partindo da realidade de que nem todo brasileiro é capaz de traduzir algo que ouve na TV ou no rádio, oriundo de outra língua e imediatamente buscar um termo equivalente em sua língua nativa. Tomemos como exemplo os vocábulos *mouse* e *pet shop*, ambos de origem inglesa que a maioria dos que as utilizam não sabem, muito menos substituí-las por expressões equivalentes em português. Com estes dois exemplos, percebemos a complexidade do assunto e a inviabilidade do referido inciso.

O vocábulo *mouse* se for substituído pelo equivalente em português, rato, pode causar mal-entendido, visto que para nós brasileiros rato é um animal carregado de sinônimos negativos. É um animal que ninguém quer ter por perto, pois é considerado sujo e transmissor de doenças. Imaginemos que alguém vá a uma loja e peça ao atendente para ver um “rato sem fio”: provavelmente isso será uma situação no mínimo estranha. Aguçando mais nossa imaginação poderíamos antever uma cena ainda mais hilária: e se o atendente da loja sugerisse que o cliente fosse procurar por “rato sem fio” em um *pet shop*? Melhor pedir para ver um *mouse* sem fio!

Por fim, o terceiro ponto diz que é “prática enganosa, se a palavra ou expressão puder induzir qualquer pessoa física ou jurídica ao erro ou ilusão de qualquer espécie” (Art. 4º § único, inciso II). Podemos questionar, também, sobre o que é

induzir ao erro ou ilusão. Quem ou o que pode garantir que a prática de estrangeirismo induz ao erro ou ilusão? Como mostrado nos exemplos do segundo ponto apresentado, o que gerou confusão foi a tradução do termo em inglês para o seu equivalente em português.

Outrossim, como determinar que tudo o que for dito ou escrito em Língua Portuguesa está livre de indução ao erro ou ilusão, visto que nem mesmo os vocábulos vernáculos do nosso idioma são de fácil entendimento? O hino nacional brasileiro está recheado de vocábulos vernáculos que induzem ao “erro” de pronúncia e causam estranheza de significado. Nosso hino tem muitas expressões “estrangeiras” para nós brasileiros, no entanto, são próprias da língua portuguesa. Relembremos alguns: plácidas, fúlgidos, impávido colosso, fulguras, lábaro etc. Por isso, a ideia de que o estrangeirismo impede a compreensão de quem não conhece a língua que o origina é um mito, visto que o mesmo pode acontecer com vocábulos e expressões da nossa própria língua, como ilustrado no exemplo do hino.

Pensemos: quantas vezes nós temos que recorrer ao dicionário para pesquisar o significado ou conferir a forma ortográfica para o grupo “cessão, seção, secção e sessão”? Por essa e outras razões que é muito comum ouvirmos desabafos de que a Língua Portuguesa é muito complicada. É mais pertinente dizer que o grupo das “sessões” induz muito mais a erros do que alguns estrangeirismos.

A palavra *boceta*, que é de origem latina e faz parte do léxico português, está no dicionário com as seguintes acepções:

Substantivo feminino. 1. Caixinha redonda, oval ou oblonga, feita de materiais diversos e usada para guardar pequenos objetos. 2. Caixa de rapé. 3. Bolsa de borracha para guardar fumo. 4. Regionalismo: Brasil. Uso: tabuísmo. Vulva. 5. Rubrica: pesca. Regionalismo: Brasil (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Problematizamos ainda que as acepções registradas no dicionário podem não ser suficientes para o nosso entendimento em relação ao significado desta expressão, já que as palavras usadas para descrever *boceta* também não são familiares. Assim, temos que recorrer novamente ao dicionário para compreendermos o que significa: oblonga, rapé, tabuísmo e vulva. Uma pessoa de determinada região, como em Goiás, entende a palavra *boceta* como vulva, órgão genital feminino, cuja escrita também sofre variação acompanhando a pronúncia que substitui o “o” por “u”. Este é mais um exemplo que sustenta a nossa tese de que não só os estrangeirismos induzem ao erro ou a ilusão.

Apesar de no Brasil o termo *boceta* não ser utilizado cotidianamente no sentido das acepções 1, 2 e 3 trazidas no dicionário, o realismo brasileiro do século

XIX o utilizava muito, como nas obras de Machado de Assis. Portanto, percebemos com clareza que não são somente as palavras de origem estrangeiras que podem causar mal-entendido de qualquer espécie, conforme prevê o item II do parágrafo único do projeto de Lei.

Os estrangeirismos são vistos por Garcez & Zilles (2002) como elementos linguísticos oriundos de outros idiomas empregados por uma determinada comunidade. Também são chamados de empréstimos. A tentativa de proteger a língua da nação brasileira contra estrangeirismos significa dizer que ela é 100% pura. E isso é um equívoco, pois ela é carregada, principalmente, de influências linguísticas africanas e indígenas, por exemplo. Seria a Língua Portuguesa brasileira capaz de se livrar desses estrangeirismos sem prejuízo? Ou apenas alguns estrangeirismos devem ser evitados?

A noção de estrangeirismo move debates polêmicos sobre a “vida social da linguagem” (GARCEZ & ZILLES, 2002, p. 16), pois esses arranjos linguísticos que acontecem entre diferentes comunidades são incontroláveis, principalmente entre regiões de fronteiras, como é o caso de algumas partes do Brasil. Gilberto de Castro (2002) afirma que os problemas relacionados à adesão ou aversão aos estrangeirismos, presentes na Língua Portuguesa ou em qualquer outra, fornecem uma gama considerável de material que proporciona boas reflexões sobre a territorialidade da língua real que usamos cotidianamente. Desse modo, fica bem nítido que as barreiras geográficas não significam limite para impor algo sobre o modo prático das línguas em uso, ainda mais considerando que esta praticidade normalmente acontece de maneira tácita entre os falantes.

3 A língua preserva-se apesar das transformações

De acordo com Faraco, “as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo” (2005, p. 14). Este autor acrescenta que nem todas as variações, estado de movimentação das línguas, desencadeiam mudanças, mas quando estas acontecem são em decorrência das variações. Para ele, as mudanças acontecem de forma muito lenta e atingem apenas partes da língua, tanto é que os falantes não têm consciência disso. Acrescenta também que as transformações que ocorrem na língua não alteram sua funcionalidade. Cientes disso, teceremos algumas discussões envolvendo as assertivas acima.

Não podemos esquecer que a língua se concretiza através dos falantes e estes ocupam um espaço geográfico. Nesse ponto, Milton Santos (2008) contribui para refletirmos sobre o espaço. Para este autor, o espaço não é estático. Não por acaso, essa característica também se confere às línguas. Dito de outra forma: as línguas também não são estáticas. Assim, o que nos interessa nesta análise é o

espaço ocupado pelo homem, seja na escola, no trabalho, nos locais destinados ao lazer ou às práticas culturais etc. Santos atribui ao dinamismo do espaço geográfico as influências históricas e sociais e argumenta que o homem atua sobre o espaço, assim como o espaço atua sobre o homem proporcionando-lhes marcas. Estas marcas “são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço” (SANTOS, 2008, p. 173). Por isso, o espaço é uma memória de determinado momento da humanidade.

Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais (SANTOS 2008, p. 185).

Aplicando este raciocínio para as variações linguísticas, podemos entender melhor a dinâmica das línguas. É possível ver as transformações que acontecem nelas e suas “vitalidades” específicas, como parte da memória social linguística da humanidade.

Outro estudioso que nos ajuda a pensar as transformações da língua é Labov (2008). Seus estudos esclarecem que tais transformações se dão no âmbito social, ou seja, na prática as transformações não se dão em âmbito linguístico. Estes fatores sociais é que provocam variações na estrutura lexical do idioma. Corroborando Labov, as contribuições de Sapir (1969) nos fazem entender a influência do ambiente, porém não o ambiente físico sozinho. Ele diz que “uma influência ambiental, mesmo do caráter mais simples, é sempre consolidada ou mudada pelas forças sociais” (SAPIR, 1969, p. 44).

Falando em forças sociais, tomemos a chegada dos colonizadores portugueses no território brasileiro. Eles vieram e trouxeram a Língua Portuguesa, mas as tribos indígenas que habitavam o Brasil já tinham suas próprias. Por se tratar de línguas bem diferentes, este contato linguístico não foi muito simples. Como é bem sabido, fizeram adaptações e começaram a se entender numa língua criada para esta finalidade, a língua geral. Sobre a língua geral, Neves (2005) diz que a falta de registros desta representa um prejuízo para a Língua Portuguesa do Brasil, e que o registro sistemático do léxico brasileiro só foi feito quatro séculos depois da chegada dos portugueses. Mesmo assim, com toda a força social que os colonizadores impuseram sobre os povos brasileiros, ficou consolidada uma Língua Portuguesa Brasileira (LPB), uma Língua Portuguesa que se difere em vários aspectos da Língua Portuguesa de Portugal ou Língua Portuguesa Europeia (LPE) e de demais países que a têm como língua oficial.

O ambiente é um dos fatores extralinguísticos que mais influenciaram a diferença entre a LPB e a LPE, principalmente quando se pensa no conjunto lexical. Sapir (1969) escreve que o ambiente é capaz de refletir somente sobre o léxico de uma língua. Nada mais da língua tem associação direta com o ambiente. Por isso, é nítida a gama de vocábulos indígenas que consideramos aqui como genuinamente brasileiros, pois foram os nativos que aqui viviam, antes da chegada dos colonizadores, que nomearam seus objetos e suas atividades com origens também brasileiras cujos europeus desconheciam. Palavras como “capivara” e “quati” que nomeiam dois mamíferos da nossa fauna; “aipim” e “indaiá”, nomes de elementos da flora brasileira hoje são usadas por falantes brasileiros sem a consciência de que são oriundas das línguas indígenas e não do português europeu. Portanto, sabemos que essa influência ambiental, em conjunto com os nativos indígenas, é refletida na Língua Portuguesa Brasileira e funciona como um marcador de nossa identidade assim como um elemento desencadeador de mudanças linguísticas entre a Língua Portuguesa europeia e a brasileira.

Fatores identitários também podem desencadear mudanças. Faraco (2005) cita que quando uma determinada comunidade muda seu comportamento linguístico, ela o faz para marcar sua identidade. Utilizando o exemplo da palavra *football* oriunda do idioma inglês, observamos que esta palavra sofreu adaptação de aportuguesamento: futebol. Com o passar do tempo este termo passou a ser um elemento de identidade do povo brasileiro. É comum ouvirmos a expressão “Brasil, o país do futebol”. Este termo “não tem *pedigree* latino ou lusitano” conforme cita Garcez e Zilles (2002), mas funciona como emblema nacional brasileiro.

Desta forma, sobre o funcionamento da memória na identidade das línguas, especificamente a Língua Portuguesa do Brasil, significa em uma filiação de memória heterogênea e,

Esta heterogeneidade é tanto mais importante quanto sua ação é menos detectável já que os processos históricos não são diretamente visíveis na língua. É menos assim que funcionam os objetos simbólicos em sua historicidade. No caso do português, podemos dizer então que são distintas histórias (linguísticas) mas aparentemente a mesma materialidade empírica. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica. (ORLANDI, *apud* DIAS, 2001, p. 197).

Neste aspecto, não seria necessário evitar ou proibir os estrangeirismos. A Língua Portuguesa brasileira é própria do Brasil, mas sua base está no Português Europeu. Esta base geral é que sempre sustentou e sustentará os diferentes falares

entre os vários países lusófonos, garantindo-lhes o entendimento, por exemplo, entre moçambicanos e guineenses. Por isso, os estrangeirismos que são adotados por nós falantes do português brasileiro também são entendíveis, pois a estrutura linguística presente em nossa memória facilita essa comunicação. Portanto, os estrangeirismos são variações linguísticas já pressagiadas. A discussão envolvendo-os é uma questão muito mais política do que linguística.

4 Questões suscitadas pelas variações linguísticas

As discussões envolvendo variações linguísticas na Língua Portuguesa brasileira são capazes de demonstrar que nem sempre essas variações se cristalizam ao ponto de provocar mudanças. Como mencionado, quando as mudanças acontecem, elas não afetam o sistema de uma língua ao ponto de descaracterizá-la, já que são intrínsecas e “nascem” na fala, ou seja, primeiro elas passam pela doxa da comunicação entre os falantes antes de serem incorporadas ao dicionário de uso.

É bem sabido que debates sobre variações linguísticas envolvendo nossa língua sempre estiveram presentes com discussões críticas e teóricas, desde os tempos da imposição da língua lusa como língua oficial do Brasil. Separatistas, aqueles que ressaltam as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, e legitimistas, os que amenizam as diferenças, apoiando a vernaculidade, já polemizavam, na metade do século XIX, em torno da língua do Brasil conforme podemos constatar através do estudo de Albuquerque e Cox (1997).

Já as variações mais evidentes que se dão no nível da fala, com mais força no quesito fonético/fonológico, acontecem até mesmo dentro de um único território geográfico. No Brasil, por exemplo, são bastante explícitas as variações fonéticas assim como as lexicais, pois temos um vasto território com diferentes características peculiares a cada lugar, juntamente com as forças sociais que dão origem aos diversos modos de expressão linguística. A esses modos diversos são atribuídas formas identitárias também variadas, sinalizadoras de nossa singular identidade, eis aí uma característica que pode ser tomada como motivo de orgulho por nós brasileiros.

Em vez de fomentar a proibição do uso de estrangeirismo, no Brasil deveria haver esforços na busca de elevar a nossa autoestima. A propagação da *internet* que facilita o acesso às comunidades longínquas em nosso território deveria servir como ferramenta de divulgação da nossa identidade cultural, de nação miscigenada e incentivar o ensino e aprendizagem de línguas indígenas, aqui vista como estrangeiras e como uma das principais bases do nosso idioma nacional. Já que temos abertura a várias nuances linguísticas estrangeiras, que refletem em nosso comportamento linguístico como sendo adeptos do estrangeirismo, isso propiciaria mais e mais o dinamismo linguístico do nosso patrimônio cultural.

Todavia, como Xatara (2001) adverte, alguns estrangeirismos são incorporados desnecessariamente a uma língua, concorrendo com um termo vernáculo e sucumbindo-o. Quando acontece isso, ela trata-o como uma questão de prestígio ou desprestígio a língua que está sendo alterada, tornando-se nocivos. Mas, acrescenta ela:

o léxico de qualquer língua natural é flexível, constantemente aberto à incorporação, criação, consagração, arcaização etc. de uma palavra. Os estrangeirismos, claro, fazem parte desse movimento, desse processo de enriquecimento linguístico (XATARA, 2001, p. 151).

Retomando a questão dos estrangeirismos, vistos pelo Projeto de Lei como algo deturpador de nossa identidade, defendemos que em uma era líquido-moderna é impossível que alguém seja exposto “a apenas uma ‘comunidade de ideias e princípios’” (BAUMAN, 2005, p. 19). Portanto, a exposição a outras nações, seja no âmbito social, cultural ou econômico, é praticamente inevitável. Consequentemente, essa exposição possibilita trocas de várias naturezas, inclusive linguísticas, justificando, logo, nossa tendência ao uso de estrangeirismos.

A exposição a estrangeirismos não significa a garantia de adesão. Sabemos que nem todas as palavras estrangeiras ficam para sempre em uso pelos falantes de uma comunidade que as toma emprestadas. Algumas são usadas por um determinado tempo e descartadas. Outras ficam, mas sofrem alterações fonéticas, semânticas etc. E há aquelas que são substituídas por outras equivalentes da língua vernácula da própria comunidade. Garcez e Zilles acrescentam que:

os valores associados a um estrangeirismo podem muitas vezes ser conflitantes dentro da comunidade que faz o empréstimo. Por exemplo, os falantes do português brasileiro, tendo em mente a representação que fazem de certos falantes de inglês, associam a eles e, por extensão, à língua inglesa, valores que vão desde dinamismo progressista, consumo e comodidade, avanço tecnológico e poder vigoroso, valores aos quais desejam se associar, até conservadorismo retrógrado, grosseria, artificialidade insensível e poder nocivo, valores que desejam combater (GARCEZ; ZILLES, 2002, p. 16).

Considerações finais

Cada período histórico tem sua língua franca. Atualmente, fazemos uso do inglês principalmente para atender a algumas necessidades como as transações

internacionais, os negócios, as viagens culturais, assim como para ler textos do nosso interesse que estão escritos no referido idioma e, se nos interessa ter nossos textos lidos internacionalmente, devemos escrevê-los também em Língua Inglesa. Já tivemos o francês como “inimigo” do português. Agora é o inglês que ocupa a posição de língua franca.

Como já foi dito, a proposta do deputado em proteger a Língua Portuguesa está muito mais voltada para tentar barrar o uso de anglicismos do que quaisquer outros elementos linguísticos. Desse modo, atrelamos às questões apresentadas neste texto os argumentos de vários estudiosos da área linguística para embasar nossa hipótese de que o projeto não “vingou” justamente por não ser praticável, pois a língua, independentemente do uso de estrangeirismo, vai estar sempre em transformação não caracterizando, em nenhum momento, desvalorização.

Por isso, vemos as variações linguísticas, as não linguísticas, os estrangeirismos e os neologismos como elementos que compõem o acervo linguístico da Língua. Estes elementos conferem às línguas os seus aspectos dinâmicos e naturais, que são transmitidos tradicionalmente ao longo das gerações, uma vez que são capazes de atender às necessidades de comunicação dos seus falantes.

No entanto, pensamos que a língua pátria deve ser valorizada em todos os níveis de ensino, mas não vemos necessidade de privá-la de elementos linguísticos estrangeiros, quando estes vêm para agregar a vida social da mesma. Em suma, elementos estranhos ao português brasileiro não são ameaças, tampouco devem ser evitados com o intuito de promover a valorização da língua. Fortalecer nossas habilidades linguísticas, seja no âmbito vernáculo ou estrangeiro, é uma forma eficaz de valorização do idioma nacional.

Referências

- ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de; COX, Maria Inês Pagliarini. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX. *Polifonia*, v.3 n.1, p. 31-59, 1997.
- BAGNO, Marcos. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. *Veredas, revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora-MG, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Linguística*: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- CASTRO, Gilberto de. O fardo furado do estrangeirismo. *Educar*, Curitiba, n. 20, p. 1-6. Editora UFPR, July/Dec. 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2112/1764>>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Cáceres, UNEMAT, 2001. p. 185-198.
- FARACO, Carlos Alberto. Guerras em torno da Língua: questões de política linguística. In: _____ (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001. p. 37-48.
- _____. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- _____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. p. 15-36.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo, Parábola 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **O Brasil no contexto da construção de uma linguística no mundo lusófono**. <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4594.pdf>> p. 643-655. S/ data.
- REBELO, Aldo. **Projeto de Lei nº 1676 de 1999**. In: Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV nº 182. Brasília DF, 1999.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAPÌR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

TIMBANE, Alexandre António. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. **Via Litterae**, v. 4, n. 1, 2012. p. 5-24. Disponível em: <www2.unucseh.ueg.br/vialitterae>. Acesso em: 29 set. 2016.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

XATARA, Claudia Maria. Estrangeirismos sem fronteira. **Alfa, revista de linguística**. Vol. 45, 2001, p. 149-154. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4191>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista

Mayara Aparecida Ribeiro
de Almeida¹

Amanda Moreira de Amorim²

Victor Antônio Sanches da
Silva Vaz³

Maria Helena de Paula⁴

Resumo: É nosso objetivo apresentar uma breve análise lexical das qualificações “crioulo”, “mulato” e “pardo”, amplamente utilizadas no Brasil escravocrata para descrever os cativos ou seus descendentes. Para tanto, tomamos como *corpus* um livro de notas que se encontra sob os cuidados do Cartório do 2º Ofício – Tabelionato de Catalão, exarado entre 1861 e 1876, no qual há escrituras públicas de várias naturezas sobre os escravos, tais como: compra e venda, hipoteca, troca, liberdade, venda de partes e doação. Assim, ancorados nas lições da Lexicologia, buscamos compreender os sentidos com que essas unidades lexicais eram usadas no século XIX a partir da consulta a Moraes Silva (1813), Houaiss e Villar (2009) e Bluteau (1712-1728). Para compreender o contexto escravocrata, recorreremos a Paiva (2014), Barros (2014), Guedes (2007), Pessoa (2013) e Fon-

-
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Bolsista CAPES. Contato: may_aparecida20@hotmail.com
 - 2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Bolsista FAPEG/CNPq. Contato: amandamoreiradeamorim@gmail.com
 - 3 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Bolsista CNPq. Contato: yumehideki8@gmail.com
 - 4 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Bolsista FAPEG (processo nº 201510267000990). Contato: mhp.ufgcatalao@gmail.com

seca (2007). Mais que designar a tonalidade da pele de escravos ou seus descendentes, tais lexias definiam a sua identidade social.

Palavras-chave: Escravidão. Léxico. Qualificações.

Introdução

O presente trabalho resulta dos diálogos estabelecidos entre as pesquisas “Nas trilhas dos manuscritos: estudo lexical sobre a escravidão negra em Catalão nos oitocentos” (PMEL/UFG-RC), “Edição semidiplomática e configurações da liberdade em cartas de liberdade na cidade de Catalão-GO (1861-1862)” (PIBIC-CAPES/FAPEG), “Configurações de alforria na cidade de Catalão: edição semidiplomática e estudo linguístico e histórico de Cartas de Liberdade em 1861 a 1876” (PIBIC/CNPq) e “Estudo da tipologia e gêneros de manuscritos sobre a escravidão em Goiás” (pós-doutorado/DLCV-USP), as quais forma motivadas pelo acervo digital do projeto “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás”, coordenado pela Professora Maria Helena de Paula.

Essas pesquisas, embora com perspectivas distintas, têm como matéria o mesmo tipo de acervo documental, a saber: escrituras públicas relacionadas aos negros escravos. Assim, ao lidarmos com essa documentação identificamos uma gama de lexias utilizadas para caracterizar os cativos, o que nos impulsionou a olhá-las com mais afinco, motivo pelo qual propomos realizar esse estudo.

Amparados na perspectiva de estreita relação estabelecida entre o léxico, a cultura e a história de um povo acreditamos que a realização de um estudo lexical se faz muito relevante, visto que, tal como afirma Vilela, “o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. [...] O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual o povo vê o mundo (VILELA, 1994, p. 6).

Para a realização desse estudo efetuamos, inicialmente, a edição semidiplomática dos documentos manuscritos, seguindo as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, que foram publicadas em Megale e Toledo Neto (2005).

Em sequência, após a seleção das lexias a analisar, passamos à etapa de consulta aos dicionários. Utilizamos as seguintes obras lexicográficas: Moraes Silva (1813), Houaiss (2009) e Bluteau (1712-1728). Buscando ainda, conhecer o contexto em que essas lexias foram empregadas e visando a uma análise que contemplasse também fatos históricos, recorreremos aos autores Paiva (2014), Barros (2014), Guedes (2007), Pessoa (2013) e Fonseca (2007).

Feito isso, buscamos observar o contexto de uso em que as lexias foram empregadas a fim de identificar com quais sentidos foram utilizadas na caracteri-

zação dos negros escravos. Ao final dessas etapas, tivemos condições de elaborar uma análise dizendo dos sentidos com que essas lexias foram empregadas no século XIX.

1 A necessidade das qualificações

Em observância aos documentos manuscritos que utilizamos em nossas pesquisas, identificamos uma série de lexias dispostas ao lado do nome dos escravos, levando-nos a conjecturar em um primeiro momento que se tratavam do sobrenome dos cativos. Em uma leitura mais acurada, notamos que se referem a caracterizações étnicas e/ou cromáticas dos escravos.

É necessário frisar, entretanto, que estas atribuições étnicas nem sempre seguiam um modelo de classificação que seguisse de fato a forma como os negros africanos eram caracterizados etnicamente em suas terras de origem, conforme pode ser observado no seguinte excerto.

Nesse contexto, não é de se estranhar que administradores coloniais do trabalho escravo também tivessem de recorrer à moldagem de novas diferenças negras, em nada ou muito pouco relacionadas com as antigas etnias africanas. Precisavam saber, por exemplo, quais tipos de escravos eram mais adaptáveis ao trabalho na agricultura, ao trabalho nas minas, aos serviços domésticos, e assim por diante. Ajudar-lhes-ia conhecer não tanto as etnias originais dos negros, mas o tipo de trabalho com os quais estiveram acostumados na África, o tipo de vegetação e clima com os quais lidavam ancestralmente, e talvez conhecer algo do seu potencial de rebelião ou fuga (BARROS, 2014, p. 80).

Segundo Barros (2014) as tentativas de se atribuir uma etnia/nação específica aos escravos, com base em suas aptidões, surgiram por questões práticas que buscavam a otimização do trabalho escravo. Dessa forma, a cada etnia eram destinados serviços distintos, os quais representavam a percepção ou imaginação que os administradores do trabalho colonial detinham sobre as habilidades dos africanos. Esta prática passou a ser usada com frequência quando os colonizadores tiveram interesse por questões de censo demográfico dos escravos e pela necessidade de especificar quais atividades os escravos africanos exerciam ou, ainda, em quais estes pudessem se adequar.

O referido autor acrescenta que estas diferenciações se davam em função dos circuitos de exportação, isto é, dependendo do local dos portos de onde saíam. Dessa forma, era possível observar dois tipos de etnias, a etnia de origem e a

etnia do tráfico. A primeira correspondia à origem real dos escravos, enquanto a segunda tratava sobre a localização geográfica dos portos do tráfico negreiro.

Primeiramente, estas caracterizações informavam as regiões de onde os escravos africanos provinham, identificando junto a isso as principais características dos negros e para quais serviços estes eram mais indicados. Exemplos: Minas, Angola, Moçambique, Benguela, entre outros. Com o tempo, novas realidades exigiram novas nomeações. Em território colonial, surgiram novas diferenciações entre os escravos, dividindo-os dali por diante em três grupos: os africanos, os crioulos e os mestiços.

E essas nomeações são aqui chamadas de “qualidades” em conformidade com a postura teórica defendida por Paiva (2014) em sua tese “Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)”. Segundo esse autor, essas “qualidades” tinham a função de diferenciar, hierarquizar e classificar os indivíduos por meio de origem familiar, traços fenótipos (cor e características do cabelo, nariz e boca) e percepções sociais. Paiva (2014) ressalta, ainda, que essas percepções eram muito heterogêneas porque dependiam do olhar individual de cada pessoa e das conveniências, o que permitia que uma pessoa pudesse ter suas qualificações alteradas ao longo dos anos. Assim, dentre essas qualificações, lançamos nosso olhar sobre os crioulos e os mestiços (especificadas nas unidades léxicas mulato e pardo).

1.1 A lexia “crioulo”

A lexia “crioulo”, segundo Barros (2014), surge para referenciar a descendência escrava que nasce no Brasil. Em consulta ao dicionário *Vocabulario Portuguez e Latino de Bluteau (1712-1728)*, encontramos que crioulo corresponde ao “escravo, que nasceo na casa do seu senhor”. Em Houaiss e Villar (2009), observa-se a seguinte definição “que ou quem nasceu escravo nos países sul-americanos, p. opos. a quem já chegou da África com essa destinação”.

Em acordo com essa definição, Paiva (2014) diz que o termo crioulo/criollo era utilizado para qualificar aqueles que nasceram na América e que eram filhos de africanos, podendo ser usado ainda para identificar os filhos de africanos com crioulos.

Trazendo um novo sentido para essa lexia, Barros (2014) aponta que crioulo referia-se à nação do escravo, mas não em seu sentido original, uma vez que os crioulos não compartilhavam de uma mesma cultura, pois provinham de regiões e países diferentes. Entendemos, então, que nação aqui era empregado apenas para dizer que esses escravos nasceram em território americano.

Cabe elucidarmos as demarcações sociais advindas com essas qualificações. Barros (2014) aponta que essa nova realidade trouxe consigo situações conflitantes porquanto estabeleceu-se uma hierarquia ideológica tangente aos escravos em que os crioulos se superpunham aos africanos, por terem nascido em território brasileiro, enquanto que os mestiços usufruíam de uma posição mais alta do que os crioulos, por serem fruto da miscigenação de negros com brancos, ou seja, por se aproximarem mais da cor branca, entendida nesse contexto histórico como a cor dos civilizados.

Ante essa breve incursão identificamos que o termo “crioulo” poderia ser utilizado com três sentidos distintos, conforme se observa no seguinte quadro.



Figura 1 Sentidos da lexia “crioulo”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Para o primeiro sentido, em que o crioulo seria aquele que nasceu no continente americano e cujos pais são de origem africana, não encontramos informações suficientes para essa afirmação, visto que as filiações dos escravos não eram dispostas com muita frequência no acervo documental a que nos detivemos. Geralmente, são apresentadas informações sucintas como o nome, a qualificação do escravo e a sua idade, conforme se observa no trecho da escritura de compra e venda do escravo Bernardo: “o escravo Bernardo, **crioulo**, de idade de | vinte trez para vinte quatro annos. (fólio 216v, linhas 25 e 26)” (Doc 216r a 217r), em que o escravo Bernardo poderia se enquadrar em qualquer uma dessas definições, visto a falta de informações.

Com relação ao termo crioulo empregado unicamente no sentido de nação, isto é, para dizer daquele que nasceu na condição de escravo no território americano, apresentamos o seguinte fragmento: “escrava | de nome Maria, **crioula**, **parda**, de idade | de trinta dous annos mais ou menos. (fólio 210v, linhas 22-24)” retirado da escritura de liberdade da escrava Maria. Neste caso, temos certeza

dessa acepção uma vez que ao lado da lexia crioula está disposta a lexia parda que se refere à ascendência da escrava, conforme discutimos nas seções seguintes.

Por fim, para exemplificar crioulo como indicador da filiação do escravo, em que este é filho de crioulo com africana ou vice-versa, apresentamos o trecho extraído de uma escritura de hipoteca de “uma escrava l de nome Marianna, **Crioulla**, idade l de vinte e cinco annos pouco mais lou menos, e um **crioulinho** de nome l Adaõ filho da mesma, com qua=||139v|| quatro annos de idade pouco mais l ou menos” (fólio 139 recto e verso, linhas 2-8). Conforme se vê, mãe e filhos são qualificados como crioulos, demonstrando que esta lexia era utilizada ainda para indicar as primeiras descendências dos crioulos.

1.2 A lexia “mulato”

A nomeação de mulato é utilizada de forma unânime como uma fusão étnica entre um indivíduo de pele escura com outro de pele clara, mais comumente no nosso país, entre negros e brancos. Tal lexia, encontrada massivamente em cartas de venda ou de alforria, se tratava de um termo recorrente no período da escravidão. Ainda é utilizada por brasileiros na atualidade, porém, em menor escala. Houaiss e Villar (2009) trazem uma definição em que “mulato é aquele que não apresenta traços raciais definidos”, e ainda ressaltam que a mestiçagem que os caracterizava pode se dar tanto pela parte de negros, quando de indígenas. Nas discussões apresentadas por Paiva (2014), consta que mulato, no Peru, era utilizado como sinônimo de zambo ou zambaigo, filhos de negros com índios, ou negros com europeus, o que prova como esse termo se diferencia por conta da variação regional.

Segundo Barros (2014), em seu livro “A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira”, o mulato usou de seu tom de pele mais claro por conta de descendência europeia, para encontrar uma posição hegemônica de maior privilégio que seus parentes africanos e crioulos. Barros também cita os ditos do cronista do século XVIII Antonil, nos quais ele afirma que “o Brasil he Inferno dos negros, Purgatório dos brancos, e Paraíso dos mulatos e das mulatas”. Isso se explicaria pelo fato de os negros terem sido arrancados de sua terra mãe para prestarem serviços forçados na América, se submetendo a toda sorte de torturas físicas e psicológicas e porque os portugueses terem deixado sua terra para se dirigirem ao inóspito continente a fim de acumularem suficiente riqueza e retornarem à terra mãe. Enquanto isso, os mulatos, que estão no entremeio desses dois mundos e não tiveram que deixar seus próprios lares, já estão exatamente em seu *habitat* natural, pois são o resultado de série de ocorridos dramáticos que convergiram nestas terras para um grupo étnico inédito surgido no Novo Mundo.

No entanto, se se trata de um Paraíso ou não aos mulatos, depende do ponto de vista, pois não foram todos que tiveram a fortuna de terem sua filiação reconhecida

por um senhor português e viver sua vida sem ter de carregar nas costas o peso da escravidão, sobretudo porque, como o próprio Barros (2014) menciona, os mulatos não deixaram de sofrer preconceito, não só por europeus que acreditavam que eles fossem a consequência da contaminação de sua raça, mas também pelos próprios negros (geralmente crioulos), que se sentiam desprivilegiados em relação a eles.

Ainda segundo Barros (2014), qualidade mulata é muito profunda e abrangente. Posição intermediária entre branco e preto é uma acepção um pouco rasa, já que entre essas duas cores podem existir inúmeras variações, algumas mais claras e outras mais escuras. Diante disso, encontram-se o que podemos chamar de subclassificações de mulato, normalmente a escura era chamada de cabra e a clara de parda, além de várias outras. Já de acordo com Guedes (2007), mulato tratava-se de um sinônimo de pardo, no entanto, diferente do segundo, este era utilizado com o objetivo de depreciar o indivíduo.

Esse caráter pejorativo dado ao termo mulato é elucidado por Pessoa (2013). Segundo ele, por conta da inclinação de algumas pessoas em caluniar mulatos que viviam sob a proteção de alguém provido de honrarias, normalmente esse alguém sendo seu pai (um branco senhor de escravos), isso permitia a essa camada popular vista culturalmente como inferior a desfrutar de regalias normalmente direcionadas aos brancos. De acordo com a lógica dessas pessoas, o mulato afortunado que conseguia ascender socialmente não se encontrava em sua devida posição.

Separamos esse trecho de uma carta de alforria, onde nota-se a presença da classificação mulato “de úm escravo de nome João Mulato, filho l de Julianna escrava que foi de minha fal l lida Maã Dona Felicia Maria do Esperito l Santo, cuja parte me coube porherança l da mesma” (fólio 233v, linhas 5-9). Normalmente a descrição do escravo é apresentada antes de seu nome de batismo, mas neste fólio em específico percebemos que a característica étnica de João foi elevada à categoria de sobrenome. Ele é identificado como sendo o filho da falecida escrava do senhor; todavia, em se tratando de um mulato, o pai seria provavelmente o próprio homem que lhe concedeu a liberdade, algum outro branco não identificado, ou mesmo um mulato/pardo cativo ou liberto.

Pessoa (2013) afirma com propriedade que o mulato se encaixa em um local de intersecção entre a liberdade e o cativo. Isso se explica, porque de forma geral, todo aquele nascido de escrava era, como resultado, também um escravo. No entanto, o número de mulatos libertos era significativo, seja tal emancipação concedida logo cedo em uma pia batismal, ou mais tarde, quando era comprado ou alforriado pelo próprio pai ou outro. Mesmo aqueles que não eram de fato libertos desfrutavam de certo favoritismo ou proteção paterna.

Diante disso, chegamos a três definições identificadas da lexia mulato. Começando pela mais popularmente encontrada e reconhecida, a de se tratar do produto de uma mistura étnica, cujas etnias variam de acordo com o contexto

regional, ainda que em nossa realidade fosse mais comum ser entre brancos e negros. A segunda configura uma variação de tom, dificultando a classificação precisa. A terceira diz respeito ao fato de disporem de uma posição social incerta, pois a maioria nasceu sobre uma linha tênue entre estar livre e escravizada, alguns sendo mais afortunados que outros.



Figura 2 Sentidos da lexia “mulato”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

1.3 A lexia “pardo”

Abordamos, anteriormente, as dinâmicas de sentido das lexias *crioulo* e *mulato* com as acepções encontradas. Voltaremos, agora, nosso olhar para a unidade lexical *pardo*, utilizada para nomear escravos e seus descendentes, nascidos livres ou não, durante o período escravocrata brasileiro.

De acordo com Paiva (2014), o vocábulo *pardo*, bem como *mulato*, já era empregado na Península Ibérica e em outras regiões ocupadas por espanhóis e portugueses. Dentre as duas lexias, o autor indica que *pardo* aparenta ter sido utilizada com maior frequência e em contextos anteriores a *mulato*, com ocorrências ainda no século XII, em Portugal, designando pele de animal. Em 1500, com a chegada dos lusitanos em terras brasileiras, Pero Vaz de Caminha, em sua carta enviada ao rei D. Manuel I, descreveu como *pardos* os homens que já ocupavam estas terras, associando sua cor à mesma tonalidade dos papagaios.

No século XVI, encontramos registros de *pardo* como indicador de “qualidade” caracterizando misturas entre negros, crioulos, mulatos ou zambos com brancos ou índios. Percebemos, então, como o contexto em que a lexia era empregada poderia ser amplo, visto que denotava a miscigenação entre grupos distintos. Ao mesmo tempo, representava a cor da pele, com “variações de época para época e de região para região e mesmo na mesma época e na mesma região” (PAIVA, 2014, p. 198).

Quanto à cor da pele, os dicionários antigos Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813) apresentam a mesma definição para *pardo*, classificando-a como a cor entre branco e preto, como a do pássaro pardal. Esta aceção estendeu-se ao longo dos anos, uma vez que no dicionário Houaiss (2009) encontramos *pardo* referindo-se ao que é “de cor escura, entre o branco e o preto”. Com isso, compreendemos que *pardo* era utilizado para indicar escravos de cor mais clara – “branco sujo, escurecido” (HOUAISS; VILLAR, 2009) –, a qual derivava do processo de miscigenação entre os de pele mais escura e os de mais clara, resultando em um branqueamento daqueles que ainda serviam à escravidão.

Exemplificando *pardo* como indicador de cor da pele, apresentamos o trecho extraído do documento manuscrito presente nos fólhos 244r a 244v, uma escritura de liberdade: “escravinha de nome Augusta **crioula** | **parda**, de idade de trez annos mais ou | menos, a qual é filha natural de | sua escrava de nome Melchiades” (fólio 244v, linhas 20-23, grifo nosso). Neste excerto, a lexia *crioula* marca a qualidade da escravinha Augusta, indicando que a mesma poderia ser filha de africanos, nascida na América; ter nascido na condição de escrava, em um país sul-americano, nesse caso o Brasil; ou ser filha de mãe ou pai africano com um parceiro já crioulo. A unidade lexical *parda* complementa a qualidade *crioula*, indicando que, além de nascer em solo brasileiro sob uma das condições supraditas, Augusta ainda possuía o tom de pele mais claro.

No século XVIII, *pardo* passa por um deslocamento de sentido, caracterizando, então, o campo “condições”. Em uma sociedade escravista ativa, a mudança da condição social de certos indivíduos era comum, como a nova condição de forro para qual passava um escravo ao ganhar sua alforria. Neste contexto, *pardo* passou a indicar um afastamento do passado escravo, como aponta Guedes (2007), baseando-se em diversos autores. Nessa nova concepção, *pardo* se referia aos nascidos de escravos libertos, ou seja, a primeira geração de descendentes de escravos nascida livre no Brasil.

Sob essa ótica, cunhou-se a categoria social *pardo livre*, que expressa a condição daqueles que nasceram livres da descendência africana, ainda que não fossem mestiços, o que os afastava ainda mais dos reflexos da vida em cativeiro. Essa nova geração caminhava a passos lentos para esquivar-se das marcas deixadas pela escravidão, lutando contra as restrições civis que este passado implicava.

Essa nova significação atribuída à lexia pode ser entendida como um dos principais traços do processo de miscigenação e branqueamento que ocorreu no interior da comunidade escrava. Além de indicar a condição de nascido livre, *pardo* passou a ser utilizado como um indicador social, provocando uma hierarquização interna entre os forros e seus descendentes, pois como cor da pele, o pardo aproximava-se mais do branco, modelo ideal a ser seguido na época em questão.

Visando a exemplificar a utilização da lexia *pardo* para identificar os descendentes de escravos nascidos livres no Brasil, elaboramos um levantamento de 208 registros de batismo extraídos do Livro de Registro de Batismo de 1871 a 1885. Desses registros, 87 atribuíam às crianças nenhuma qualidade, apenas as identificavam como forros a partir daquele ato. Os 121 registros restantes categorizavam os ingênuos, dividindo-os em *pardos* – com 74 ocorrências –, *pretos* – 45 ocorrências –, e *crioulos* – apenas duas ocorrências. A partir desse inventário, inferimos que, ainda que não fosse unânime, o uso de *pardo* para indicar os filhos de escravos nascidos no Brasil ocorria com frequência.

Chamou-nos atenção outra definição encontrada no Vocabulário Portuguez e Latino, de Bluteau (1712-1728), a qual define “homem pardo. Vid. mulato”. Pessoa (2013) destaca que *pardo* e *mulato* descrevem o mesmo tipo humano, e que suas diferenças se dão no âmbito social.

Fruto da miscigenação, tanto *pardos* quanto *mulatos* são filhos de brancos com negros, possuidores de um tom de pele entre o branco e o preto. De acordo com Pessoa (2013), o que determinava a utilização de determinado identificador era o comportamento do sujeito em sociedade. Aqueles que se comportassem de modo reprovável seriam classificados como *mulatos*, enquanto os que se comportavam de modo digno seriam qualificados como *pardos*. O autor também elucida que *pardo* era preferencialmente utilizado em documentações oficiais e formais, devido ao peso pejorativo que *mulato* continha. Por este motivo, não nos foi possível localizar exemplos para demonstrar o uso de *mulato* e *pardo* como classificador de comportamento social, visto que o uso de *pardo* era preposto ao de *mulato*.

Em suma, reunimos abaixo as três significações encontradas por nós para a lexia *pardo*: a primeira para designar uma pigmentação de pele mais clara, entre branco e preto; a segunda para indicar uma nova geração de descendentes de escravos nascidos livres no Brasil e a terceira como um diferenciador social, caracterizando os filhos de brancos com negros de boa índole e comportamento digno.



Figura 3 Sentidos da lexia “pardo”.

Conclusão

Com todas as multiplicidades de abordagem teórica e de acepção, seja de uso nos documentos analisados, seja nos dicionários consultados, depreendemos que estas qualificações analisadas, inicialmente como um simples selo de origem ou uma pequena marca diferenciadora de tonalidades, notavelmente com o tempo de uso (ou o ângulo diferente pelo qual passaram a ser observadas), evoluíram para tornar concepções muito mais complexas.

Foi previsível e unísono em nossas pesquisas o quão intrincadas essas lexias estão com todo o contexto socioideológico do período escravocrata, definindo a posição hegemônica dos indivíduos perante outros mancipios e perante a sociedade como um todo. Ademais, para além de apenas uma escala hierárquica simbólica, a classificação que lhes era declarada estabelecia a forma como viveriam até o fim de seus dias, ou como as pessoas à sua volta permitiriam que vivessem. Tais lexias carregavam o peso lúgubre de serem crioulos, mulatos e pardos e, por décadas a fio, pelos que herdaram essa condição.

Como visto, muito mais do que um mero designador da tonalidade da pele de escravos – ou descendentes deles – tais lexias carregam um intrincado contexto social que, dependendo da época e do meio geral ou particular em que ocorria a sua utilização, tendiam a definir identidades ou a forma como esses indivíduos eram vistos e tratados por aqueles de seu convívio.

Referências

- ANDRADE, Carlos Antonio de. **Livro de Notas do 2º. Tabellião (1886-1887)**. Cartório do 2º. Ofício – Tabelionato de Catalão: Catalão-GO, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdades na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, rchitectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1> >. Acesso em: 10 maio 2015.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. 256 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GUEDES, Roberto. **Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)**. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez.

2007, p. 489-518. Disponível em: www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/5_roberto_guedes.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Livro de Notas do 2º. Tabellião (1861-1876). Cartório do 2º. Ofício – Tabelionato de Catalão: Catalão-GO, 2007.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, [1789] 1813. 2 tomos. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 10 maio 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014. (Tese, apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil).

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte: a invenção dos mulatos no Brasil Colonial**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

VILELA, Mário. **Estudos de Lexicologia do Português**. Coimbra: Almedina, 1994.